

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MATHEUS HENRIQUE DE LARA

JORNALISMO A SERVIÇO DE QUEM?
PRODUÇÃO EDITORIAL INFORMATIVA EM ASSESSORIAS DE IMPRENSA DE
PREFEITURAS NO INTERIOR DO PARANÁ

PONTA GROSSA

2017

MATHEUS HENRIQUE DE LARA

JORNALISMO A SERVIÇO DE QUEM?
PRODUÇÃO EDITORIAL INFORMATIVA EM ASSESSORIAS DE IMPRENSA DE
PREFEITURAS NO INTERIOR DO PARANÁ

Dissertação apresentada para obtenção do
título de mestre na Universidade Estadual
de Ponta Grossa, Área de Concentração:
Processos Jornalísticos.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Hebe Maria
Gonçalves de Oliveira

PONTA GROSSA
2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

L318 Lara, Matheus Henrique de
Jornalismo a serviço de quem? produção
editorial informativa em assessorias de
imprensa de prefeituras no interior do
Paraná/ Matheus Henrique de Lara. Ponta
Grossa, 2017.
125

Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Hebe Maria
Gonçalves de Oliveira.

1.Jornalismo. 2.Comunicação pública.
3.Sites governamentais. 4.Prefeituras.
5.Paraná. I.Oliveira, Hebe Maria Gonçalves
de. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Mestrado em Jornalismo. III. T.

CDD: 070.4

MATHEUS HENRIQUE DE LARA

JORNALISMO A SERVIÇO DE QUEM?
PRODUÇÃO EDITORIAL INFORMATIVA EM ASSESSORIAS DE IMPRENSA DE
PREFEITURAS NO INTERIOR DO PARANÁ

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Jornalismo na
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos jornalísticos

Ponta Grossa, 24 de março de 2017

Profa. Dra. Hebe Maria Gonçalves de Oliveira - Orientadora
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Prof. Dra. Cláudia Irene de Quadros
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof. Dr. Carlos Willians Jaques Moraes
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

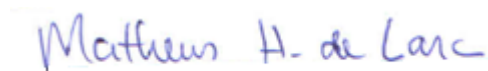
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, MATHEUS HENRIQUE DE LARA, CPF nº 046.432.209-02, RG nº 96711689, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “**Jornalismo a serviço de quem? Produção editorial informativa em assessorias de imprensa de prefeituras no interior do Paraná**”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 24 de março de 2017.



MATHEUS HENRIQUE DE LARA
RA nº 3100115004018

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão aos meus pais Fátima e Samuel, fundamentais apoiadores de mais este desafio e que não mediram esforços para que tudo pudesse transcorrer de forma tranquila;

À professora Hebe Maria Gonçalves de Oliveira, pela amizade e parceria que vêm desde a graduação e, neste momento em especial, pelo trabalho de orientação que conduziu esta pesquisa;

À Cássia Miranda, pelo apoio e companhia que tornam pelo menos suportáveis os desafios mais difíceis;

Aos colegas das turmas do mestrado e da graduação em Jornalismo da UEPG, com que compartilhei importantes momentos de crescimento pessoal e intelectual durante o período do curso;

Aos demais professores e professoras do PPG-Mestrado em Jornalismo, em especial Carlos Willians Jaques Moraes e Cíntia Xavier, que compuseram a banca de qualificação e trouxeram importantes contribuições para o andamento do trabalho; e Carlos Alberto de Souza, enquanto supervisor da breve experiência do estágio em docência;

À professora Cláudia Irene de Quadros (UFPR) e ao professor Luiz Martins da Silva (UnB), que gentilmente toparam compartilhar seus conhecimentos como avaliadores desta pesquisa nas bancas de defesa e de qualificação, respectivamente;

Aos amigos Clovis Genésio Ledur e Clóvis Distéfano, pelo apoio e pela compreensão da importância que este curso tem para minha carreira profissional;

Aos demais colegas de trabalho da Prefeitura de São Mateus do Sul, com quem aprendi muito sobre o funcionamento e a gestão da coisa pública;

Aos colegas e coordenação do Curso Estado do Jornalismo, com quem tive a oportunidade de compartilhar uma experiência marcante de crescimento profissional e pessoal durante o período do curso.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza o conteúdo informativo publicado pelas assessorias de comunicação das prefeituras de cinco maiores municípios do interior do Paraná: Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. A abordagem buscou identificar as características o jornalismo nas produções informativas dos sites dessas prefeituras a fim de verificar como o jornalismo se apresenta no contexto da comunicação das assessorias de imprensa. A proposta aproxima o jornalismo da perspectiva da comunicação pública, pautada pelo interesse coletivo, a fim de reconhecer possibilidades para se romper com a prática da promoção de gestores governamentais comumente conduzida pelas assessorias de comunicação de órgãos públicos. O percurso metodológico realizado nesta pesquisa se baseia no conceito ainda de “compreensão” em Otto Groth (2011) e encontra nas ideias de "olhar natural" e "olhar intuitivo" importantes ferramentas para se estudar o objeto em questão. Os resultados da pesquisa apontam para a constatação de que há uma produção informativa frágil, do ponto de vista do jornalismo e da comunicação pública, e que, não raramente, se apresenta também de forma irresponsável no trato da coisa pública – a informação governamental – para atender mais à promoção dos gestores públicos, em detrimento dos interesses da coletividade.

Palavras-chave: Jornalismo, Comunicação Pública, Sites governamentais, Prefeituras, Paraná.

ABSTRACT

This master thesis investigates news coverage made by five city halls communications department: Cascavel, Foz do Iguacu, Londrina, Maringa and Ponta Grossa. Those are the five biggest country towns of brazilian state of Parana. The goal was to identify the characteristics of journalism in those News productions in order to verify how journalism is made at theses kind os workplace. Journalism is here approached to the concept of Public Communication oriented to collective interest, in order to realize about the possibilities that this kind of communication should not be for personal promotion of the cities governors. Methodological stratiges include a review of Otto Groth's (2011) concepts of "comprehension", "natural look" and "intuition look". Results points to a fragile news productions which is made with irresponsability concerning to the fact that it is appearently guided to personal and private interests, not the public ones.

Keywords: Journalism, Public Communication, Government websites, City halls, Paraná.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Monitoramento dos sites das prefeituras em outubro/2015.....	62
Tabela 2	Porcentagem de textos alocados em cada categoria por cidade.....	65
Tabela 3	Coleta – Prefeitura de Cascavel.....	69
Tabela 4	Coleta – Prefeitura de Londrina.....	74
Tabela 5	Coleta – Prefeitura de Ponta Grossa.....	78
Tabela 6	Coleta – Prefeitura de Maringá.....	84
Tabela 7	Coleta – Prefeitura de Foz do Iguaçu.....	93
Tabela 8	As fontes de informação nos textos das prefeituras.....	100
Tabela 9	Contagem de textos por categoria do “olhar intuitivo”.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: COMUNICAÇÃO DE CARÁTER PÚBLICO.....	13
1.1 DESAFIOS E IMPASSES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL.....	21
1.2 O SETOR DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL: MERCADO DESREGULADO....	23
CAPÍTULO 2: COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA REDE.....	27
2.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	29
2.2 <i>E-GOVERNMENT</i> NO BRASIL: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO.....	30
CAPÍTULO 3: PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
3.1 <i>OVERVIEW</i> DOS SITES DAS PREFEITURAS NA PERSPECTIVA DA NABEGABILIDADE.....	33
3.2 O FOCO NO CONTEÚDO: EXERCITANDO O “OLHAR NATURAL” E O “OLHAR INTUITIVO” SOBRE A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS PREFEITURAS.....	35
3.3 CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS NOS TEXTOS PUBLICADOS PELAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DAS PREFEITURAS.....	44
3.4 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO NOS TEXTOS PUBLICADOS PELAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DAS PREFEITURAS.....	48
CAPÍTULO 4: ANÁLISE EMPÍRICA.....	52
4.1 MEMÓRIA EM XEQUE EM MEIO À PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS PREFEITURAS: UM OLHAR PARA OS SITES.....	52
4.2 A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS ASSESSORIAS DE PREFEITURA: O OLHAR NATURAL.....	63
4.2.1 Cascavel.....	66
4.2.2 Londrina.....	72
4.2.3 Ponta Grossa.....	76
4.2.4 Maringá.....	82
4.2.5 Foz do Iguaçu.....	91
4.2.6 Aspas: quem tem voz nas notícias das prefeituras.....	99

4.3 A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS ASSESSORIAS DE PREFEITURA: O OLHAR INTUITIVO.....	103
4.3.1 Ênfase em autoridades e apoiadores.....	105
4.3.2 Textos sem contextualização ou com informações incompletas.....	107
4.3.3 Linguagem publicitária.....	110
4.3.4 Adjetivações, generalizações e previsões inconsistentes.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO: FORMAS DE CONTEMPLAR A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS PREFEITURAS

O acesso à informação para efetiva participação social coloca a comunicação como elemento central para consolidação da democracia (MONTEIRO, 2007). É, portanto, ponto crucial para que a cidadania – enquanto livre exercício de direitos e deveres –, seja exercida.

Sem o livre fluxo de opiniões e informações, a democracia não funciona, “a roda não gira” (BUCCI, 2008, p. 46). Para o autor, “quanto mais inclusiva, mais a democracia se empenha em expandir o universo dos que têm acesso à informação e garante transparência na gestão da coisa pública” (BUCCI, 2008, p.46).

“O acesso à informação pública e a transparência não garantem o correto funcionamento da atividade pública, mas sem eles é improvável que tal atividade ocorra sequer de maneira razoável” (MEDEIROS, *et al.*, 2014, p.71). Disponibilizar os dados, contudo, não é suficiente; é a ponta do iceberg, ainda mais no que se refere a instituições centrais da nossa sociedade, como é o caso dos três poderes. *Tornar público* aquilo que acontece no âmbito público é mais do que apenas disponibilizar dados. Essa premissa revela outra, mais ampla: admite-se que a comunicação que se origina de dentro das instituições públicas têm papel essencial nesse contexto.

Espaços invariavelmente privilegiados no sentido informativo, uma vez que atuam de forma conjunta ou pelo menos bastante próximas das fontes oficiais a respeito da administração pública nos municípios, as assessorias de comunicação – de forma genérica – surgem como espaço em que a transparência e a prestação de contas têm sua visibilidade e divulgação potencializadas.

A intenção nesse trabalho é direcionar o foco da pesquisa para o conteúdo informativo publicado nos sites das prefeituras das cinco maiores cidades (em número de habitantes, segundo o IBGE) do interior do Paraná (Londrina¹, Maringá², Ponta Grossa³, Foz do Iguaçu⁴ e Cascavel⁵), a fim de identificar o que há de jornalismo na produção

¹ Site oficial: <http://www.londrina.pr.gov.br/>

² Site oficial: <http://www.maringa.pr.gov.br/site/>

³ Site oficial: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>

⁴ Site oficial: <http://www.pmfi.pr.gov.br/>

⁵ Site oficial: <http://www.cascavel.pr.gov.br/>

informativa desses órgãos governamentais, reivindicando aproximações e ampliações de conceitos como o de “jornalismo público” no contexto do que vem sendo chamado de “comunicação pública”.

As discussões sobre o tema são recentes. Uma nova fase da comunicação por parte do poder público passou a vigorar no Brasil com a instauração do Estado Democrático de Direito, em 1988 (BRASIL, 1988). Nesse cenário, a comunicação governamental passou a carregar o dever de informar o cidadão com foco no interesse público e no estímulo à participação para a formação de uma sociedade democrática.

Porém, a comunicação pública governamental que, historicamente, vem predominando no Brasil, segundo Brandão (2007), é a de natureza publicitária. Ou seja, o tom do conteúdo informativo produzido neste contexto vale-se de uma linguagem persuasiva e que, quando foge disso, limita-se a uma linguagem mais associada a uma função educativa – mais utilizada na área da saúde, de acordo com a autora. Para Groth (2011, p.263), o entendimento de publicidade é o da característica de “estar aberto”. “Ela representa a coisa que está diante de todo mundo, à qual cada um a princípio tem acesso, que cada um pode ouvir, ver, apreender. Seu oposto é a inacessibilidade, o travamento”.

A informação (pública), enquanto ferramenta para a cidadania, mostra-se, ainda, um desafio (mesmo em instituições públicas). Henriques (2006) reforça que a ação comunicativa por parte dos governos não deve prender-se à simples difusão massiva de informação. Deve ser mais abrangente, no sentido de criar ambientes de debate, deliberação e cooperação que respeitem o interesse social.

Além de garantir a propagação dessas causas, os esforços de comunicação, segundo o autor, precisam fomentar a constituição de públicos críticos, capazes de intervir nas discussões de assuntos publicamente relevantes. “De uma ênfase quase exclusiva na produção de informações, passa-se a uma exigência de interlocução, o que altera o fluxo comunicativo e a própria forma de operar os instrumentos de comunicação” (HENRIQUES, 2006, p.8).

Com a intenção de contribuir para os estudos do jornalismo na perspectiva da Comunicação Pública e, para isso, valendo-se de referencial teórico do que se tem avançado neste campo, busca-se identificar e delimitar o jornalismo presente na produção informativa das assessorias de comunicação das prefeituras no interior do Paraná. Uma experiência do pesquisador foi decisiva e contribuiu a pesquisa: entre fevereiro de 2015 e abril de 2016, o autor desta pesquisa atuou na assessoria de comunicação na prefeitura do município de São Mateus do Sul, no interior do Paraná. A experiência de observação

e produção informativa relacionada à gestão municipal foi decisiva para fomentar as inquietações acerca do que, de fato, poderia ser um conteúdo realmente informativo e realmente voltado ao interesse público no âmbito de uma administração municipal.

Integram o corpus da pesquisa a totalidade de notícias publicadas nos portais de cada prefeitura nos primeiros sete dias do mês de outubro de 2015. Optou-se pelo período por ele anteceder em exato um ano as eleições municipais seguintes – no caso, as eleições que vieram a acontecer em 2016.

Olhar para a produção noticiosa que parte das assessorias e reconhecer o modelo atual de produção e as necessidades de avanços são alguns dos pontos necessários para trazer contribuições. Enquanto instância de produção de conhecimento e de reflexão crítica, a academia é um dos elementos essenciais para as práticas do mercado – ainda que a relação de influência não seja uma realidade em todas as áreas - no sentido de que forma pessoas habilitadas a trabalhar nos ambientes mutáveis da tecnologia, do desempenho profissional e da condução dos negócios da mídia privada ou pública, assim como o mercado constitui um espaço para evolução das profissões e para o necessário refinamento teórico produzido na academia.

Buscar compreender a especificidade do terreno em que se debruça o esforço de pesquisa é também passo essencial para compreendê-lo e, portanto, faz-se necessária uma revisão teórica acerca de conceitos que circundam o contexto das assessorias de comunicação de prefeituras, como comunicação pública, assessoria de imprensa e jornalismo. A compreensão, enquanto método, fundamenta-se com base nos estudos de Otto Groth (2011), em sua argumentação sobre a Ciência dos Jornais. O autor entende por métodos todas as percepções, experiências e ideias que podem contribuir para captar, esclarecer ou compreender objetos científicos de forma abrangente.

Essa pesquisa problematiza a forma como o poder público utiliza suas plataformas online – gerenciadas e mantidas, portanto, com dinheiro público – como instrumento de comunicação direta com os munícipes. As inquietações que nortearam o processo de pesquisa buscaram compreender em que medida o jornalismo contribui para a produção informativa nos sites das prefeituras, a forma de conteúdo informativo é publicado pelas assessorias de prefeituras, se essa produção dessas assessorias reflete as influências políticas das gestões (por estar invariavelmente inserida num contexto de embates do campo político) e possibilidade de que o público possa interagir com o conteúdo publicado.

É importante ressaltar também que a pesquisa traz uma contribuição para a compreensão deste nicho de mercado a nível estadual de forma inédita. Entende-se que olhar para as cidades-polo do interior – e não para a capital - é uma estratégia acertada no sentido de tentar ampliar um olhar crítico e analítico para as demais regiões do Estado.

Este documento divide-se em cinco partes, além desta introdução. O primeiro capítulo discute conceitos como “comunicação pública”, “jornalismo público”, acesso à informação, cidadania e transparência. A abordagem justifica-se em função da essência do objeto de pesquisa e do contexto em que o que se tem avançado de pesquisa em relação a ele se encaixa.

O segundo capítulo traz uma revisão conceitual acerca do jornalismo praticado pelas assessorias de imprensa. A intenção, neste segundo capítulo, é problematizar a produção das assessorias reivindicando a produção de um jornalismo de qualidade. É neste capítulo também que se apresenta a discussão acerca do contexto político em que está inserida a produção informativa das assessorias de imprensa. Outro tópico debatido neste segundo capítulo é a utilização da plataforma web por parte das prefeituras – a navegabilidade dos sites e o conceito de “*e-Government*”.

Após estas fundamentações teóricas, o terceiro capítulo traz o percurso metodológico desta pesquisa. O leitor poderá compreender a forma como a pesquisa foi construída e os conceitos que a fundamentam na perspectiva da pesquisa em jornalismo.

O quarto capítulo traz os resultados da coleta dos sites das prefeituras e relaciona os resultados ao referencial teórico já apresentado nos capítulos anteriores, trazendo, portanto, uma avaliação quantitativa e qualitativa do objeto. As tabelas presentes neste capítulo reproduzem o esforço de catalogação e de organização dos textos coletados.

Por fim, o capítulo final dedica-se a trazer as considerações finais acerca do que foi apresentado – a forma como as prefeituras utilizam seus espaços informativos de seus websites e como isso revela a forma como é entendida o jornalismo neste contexto.

CAPÍTULO 1

COMUNICAÇÃO DE CARÁTER PÚBLICO

Busca-se neste espaço trazer elementos teóricos e reflexões que contribuam para uma discussão que está inserida nesse contexto da relação entre democracia e informação: a produção noticiosa que parte de governos e mandatos. O esforço tem a expectativa de contribuir para uma delimitação conceitual mais precisa acerca da produção jornalística realizada pelas assessorias de comunicação de instituições públicas, em específico o Poder Executivo nos municípios.

É necessário ressaltar que a observação desta produção parte de uma perspectiva da pesquisa em jornalismo, e vale-se, portanto, de discussões e referenciais pertinentes ao que se tem avançado nesta área do conhecimento. A ressalva é necessária, pois a vasta produção científica acerca do aspecto comunicacional que envolve governos em geral tem no conceito de *Comunicação Pública* seu principal referencial teórico.

Conceito relativamente recente, a ideia de “comunicação pública” é, ainda, um conceito ainda em construção. Brandão (2007) lembra que o termo vem sendo utilizado de formas diferentes, dependendo do contexto ou do/a autor/a que o utiliza. “Existe, sem dúvida, uma tendência para identificar comunicação pública com o viés apenas da comunicação feita pelos órgãos governamentais” (BRANDÃO, 2007, p.9). Contudo, a autora identifica diferentes áreas em que o termo é utilizado.

A primeira diz respeito à comunicação organizacional – que acontece no interior das organizações e entre ela e seu público. O objetivo, neste caso, é criar relacionamentos e construir a identidade e a imagem institucional através de um plano de comunicação estratégico. O intuito, portanto, atende a demandas do mercado, no sentido de que procura vender produtos, serviços ou ideias (BRANDÃO, 2007).

Um segundo uso do termo “comunicação pública” acontece na área científica, segundo Brandão (2007). Neste caso, o uso do termo parte do entendimento de que a comunicação cria canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas – e as desperta para assuntos relacionados ao desenvolvimento tecnológico. “É a identidade pública e o espaço público em que atua que identificam a comunicação científica como comunicação pública” (BRANDÃO, 2007, p.4).

É na atuação política, segundo a autora, que a comunicação pública é entendida de forma mais ampla. Ela pode ser identificada como comunicação política na medida em

que atualmente a mídia é parte do jogo político, econômico e social. “A mídia partilha e disputa o poder com ou contra o Estado e com frequência à custa do enfraquecimento do papel do Estado” (BRANDÃO, 2007, p.6). Outra forma de atuação política que se relaciona com o conceito de comunicação pública se dá nas estratégias da sociedade civil organizada, que pratica a comunicação a partir da consciência de que responsabilidades públicas não são exclusivas dos governos, mas de toda a sociedade – são exemplos as experiências em mídias comunitárias e alternativas.

A perspectiva conceitual que mais se aproxima da produção noticiosa que parte das assessorias de comunicação dos governos, presente no levantamento de Brandão (2007), e que traz mais contribuições para uma delimitação conceitual dessa produção, é a ideia da comunicação pública enquanto comunicação governamental.

A autora salienta que a comunicação, nos governos, é usada como instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social e, “em, suma, provoca o debate público” (BRANDÃO, 2007, p.5).

É neste modelo que esta pesquisa percebe maiores aproximações conceituais e oportunidades de desenvolvimento na produção noticiosa das assessorias. Como avalia Camargo (2013), a comunicação governamental tem potencial de promover e manter a cidadania, a partir da informação e prestação de contas sobre as realizações do governo, divulgação de programas e políticas.

Devido ao grande público que pretende alcançar, a comunicação governamental utiliza principalmente a grande mídia, e mais recentemente se adepta às práticas de participação política, ainda que incipientes, possibilitadas em grande parte pelo uso da internet (CAMARGO, 2013 p.5).

Além de garantir a propagação dessas causas, os esforços de comunicação, segundo Henriques (2006), precisam fomentar a constituição de públicos críticos, capazes de intervir nas discussões de assuntos publicamente relevantes. “De uma ênfase quase exclusiva na produção de informações, passa-se a uma exigência de interlocução, o que altera o fluxo comunicativo e a própria forma de operar os instrumentos de comunicação” (HENRIQUES, 2006, p.8).

Em “Jornalismo Público”, Rothberg (2011), ao falar de modelos de gestão públicos e do conceito de jornalismo cidadão, também faz considerações sobre esse contexto elementar que envolve jornalismo, cidadania e democracia.

Para ele, o distanciamento do jornalismo com o público se dá por quatro principais aspectos: a influência do poder econômico, na forma da propriedade privada dos meios de comunicação, que precariza mecanismos de responsabilização diante do público; a influência política, no sentido do acesso privilegiado dos detentores dos veículos da mídia aos centros de decisão; a influência cultural, em função da propagação de visões hegemônicas que carregam um status de verdades universais; e, por último e especialmente sujeita aos tópicos anteriores, a influência dos próprios jornalistas, segundo o autor, “com seu saber técnico convenientemente revestido por uma imagem de autoridade que dissimula a existência de outras restrições ao exercício do direito à informação” (ROTHBERG, 2011, p.2).

O autor chama essas quatro influências de “aspectos deformadores” de uma perspectiva liberal acerca do mercado jornalístico. Ele argumenta que, assim como nos mercados de produtos materiais – que se sujeitam a distorções de diversas naturezas –, também o mercado de ideias – onde o autor insere o jornalismo –, é distorcido por diversos fatores. A reflexão do autor vai de encontro a sua crítica ao modo simplista como a corrente liberal entende o mercado de notícias – em que um sistema econômico supostamente caracterizado pela liberdade para a procura de sobrevivência e riquezas resultaria, desta forma, em um sistema no qual a disponibilidade da informação se daria por meio de correspondente liberdade no acesso aos meios de sua disseminação generalizada (ROTHBERG, 2011).

Partindo da ideia de que se há uma tradição de valorização do interesse público plasmada nas instituições políticas – e que, dessa forma, a atuação estatal na regulação das comunicações tenha por fim a preservação de um jornalismo sério, responsável e acessível –, Rothberg (2011), ao defender esta atuação estatal, reconhece algumas limitações que precisam ser superadas.

O autor cita o exemplo das emissoras de televisão estaduais, que, no Brasil, são reféns de orçamentos exíguos e mostram-se sujeitas às determinações circunstanciais de mandatários (ora silenciando temas de interesse público impopulares, da perspectiva política; ora travestindo de jornalismo entrevistas com chefes de Executivo que valem-se do jornalismo público para promover-se enquanto figuras públicas). Rothberg critica ainda as emissoras comerciais, que atuam em ambiente desregulado e que não são

responsabilizadas pelo uso privado de concessões públicas, sem oferecer, portanto, o mínimo do que se esperaria em uma democracia madura.

A noção de público, aqui, deve ser entendida não como uma soma de indivíduos considerados exclusivamente em seu poder de consumo, mas sim como um componente de legitimação de regimes democráticos consolidados, com o qual poucos países lograram obter sintonia efetiva (ROTHBERG, 2011)

Esta visão de público é essencial para a busca de uma delimitação conceitual da produção jornalística que parte das assessorias. A reflexão parte da perspectiva de que buscam-se mecanismos de expressão democráticos, pois os indivíduos, como assegura Rothberg (2011), só serão verdadeiramente livres se encontrarem meios pelos quais possam exercer suas determinações, de acordo com suas capacidades.

É neste ponto que o conceito de cidadania se torna tão caro no contexto da comunicação pública. “Partindo do pressuposto de que a razão de ser do serviço público são o cidadão e a sociedade, deve-se avaliar se os órgãos públicos têm dedicado à comunicação a importância que ela merece como meio de interlocução com esses atores sociais e em defesa da própria cidadania” (KUNSCH; 2013, p.4).

A comunicação, portanto, exerce uma função central no contexto do fortalecimento da cidadania, que tem uma relação direta com a sociedade democrática (OLIVEIRA, 2013b, p.18).

Desde que surgiu, na Grécia antiga, o conceito de cidadania passou por inúmeros diferentes entendimentos. O conceito se tornou mais complexo e passou a se relacionar diretamente com a democracia. “A ampliação dos direitos de cidadania relaciona-se, na atualidade, com os processos de democratização da sociedade, o que nos leva a entender que o processo de democratização também deve influenciar as políticas de comunicação, tendo em vista uma nova percepção dos indivíduos e grupos sociais na sociedade”.

A ideia de comunicação pública, como lembra Oliveira (2013b), está intimamente ligada não apenas ao contexto da democracia, mas também ao da cidadania, o que contribui para uma nova percepção acerca de políticas de comunicação. Para Duarte (2007), a comunicação pública coloca o cidadão no centro do processo, por exemplo.

Nos dias de hoje, outra forma de abordagem em relação à ideia de cidadania está presente na busca dos indivíduos por sua liberdade na conexão e na interação com as diferentes redes e possibilidades tecnológicas. Para incluir-se como cidadão, portanto, seria condição indispensável o acesso às redes - já que elas aumentam a possibilidade de

interações. "Se os direitos de propriedade são essenciais para a autonomia, os direitos universais de acesso são indispensáveis para garantir a inclusão no mundo globalizado" (PINHEIRO, 2005, p.4).

Se cabe ao Estado garantir as condições para que a liberdade individual não seja restringida por barreiras sociais e econômicas, ele deve ampliar formas de democratizar os meios de comunicação – seja na regulamentação do mercado, e criando possibilidades de profissionalização e produção democrática partindo de suas assessorias.

Em 2005, o então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica do primeiro governo Lula, Luiz Gushiken, destacou, durante o II Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisa em Comunicação, os oito princípios básicos necessários para a comunicação pública. Os tópicos ressaltados por Gushiken revelam a importância dada à comunicação pública como estímulo da cidadania e ajuda a delimitar características da produção noticiosa que partem de governos.

Em primeiro lugar, Gushiken destaca que o cidadão tem direito à informação e que essa é a base para o exercício da cidadania. O segundo princípio é que é dever do Estado informar. Gushiken lembra ainda que a comunicação pública deve seguir o princípio de zelar pelo conteúdo informativo, educativo e de orientação social. O quarto princípio destacado pelo então ministro é de que a comunicação pública não deve se centrar na promoção pessoal dos agentes públicos e que precisa, como quinto princípio, promover o diálogo e a interatividade. O sexto tópico destacado é a necessidade de estímulo do envolvimento do cidadão com as políticas públicas. Por fim, os dois últimos princípios que devem reger a comunicação pública, segundo Gushiken, é o entendimento de que os serviços públicos precisam ser oferecidos com qualidade comunicativa; e a comunicação pública precisa se basear na ética, na transparência e na verdade.

A partir das considerações de Gushiken e, tendo-se em vista o contexto em que se insere a discussão sobre o trabalho das assessorias – com suas limitações, ressalta-se aqui a necessidade de identificar esta produção com conceitos, métodos, técnicas e discussões que dizem respeito estritamente ao jornalismo.

Olhar para este objeto, considerar seu contexto e, por uma perspectiva da pesquisa em jornalismo, identificá-lo e compreendê-lo, parecem ser passos essenciais para a consolidação de uma produção mais democrática, que leve em conta a cidadania como aspecto central.

A prática jornalística – enquanto atividade com o propósito de informar a sociedade sobre assuntos de relevância pública, em linhas gerais – sofreu ao longo dos

anos modificações condizentes com o contexto de cada época. A atividade jornalística, como sustenta Costa (2011), revestiu-se de diferentes pontos de partida e de ação para atender a demanda que se apresentava em cada período da história.

O jornalismo especializado surge destas mudanças – demonstrando um atendimento específico a segmentos de uma sociedade plural e com demandas próprias. Também do crescimento da imprensa surge a percepção dos diferentes poderes da comunicação neste contexto (tanto construtivo como destrutivos, de acordo com a autora).

Empresários passam a investir, no século XIX, em publicações próprias. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, empresas tentam, com suas publicações, minimizar problemas internos. Em num contexto similar, o jornalista Ivy Lee decide utilizar seu conhecimento em comunicação para um uso não convencional (à época): fora das redações.

Ivy Lee passou a oferecer ao mercado serviços inéditos: informações empresaria que as próprias empresas autorizavam ser apuradas e divulgadas, com o objetivo de atingir e influenciar a opinião pública (COSTA, 2011). Além de encontrar um nicho específico de mercado, Lee encontrar uma forma de atingir a opinião pública de forma eficiente e eficaz.

De acordo com Mafei (2003), em 1906, Lee foi contratado por uma indústria de carvão minera e assim pôde aprimorar na prática seus conceitos sobre imagem institucional e divulgação. Segundo o autor, ele viabilizou a aceitação pública de seus assessorados por intermédio do trabalho relacionado com a mídia.

Ou seja, como sustenta Costa (2011), foi a partir das ações de Lee que as atividades de assessoria de imprensa desenharam práticas e formas de atuação parecidas com as que são desenvolvidas atualmente, na expectativa de administrar informações jornalísticas das fontes para os meios de comunicação e vice-versa, tanto no setor público quanto no setor privado.

Para funcionar de forma eficiente, as assessorias de imprensa valem-se de ferramentas específicas que potencializam seu papel de mediação entre organizações e veículos de comunicação.

Em seu Manual de Assessoria de Comunicação, a Federação Nacional dos Jornalistas cita algumas dessas atribuições: elaboração de press-releases, sugestões de pautas e press kits; relacionamento formal e informal com pauteiros e repórteres; acompanhamento de entrevistas das fontes; organização de coletivas de imprensa;

clipping de notícias; elaboração de estratégias de comunicação, como produção e edição de jornais, revistas, sites e material jornalístico.

Um dos pontos de diferença entre a atuação da assessoria de imprensa no setor privado para a assessoria de imprensa no setor público é a percepção de que no segundo caso, os resultados do trabalho da assessoria devem convergir para que o cidadão seja capaz de exercer seus direitos dentro do contexto no qual se encontrar. Ou seja: a assessoria, quando vinculada à comunicação pública, precisa também assumir um papel cidadão (COSTA, 2011).

Tornar público é tópico vital para as assessorias de imprensa de órgãos públicos, como as que são observadas neste trabalho. Neste conceito, tem-se em Groth (2011) boas contribuições.

O autor utiliza o conceito de publicidade. Para ele, esta é uma das principais características do jornalismo, cuja inerência aos processos jornalísticos jamais fora questionada. “Potencialmente, como característica de uma coisa, portanto entendida objetivamente, a publicidade significa o estar aberto, a abertura, a acessibilidade geral da coisa” (GROTH, 2011, p. 263).

Para o autor, o princípio da publicidade faz entender que organizações e recintos, métodos e processos, registros e documentos sejam abertos. A publicidade como característica essencial dos jornais, para o autor, é a acessibilidade e, com isso, a notoriedade de tudo aquilo que o jornal traz, de forma tal que cada um possa tomar conhecimento, que ninguém esteja excluído da recepção do conteúdo.

Nesse conjunto de fatores – interesse público, publicidade, cidadão e órgãos públicos – é o justamente o Estado quem tem na mão a possibilidade de cumprir o que é previsto legalmente. “O administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo, pois, incidência de sua vontade subjetiva” (MORAES, 2003, *apud* SILVA, 2015), sendo esse fator o princípio constitucional da Legalidade. Desse modo, enquanto as organizações em geral agem por vontade própria e podem fazer tudo o que a lei não proíbe, as prefeituras, por sua vez, devem apenas seguir o que a lei determina (SILVA, 2015).

Isso é a essência da comunicação a ser realizada pela administração pública, não como opção, pois a sua base, o interesse público, está ligado diretamente aos princípios legais. Nesse sentido, pensar a comunicação pública com o olhar para o Estado (para as prefeituras, neste caso, mais precisamente) é analisá-la de fato, tendo em vista os

princípios que a regem: “o Estado é, portanto, o único entre os demais atores que deve atuar integralmente com a comunicação pública” (KOÇOUSKI, 2012, p.91).

Segundo Silva (2015), a ação da comunicação pública por parte do Estado envolve diretamente o cidadão, que é ponto central na formulação de ações e de políticas públicas que refletem em toda a sociedade. Pensar a comunicação pública em sua relação com o Estado, portanto, seria superar uma ideia de comunicação, indo além dos canais convencionais e da comunicação unidirecional em que a instituição pública apenas informa.

É no caminho de uma mudança de paradigma, para Silva (2015), que a administração pública precisa ter a ação junto do cidadão. E esse caminho, por sua natureza, norteia a comunicação pública estatal. Essa perspectiva se transforma num verdadeiro exercício de democracia (e de cidadania) em que são levados em consideração todos os agentes envolvidos, em todos os campos de atuação.

É importante lembrar que a cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e o cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública de um Estado-nação (KUNSCH, 2013, p.16)

Portanto, a comunicação pública tem papel fundamental quando se leva em conta a função que desempenha na relação entre o Estado e o cidadão. Sua efetividade, de acordo com Silva (2015), garante que os direitos e as necessidades da sociedade sejam mais bem esclarecidas e transparentes - já que o processo comunicacional seria mais homogênea e menos unidirecional. “A comunicação pública exige a participação da sociedade e seus segmentos. Não apenas como receptores da comunicação do governo e seus poderes, mas também como produtores ativos do processo” (MATOS, 2009, p.52).

Não se pode perder de vista a obrigação legal que o Estado tem para com esses princípios. Ironicamente, essa obrigação parece acabar sendo um dos motivos pelos quais ainda é um desafio executar verdadeiramente a comunicação pública.

Um desses desafios é fazer com que a comunicação de caráter público ultrapasse os limites das assessorias para se infiltrar nas estruturas dos órgãos públicos, privados ou do terceiro setor, deixando de ser um mero instrumental para se transformar em um princípio ético do relacionamento do Estado com o cidadão (SILVA, 2015). A grande mudança que a comunicação pública pode e está promovendo, é a mudança de valores no atendimento ao cidadão (BRANDÃO, 2012).

1.1 DESAFIOS E IMPASSES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL

Incontestável avanço para o controle social e para o direito à informação, a Lei 12.527/11, do Acesso à Informação, é um marco recente da história brasileira em relação à transparência. Porém, a Lei não parece ser o suficiente. Em entrevista ao portal Ponta Grossa em Números, a jornalista Natália Mazotte defende que, para que verdadeiramente sejam vencidas as barreiras da falta de transparência nos governos, é preciso compreender que se trata de uma questão cultural. “Existe uma cultura do sigilo nas instituições públicas que aos poucos vem sendo desfeita, vamos aos poucos deixando o poder público mais poroso à participação cidadã e mais responsável em sua prestação de contas” (MAZOTTE, 2015, p.1).

Ao discutirmos sobre o papel da comunicação no âmbito público, é sempre necessário ressaltar o intuito da comunicação pública em transmitir informações de interesse público aos cidadãos – passo inicial para que sejam estabelecidos um diálogo e uma relação entre Estado e sociedade. A forma como a informação é captada, trabalhada e veiculada, porém, também merece ser observada de forma atenta, para garantir os propósitos da comunicação de caráter público – para além da disponibilidade de dados já garantida pela lei 12.527/11.

Um exemplo é bastante elucidativo. Em 28 de abril de 2015, foi ao ar na emissora estatal de televisão do Paraná (a E-Paraná), uma entrevista com o governador do Estado, Beto Richa, a respeito da greve de professores e servidores da rede estadual do ensino, que acontecia na época. A entrevista foi ao ar um dia antes do episódio que passou a ser chamado de “massacre de 29 de abril” aos professores, que foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar durante um protesto no Centro Cívico de Curitiba.

O que chamou a atenção na entrevista conduzida pelo jornalista Denian Couto, diretor de jornalismo da E-Paraná na época, foi na verdade o vazamento de uma versão não editada para a internet – postada na conta do próprio governador do Estado no Facebook. Nela, depois da entrevista, o jornalista elogia a postura de Beto Richa durante a conversa, o que despertou a indignação de internautas que logo perceberam a gafe e replicaram o conteúdo antes que fosse deletado. “Cara, foi excelente”, garante Denian. “Foi?”, responde o governador.

“A farsa da entrevista de Beto Richa à TV Educativa do Paraná demonstra o quanto é necessária uma democratização da mídia no Brasil, com mais TVs realmente públicas, e não chapa-brancas” (VIOLIN, 2015, p.1).

O episódio nos remete diretamente a algumas discussões já feitas no que se refere à comunicação pública. É necessário ressaltar que toda e qualquer informação referente a instituições públicas é um direito assegurado ao cidadão. Ao cumprir seu papel informativo, a comunicação de caráter público possibilita o diálogo e a participação.

Comunicação pública deve ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, a possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo (DUARTE, 2007, p.64)

A comunicação deve ter como base o intercâmbio de informações. O fato de haver informação sobre determinado tema político, por exemplo, não garante a eficácia da comunicação pública. A comunicação pública deve proporcionar condições de acesso e maior interação entre representantes e representados, a criação de espaços para discussões e o exercício da cidadania possibilita a melhora da comunicação e a busca do entendimento, compreensão.

Nas primeiras páginas de *Estado de Narciso*, Eugênio Bucci (2015) discute o caráter público da comunicação e de como ela, mesmo quando definida como pública, vem sendo utilizada para fins privados. “Só merece o adjetivo público o evento (o fato, o bem ou a ação) que não se pode (ou não poderia) estar sob controle estrito da esfera privada, que não poderia ser governada por instâncias privadas (não públicas), que não é propriedade de mãos privadas” (BUCCI, 2015, p.46).

O autor argumenta que a separação entre público e privado é decisiva para que seja possível distinguir a comunicação pública daquela que não pode ser chamada de pública. Bucci (2015) lembra que a Constituição Federal, ao considerar o princípio público republicano (com base no artigo primeiro, que consagra o princípio de que todo poder emana do povo), assegura que os interesses pessoais de autoridades não podem ser postos, jamais, acima do interesse público.

Bucci (2015) cita o artigo 37 da Constituição, em busca de uma definição acerca do que é público:

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988)

O trecho evidencia o princípio da impessoalidade como fator de garantia da dimensão pública do Estado. O público, conforme Bucci (2015), é aquilo que não pode ter sentido pessoal, tanto econômico quanto politicamente. “Deste modo, na comunicação de governo, a finalidade pública deve (tem que) prevalecer sobre o interesse particular (de uma só pessoa ou de um grupo de pessoas)” (BUCCI, 2015, p.47).

O autor lembra que, além de recusar a promoção pessoal da comunicação pública, a Constituição exige a transparência no tratamento dos assuntos de interesse da coletividade. Logo, ao lado da impessoalidade, há o princípio da publicidade das informações. O dever de tornar públicas as informações de interesse público está entre os princípios que precisam orientar a atuação do Estado e de seus agentes.

No artigo 5º da Constituição, estabelece-se que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse participar, ou de interesse coletivo ou geral, que devem ser prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade. Respondendo a esses princípios, foi promulgada em 2011 a Lei 12.527, a chamada Lei do Acesso à Informação, com o intuito de fortalecer o direito à informação.

Enquanto cabe ao Estado o dever de informar, ao cidadão é garantido o direito fundamental de ser informado, salvo nas hipóteses excepcionabilíssimas previstas na própria Constituição. Conclusão lógica e inescapável: a comunicação, para merecer ser chamada de pública, deve também estar subordinada aos mesmos princípios. Ou não poderá ser chamada de pública (BUCCI, 2015, p.48)

1.2 O SETOR DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL: MERCADO DESREGULADO

A fronteira tênue entre regular as atividades de um agente econômico sem restringir direitos básicos basilares previstos na Constituição – como a liberdade de expressão - parece surgir, ao mesmo tempo, como causa e consequência da concentração de mercado e de propriedade que mantém os grandes oligopólios midiáticos brasileiros. (GORGEN, 2009)

A liberdade de expressão é um dos princípios fundamentais da legislação brasileira, determinado pelo artigo 5º da Constituição Federal, que garante a livre manifestação de pensamento e a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Nos artigos 220 a 224, que versam especificamente sobre a Comunicação Social, a Constituição reforça o princípio da liberdade de expressão, quando garante a inexistência de restrições na veiculação dessas mensagens. “Nenhuma

lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social” (BRASIL, 1988).

Algumas normas previstas buscam ainda proteger indivíduos de possíveis abusos no exercício da liberdade de expressão, como nos casos de injúria, calúnia e difamação, todos expressos no Código Penal. Em 2015, outra regulamentação também passou a valer no Estado Brasileiro, com a sanção da Lei 13.188/2015, do direito de resposta, que determina o rito de concessão do direito de resposta já previsto também no artigo 5º da Constituição, que assegura, no inciso V, o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização ao ofendido⁶.

Na Constituição, foram estabelecidos princípios para a organização e exploração do setor da comunicação para emissoras de rádio e televisão, como a proibição da formação de monopólios e oligopólios (no art. 220); a preferências às finalidades educativas, culturais e informativas, a promoção da cultura nacional e regional, e o estímulo à produção independente (art. 221); e o princípio da complementariedade entre os sistemas público, privado estatal (art. 223); entre outras definições.

Porém, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, a principal referência para a exploração dos serviços de radiodifusão permaneceu sendo o Código Brasileiro de Telecomunicações (ABT), de 1962.

O CBT incluía, originalmente, a radiodifusão entre os serviços de telecomunicações, mas com a Reforma do Estado implementada durante a década de 90 e a consequente aprovação da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), em 1997, o CBT foi mutilado, passando a normatizar exclusivamente o setor da radiodifusão e compondo um fragmentado e disperso quadro normativo. Nesta perspectiva, para avaliar o grau da eficácia do marco regulatório atual da radiodifusão, deve-se prioritariamente mensurar em que medida os princípios legais constitucionais e infra-constitucionais favoráveis à garantia da liberdade de expressão e do direito à informação são implementados pelo Estado brasileiro (MOYSES; GINDRE, 2009)

Desta forma, segundo os autores, deve-se considerar que os princípios constitucionais estabelecidos para a exploração da radiodifusão são ignorados pelo poder

⁶ A Lei do Direito de Resposta (13.188/2015) foi criada após a intensa reivindicação por setores progressistas da sociedade, como entidades sindicais profissionais e científicas das áreas da comunicação e do jornalismo, em consequência da extinção da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 30 de abril de 2009.

concedente. Muitas das definições previstas na Constituição (a exemplo dos artigos 220, 221 e 223, não foram regulamentados, por força do lobby de empresas que acusam de censura as tentativas de definições de regras mínimas à exploração do espectro no Brasil – o que dificulta a aplicação dos princípios e também a ação da sociedade civil na exigência dos concessionários de radiodifusão o cumprimento desses princípios.

Para Moyses e Gindre (2009, p.130), o CBT favorece a criação de ambiente de descontrole sobre a exploração dos serviços e, com isso, acaba por comprometer de forma decisiva o exercício da liberdade de expressão. Para os autores, é muito claro o descaso do Estado brasileiro aos princípios legais estabelecidos para o setor. Um desses exemplos é a não exploração em regime de “complementariedade” entre os sistemas público, privado e estatal. “Inexistem meios públicos fortes, cuja autonomia e independência frente ao mercado e aos governos sejam efetivas, premissas essenciais para a garantia da oferta de programações comprometidas exclusivamente com os interesses da sociedade”.

Um exemplo trazido pelos autores é a cidade de São Paulo, onde operam 19 emissoras de televisão aberta – entre geradoras e retransmissoras – e apenas uma não possui fins lucrativos (a TV Cultura), sendo que esta, apesar de ser importante emissora de caráter público do país, é uma fundação de direito privado e possui vínculos com o governo do Estado, que inviabilizam sua plena autonomia financeira e de gestão. O cenário não é diferente em outras cidades e estados brasileiros.

Gomes (1998, *apud* LIEDTKE, 2007 p.436) propõe a diferenciação entre políticas de comunicação estatais, públicas e privadas. A primeira, para ele, é aquela estabelecida pelo governo e que normatiza a forma como o Estado e a sociedade agem no campo da comunicação social (o Estado, nesta categoria, interfere ativamente no sistema de comunicação social, fazendo-se proprietário dos meios). Nas palavras do autor, é o “Estado empresário, competidor”.

Quanto às políticas públicas, o autor lembra que, embora tenham participação do Estado, são abertas à sociedade civil. O Estado, neste caso, regulamenta o mínimo, deixando que organizações tenham acesso e controlem o uso dos meios de comunicação social. Já as políticas privadas, segundo o autor, são aquelas desenvolvidas por grupos privados e que exploram os meios de comunicação de uma perspectiva liberal, sem interferência o Estado, mantendo boa parte da população à margem dos meios de comunicação, sem qualquer possibilidade e acesso e intervenção.

Até o momento, na América Latina, o Estado é o único formulador de políticas de comunicação. Como ele é muito sensível aos grupos de pressão econômicos, a formulação de tais políticas privilegia os interesses dominantes economicamente. [...] Em alguns momentos, o Estado cede às pressões dos movimentos sociais, formulando leis conjunturais que alteram a regulamentação dos meios, em determinados períodos de interlocução com a sociedade civil. Mas tais situações constituem casos de exceção, não representando uma política democrática de comunicação (LIEDTKE, 2007, p.437)

Deste modo, urge discutir a comunicação pública enquanto também um espaço público. Afinal, são muitas as dificuldades para a criação de espaços públicos e plurais de articulação e participação. Enquanto espaços públicos, esses canais de comunicação abertos à discussão das necessidades e demandas dos cidadãos (GOMES, 1998) extrapolam aqueles que se tornaram institucionalizados sob a forma de parlamentos e que, por variados motivos, se distanciaram da esfera civil.

A democratização da mídia e as políticas públicas de comunicação precisam, portanto, assegurar aos cidadãos o acesso (e acessibilidade) a espaços de decisão – sejam os meios de comunicação, serviços básicos de comunicação ou a liberdade de expressão, para que, dessa forma, atue de forma decisiva e central na ligação entre comunicação, informação, conhecimento e cidadania.

CAPÍTULO 2

COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA REDE

A instantaneidade e a interatividade na internet estão entre as características que podem facilitar a participação do cidadão em assuntos políticos relacionados ao local onde vive. Porém, é a qualidade das informações disponíveis nos portais de governo sobre as políticas públicas elaboradas e coordenadas, detalhamento de gastos públicos e outros dados necessários, quando disponíveis, que crescem no potencial de aproximar cidadão e governo e que, em suma, estimula a participação democrática do cidadão na vida pública de seu município, estado ou nação. Além disso, parte-se da concepção de que é igualmente necessária uma sociedade civil consciente, estimulada e capaz de descobrir as vantagens que as tecnologias podem proporcionar a ela no que se refere a sua vivência cidadã (DUARTE, 2009).

Ter acesso às informações públicas é uma das condições fundamentais para que os cidadãos possam participar politicamente da vida em sociedade. Isso implica na necessidade de que esses dados tenham qualidade, sejam transparentes e que sejam abertos ao acesso de todos e todas. Além disso, a disponibilização dessas informações deve ocorrer de forma constante.

Liberato (2011, p.3) lembra que a comunicação pública tem o dever de informar, escutar, considerar a relação social com os cidadãos, estabelecer diálogos, promover o debate público e a prestação de serviços, estabelecendo-se como um espaço de discussão pública e tomada de decisões. “Em instituições públicas, a comunicação torna-se responsável por agir de acordo com o as necessidades e interesses dos cidadãos, referindo-se a disponibilidade de informações relativas a temas de interesse coletivo”.

É nesse contexto de exigência para com o poder público em relação à prestação de contas com a população que as tecnologias surgem com papel fundamental. Seja na disponibilização de dados mais abrangentes, ou no estímulo dos cidadãos a participarem do processo político, a inserção das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs) como ferramentas de gestão é uma realidade em todo o mundo.

Mudou o mundo, mudaram os países, muda a sociedade, mudamos nós. Este processo de mudança permanente interfere no relacionamento entre pessoas, organizações, Estados e, se analisando no prisma de um processo evolutivo, vamos observar que os avanços tecnológicos excitam a política da globalização e esta exige um sistema de comunicação entre pessoas, grupos e organizações,

mais dinâmica, ágil, eficiente e eficaz (FARIA, 1996 *apud* FERREIRA, PEREIRA, 2013, p. 35)

Nesse contexto, Ferreira e Pereira (2013) apontam para a necessidade de mudança no *modus operandi* das assessorias de comunicação de órgãos públicos. Nessa mudança, o novo fundamento norteador da comunicação pública deve ser uma política de comunicação sedimentada no interesse público, na valorização da cidadania e no compromisso com a sociedade.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de uma mudança em uma comunicação preocupada em trabalhar de forma tática (onde enfatizam-se aspectos promocionais e de visibilidade dos órgãos) para uma comunicação que favoreça efetivamente a relação de mão dupla entre a comunicação e o público – e para que seja um instrumento de cidadania.

Os assessores de comunicação devem fazer cumprir, na comunicação pública, todos os preceitos constitucionais e os princípios que regem a administração pública: dever de informar os atos praticados pela administração pública de maneira clara, completa, correta, transparente e ética, ouvir e dar acesso aos cidadãos e fazer prevalecer o direito de participação do povo nos “negócios” do Estado, garantia do verdadeiro estado democrático de direito (FERREIRA, PEREIRA, 2013, p. 42)

Para Monteiro (2009), a comunicação pública tem ainda o dever de informar o público e estabelecer uma relação de diálogo que permita a prestação de serviço ao público, além de promover os serviços da administração e tornar conhecidas as instituições.

É justamente por esses fins e, pensando nesse modelo ideal em que o jornalista tem a possibilidade de atuação profissional, que a comunicação pública na rede pode ter seu potencial ainda mais fortalecido. A experiência online possibilita ao cidadão buscar conteúdos em diferentes suportes midiáticos. Com seu potencial transformador (LEVY, 1999), a rede possibilita que sejam realizadas ações e iniciativas que prezem pelo compartilhamento de informações e pela interação.

Essas possibilidades estão na essência das redes e das tecnologias de informação e comunicação: a capacidade e a agilidade de conexão, interação e socialização – o que, como consequência, pode aumentar as possibilidades de que as reivindicações e opiniões individuais sejam ouvidas e, no caso da comunicação pública, levadas em consideração. “O profissional de comunicação precisa repensar a sua práxis pela urgência em atender um consumidor/cidadão mais exigente, consciente, participante e bem informado” (PEREIRA; FERREIRA, 2013; p.43).

2.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As mudanças possibilitadas pelas TICs nas sociedades contemporâneas foram absorvidas de forma quase natural pelas populações que a elas tiveram acesso (RAMINELLI, 2014). Assim como em outros tempos, com novos meios surgindo, outros foram sendo preteridos, e isso trouxe possibilidades para uma total transformação das relações entre cidadãos, governos, empresas, etc. (RABOY, 2005).

Para Castells (1999), a “sociedade da informação” é o conceito adequado para entender o grande e crescente fluxo de informações transmitidos entre diferentes atores por meio das tecnologias. O cenário aponta para um novo paradigma (ainda em construção) da esfera pública em nossa sociedade (LEVY, 2003; HARDT, 2003; FERREIRA, PEREIRA, 2013). Para Levy (2003), a emergência da Internet a partir do final da década de 80 introduziu elementos novos para a evolução de uma esfera pública que já fora compreendida de diferentes formas, como o espaço de interlocução direta pouco diferenciada da esfera privada (no caso das sociedades que utilizavam principalmente a comunicação oral); ou, a esfera pública moderna, que se apoiava numa informação “publicada” em jornais, revistas ou livros.

O novo modelo possibilitado pela Internet e à World Wide Web traz a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos. “Levanto a hipótese de que a revolução no ciberespaço vai reestruturar profundamente a esfera pública mundial, o que terá profundas repercussões sobre a vida democrática” (LEVY, 2003, p.369).

A influência das redes nos governos, portanto, ganha ainda mais importância (CANAVILHAS, 2009), sobretudo na ideia de circulação de informação, visto que informar o cidadão, de forma ideal, é muni-lo do mínimo necessário para questionar e acompanhar cada ação de seus governantes – participar ativamente da vida pública. É dessa forma que a sociedade de informação altera por completo as relações de governo – em especial, a relação de quem governa com sua população.

É fato que os governos são monopólios em seus territórios geográficos, o que vale dizer que os clientes não podem simplesmente escolher outro fornecedor, porém não são monopólios permanentes. Com esforço suficiente, políticos podem ser tirados do cargo. Devido a essa realidade e ao poder cada vez maior dos indivíduos para se organizarem e se fazerem ouvir via internet, os governos, com o tempo, se tornarão mais sensíveis (ROVER, 2006, p. 100)

Levy (2003) propõe a ideia da necessidade de uma “ciberdemocracia” para que sejam minimizados eventuais percalços para um processo comunicacional democrático – num sentido amplo, que dê conta de prover informação, mas que também, a longo prazo, seja passível de consulta, como acervo histórico, de material informativo sobre variados temas. “A Internet [...] dá margem a uma renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos” (LEVY, 2003, p. 367).

Para o autor, são diversos os fatores que possibilitam à internet transpor barreiras que os meios tradicionais não podiam passar – ou que, por conveniência financeira ou política não passavam e achavam nisso uma justificativa. “As webmídias estão liberadas, pelo menos no plano técnico, das limitações associadas a qualquer suporte particular existente, com por exemplo a imprensa, o rádio ou a televisão clássica” (LEVY, 2003, p. 369).

Outra vantagem destacada pelo autor é o fato de que as webmídias propõem conteúdos organizados por temas e não mais segundo grades de programação temporais ou emissões cronológicas. Somado a isto, está ainda o fato de que o usuário passa a chamar à tela (à sua vontade) diferentes atores sociais, porta-vozes e representantes de grupos de interesse, para ouvir e examinar seus argumentos. “As trancas do acesso à esfera pública rompem-se umas depois das outras” (LEVY, 2003, p.371).

A comunicação pública que prioriza o interesse público nas suas ações e que atua como um aliado do Poder Público pode ter na rede uma grande aliada. A comunicação digital representa uma possibilidade de participação direta dos cidadãos que, por meio dela, têm voz ativa, são atuantes e possuem influência.

2.2 E-GOVERNMENT NO BRASIL: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Os governos dos Estados Unidos, em 1993, e do Canadá, em 1997, foram os primeiros a explorar de forma mais contundente as novas tecnologias (à época) para promover mudanças da forma de administração pública (WEERAKKODY, 2012). Depois deles, diversas iniciativas parecidas surgiram no mundo todo, também em administrações de nível estadual, municipal, distrital, etc. O termo comumente utilizado para designar essas iniciativas é o de *e-Government* (“governo eletrônico”, em tradução livre; “*e-gov*”, de forma simplificada).

A ideia consiste na utilização daquelas novas tecnologias para melhorar a prestação de serviços públicos, aumentando o alcance e dinamizando os processos; a

intenção é reduzir custos e promover a transparência dos governos, em primeiro lugar, por meio de prestação de contas e incentivando a participação popular (BORGES, 2005, p.71).

No Brasil, o projeto de implantação de um *e-gov* teve início com o Decreto 3.294/99, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que instituiu o Programa Sociedade da Informação – Livro Verde, marcado pela falta de debate na construção do documento mestre.

O Programa brasileiro foi construído, em boa medida, observando as características dos programas existentes na Europa. No entanto, nos países europeus, ocorreu uma discussão sobre a concepção do programa, uns defendiam que o programa fosse nomeado como “sociedade do conhecimento” e outros, “da informação”. No caso brasileiro, não houve nem essa preocupação (SANTOS; CARVALHO, 2009, p.4).

Pouco sólido e quase sem subsídios científicos para sua aplicação efetiva, o projeto não decolou. Com o final de mandato presidencial em 2002, o Governo Federal deixou o assunto para o próximo governo. Com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, veio também a mudança de concepção acerca do Programa, que passou a ter como meta a inclusão digital com a criação de programas que valorizam a conectividade.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2013, o cenário já era diferente. À época, a página do *e-gov* do Governo Federal deixava claro que a política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro seguia um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores (RAMINELI, 2014). Ou seja, em teoria, o país adotava um conceito ampliado de governo eletrônico.

Na página de histórico do site do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro, a última novidade postada a respeito do tema é uma parceria do governo com a Universidade Federal da Paraíba, firmada em 2014, para o desenvolvimento da *Suite VLibras* - um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir automaticamente conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

Há mais de uma década buscando ampliar o funcionamento efetivo do *e-gov*, o Brasil – ao menos, na esfera federal, e com a pressão de movimentos populares -, vem buscando aumentar a participação cidadã e o acesso à informação (condições *sine qua non* para o fortalecimento da democracia).

A exploração da internet enquanto ferramenta de governo não poderia ser diferente nas outras esferas – estaduais e municipais. É pouco provável que se obtenha sucesso em tentar estabelecer um panorama preciso da utilização, por parte dos diferentes setores da administração pública, de ferramentas e tecnologias de informação para comunicação com os diferentes públicos.

A popularização das redes sociais é um dos motivos que nos coloca em condição de testemunhar a ampla utilização dessas ferramentas enquanto elementos de um projeto ainda incipiente de *e-government* – ainda como um ensaio, sem organização formal ou delimitações legais, dentro de municípios e mesmo de estados.

A possibilidade de aproximação dos governantes para com os governados oferecida como uma vantagem por um portal governamental municipal estruturado na perspectiva do *e-gov* demanda mais do que apenas a abertura daquele canal de comunicação. E esse é um dos motivos pelos quais boa parte dos municípios brasileiros não desenvolveu programas de governo eletrônico até pouco tempo – mais precisamente, com a sanção da Lei de Acesso à Informação, que trouxe uma expressiva mudança nesse sentido.

Ainda assim, a implantação do *e-gov* demanda planejamento, infraestrutura de telecomunicações e informática, o que, por sua vez, pode fazer com que novos investimentos sejam necessários, tanto para o provimento dos serviços e informações através do portal, quanto para a criação dos pontos de uso, para que a população tenha acesso à internet. O *e-gov* não se consolida quando secretarias, departamentos e setores de prefeituras atuam de forma desconexa ou independente de um plano de ação – fenômeno que, com a popularização das redes sociais, vem sendo comumente observado em prefeituras em todo o Brasil (VAZ, 2013).

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO: EM BUSCA DO JORNALISMO NA PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS ASSESSORIAS

Para delimitar o jornalismo praticados nas assessorias de comunicação das prefeituras de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa através de suas produções informativas, foi necessário, além de refletir teoricamente sobre o assunto, como apresentado nos capítulos 1 e 2, estabelecer estratégias para a contemplação do objeto.

O percurso da análise empírica dessa pesquisa se divide em dois momentos: o primeiro foi a aquisição de dados a respeito da plataforma em que os textos eram publicados – ou seja, lançou-se o olhar para os sites dessas prefeituras – a plataforma web. Uma preocupação, portanto, mais com o **formato** de apresentação dessa produção informativa do que com o conteúdo presente nela.

3.1 OVERVIEW DOS SITES DAS PREFEITURAS NA PERSPECTIVA DA NAVEGABILIDADE

Para esse primeiro passo, as páginas oficiais das cinco prefeituras foram monitoradas durante todo o mês de outubro de 2015. No primeiro dia de acompanhamento dos sites, foram coletadas informações a respeito das características de navegabilidade de cada página – essas características serão expostas na sequência. Essas informações foram armazenadas e, dia a dia, durante as quatro semanas seguintes, foram sendo apenas sendo checadas novamente para que eventuais alterações – de layout, introdução de novas ferramentas, etc – pudessem ser percebidas e anotadas. O monitoramento contínuo e diário mostrou que não houve nenhum tipo de alteração nos sites que integram a pesquisa, o que, portanto, sustenta a descrição e o funcionamento das características observadas – assim, foi possível obter um *overview* do funcionamento desses sites.

Essas características foram traduzidas em uma tabela composta por elementos que caracterizam os sites por suas ferramentas-padrão na perspectiva da *navegabilidade*, com algumas das sugestões apontadas por Jambeiro *et al.* (2006), em seus estudos sobre os sites das prefeituras de capitais brasileiras. Nove características foram observadas e compõem essa tabela, além do nome e URL do portal (para fins de identificação):

A primeira delas é a aparição do site entre os três primeiros resultados em *Web Search Engines* (os **motores de buscas**, como o Google – que indexam e disponibilizam informações de sites da World Wide Web). Para esta categoria, a busca feita durante o período da coleta foi sempre a mesma: o nome da cidade. O intuito foi verificar a possibilidade de acesso do portal oficial do município a partir da busca simples pelo nome unicamente da cidade. Os motores de busca utilizados foram Google, Yahoo e Bing.

O segundo aspecto de navegabilidade observado é a verificação do funcionamento pleno do site em diferentes navegadores. A intenção foi verificar possíveis problemas na apresentação do layout e nas funcionalidades, como o não funcionamento dos botões dos menus, por exemplo. É válido ressaltar, neste caso, que o correto funcionamento dos portais em navegadores diversos aponta também para a funcionalidade do portal em plataformas livres – um dos focos de incentivo do Programa de Governo Eletrônico do país. Os navegadores testados foram Google Chrome, Internet Explorer e Mozilla Firefox, os navegadores mais utilizados pelos brasileiros em 2015, segundo dados do *StatCounter*⁷, que agrega dados globais de tráfego na web.

O terceiro indicador diz respeito à **responsividade** do layout do site. O termo vem sendo utilizado para descrever a capacidade do layout e da estrutura do site de se adaptar – de forma satisfatória – às diferentes possibilidades de acesso à rede com as tecnologias de informação e comunicação. Um site com design responsivo não terá problemas quando for acessado em um *tablet*, em uma TV digital, ou num computador de mesa, por exemplo. Para testar a responsividade dos sites das prefeituras, utilizou-se o teste de compatibilidade com dispositivos móveis do *Google Developers*⁸, ferramenta gratuita da Google.

Outro aspecto explorado nesse momento da pesquisa diz respeito à verificação de possíveis **alterações de itens durante a navegação** no site – como a posição de botões, alterações de menus, etc., o que poderia confundir os usuários durante a navegação, comprometendo o propósito do site.

O quinto critério para análise da navegabilidade dos sites foi a possibilidade de definir páginas secundárias do site como **bookmarks** (ou “favoritas”, como página independente). O fato de alguns portais não permitirem que todas as páginas internas

7 <http://statcounter.com/> Acesso em 22 fev. 2016

8 <https://www.google.com/webmasters/tools/mobile-friendly/> Acesso em 20 jul. 2016.

possam ser armazenadas por meio de bookmarks pode dificultar, por exemplo, o acesso posterior a alguma publicação.

O sexto elemento explorado foi a possibilidade direta de participação do usuário nas publicações feitas no site de cada prefeitura, a partir de **formulários de comentários**, espaço em que o cidadão poderia não apenas dar sua opinião, mas também contribuir com o poder público com ideias e sugestões em relação aos mais diversos temas.

Os três últimos elementos da tabela verificam a existência ou ausência de ferramentas para busca no site das prefeituras. O primeiro deles é o de **busca** simples, na página inicial. A segunda referência verifica a existência da possibilidade de **busca avançada** (como em datas específicas, por tipo de publicação, etc.). O terceiro e último elemento verifica a possibilidade ou não de fazer **busca em páginas secundárias** – seções específicas do site, e não na página inicial.

3.2 O FOCO NO CONTEÚDO: EXERCITANDO O “OLHAR NATURAL” E O “OLHAR INTUITIVO” SOBRE A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS PREFEITURAS

A análise empírica dessa pesquisa precisou encontrar formas próprias de contemplar o objeto de estudo para que pudesse identificar o que há de jornalismo na produção informativa das assessorias de prefeituras do interior do Paraná.

Aos métodos, argumenta Groth (2011), devem-se somar as hipóteses ou perguntas de pesquisa, que tendem a ser “princípios heurísticos que o pesquisador prefixa como pressupostos de suas análises” (GROTH, 2011, p.65). A percepção para com esses princípios não se dá de forma gratuita. São formas de operacionalizar a verificação de possíveis consequências a respeito das hipóteses e, ainda, comparar com as ocorrências em determinada área.

Ainda que exista uma gama incalculável de métodos e, por mais que haja a transposição (ainda que perigosa, na perspectiva do autor) de métodos entre diferentes áreas do conhecimento, é ponto chave para Groth o entendimento do método como um novo modo de contemplação para novas ciências que buscam autonomia.

Pontua Oliveira (2013, p.5), com base em Groth: “A nova ciência não é feita pela novidade dos objetos, mas sim pela novidade do objeto gerado primeiramente pelo novo modo de contemplação”.

A compreensão é, segundo Groth (2011, p.66), “o método específico das ciências humanas. [...] O conhecimento de finalidades. [...] Qualquer criação de um ser humano é

final, é determinada teleologicamente, surge a partir de motivos voltados para uma finalidade”. Conhecer o sentido, portanto, das finalidades e dos motivos dessas criações é, para o autor, compreendê-las.

O autor argumenta que o pesquisador não consegue conhecer, de fato, seus objetos, apenas por observação e dedução, pois precisa da intuição – como forma de contemplação do todo e das partes do objeto de forma simultânea – para chegar a este conhecimento.

Groth atenta para a importância da replicação do olhar intuitivo – no sentido de que, diante de sistemas complexos, o lançamento de dados de forma “natural” pode ser arriscado – a fim de que se possa comparar os resultados e buscar o conhecimento completo e correto do todo, do seu sentido, de suas partes, da sua estrutura por meio de outros métodos.

“Onde nós temos que buscar por um sentido consoante (compreender = entender o sentido), pelas semelhanças entre as finalidades generaliza as, entre os valores reconhecidos de maneira geral, entre os motivos atuantes de maneira geral, lá a racionalidade da nossa experiência e do nosso entendimento é suficiente” (GROTH, 2011, p.68)

O novo modo de contemplação necessário à Ciência dos Jornais, segundo o autor, acontece não de maneira a isolar apenas o aspecto da compreensão. “Compreender e esclarecer, [...] ambos os métodos têm que ser utilizados em qualquer ciência humana” (GROTH, 2011, p. 70).

Sobre buscar e chegar a “métodos próprios”, Groth defende:

“Em uma ciência da cultura, trata-se daquela “escolha de dados” arbitrária que é feita no bem cultural a ser investigado, guiada por um princípio de identidade, que assim possibilita a delimitação do objeto e a partir do qual a definição dos conceitos e dos conhecimentos isolados se desenvolvem” (GROTH, 2011, p. 75).

Para o autor, o “método próprio” não se trata de um método como tradicionalmente são chamadas técnicas e de procedimento e elaboração de um levantamento com viés científico. Para ele, a possibilidade de utilização de diferentes métodos depende exclusivamente do objeto (e não o contrário).

Citando Voelk, o autor lembra que a esfera do problema com a qual o método está vinculado se refere exclusivamente ao conhecimento intrínseco do objeto. E que, portanto, são tarefas intrínsecas a ele que resultam nas questões do método a ser utilizado.

“O método próximo, unitário não é intrínseco ao objeto, mas sim uma tarefa que gera o objeto. O objeto tem primeiro que estar lá e depois ele pode ser elaborado metodologicamente” (GROTH, 2011, p. 75).

Ao passo que contemplação do objeto define o método, o método também orienta na compreensão do objeto. “Quando nós falamos do objeto, nós temos em vista o produzido, quando falamos em método, temos em vista o produzir” (GROTH, 2011, p.76).

Para o autor, a relação entre o método e o objeto parece não apenas estar no cerne da busca por um método próprio para a ciência dos jornais, como também se justifica e se explica ao levarmos em conta a relação entre os valores e as finalidades.

Para Groth (2011), obras culturais – onde se insere o jornalismo – são produtos do intelecto que se coloca valores e finalidades. Os valores se apresentam na essência, na base subjetiva e têm relação com um objeto. O valor, então, surge como uma relação entre sujeito e objeto. “Qualquer valoração está voltada ao objeto, é uma tomada de atitude com relação a este. Em cada valor encontra-se aquele dualismo entre sujeito e objeto ancorado no mais fundo da alma” (GROTH, 2011, p.76).

Já as finalidades, em Groth (2011, p.78), são ativações dos valores. O autor explica que todo valor espera poder se tornar uma finalidade – e o faz, quando a ele se atrela a *vontade*. “A vontade transforma o valor em finalidade”.

Dessa forma, há de se considerar a relação de potencial para o atual, do estático para o dinâmico quando pensamos em valor e finalidade. Como sustenta o autor, os valores podem permanecer sem finalidades; contudo, não há finalidades sem valores.

A teoria sociológica e da ciência da cultura também tem que buscar valores e finalidade, aqueles que guiam de maneira geral e são realizados ou podem ser realizados nas suas áreas. Esta teoria tem que constatar os requisitos para a intervenção daqueles valores e finalidades, as suas condicionalidades recíprocas e suas influências sobre a essência e a estrutura, a função e a efetividade dos sistemas sociais e das obras culturais. Mas eles não podem ser inseridos nos conceitos básicos objetivos e permanentes das ciências sociais e da cultura por causa da sua subjetividade variabilidade (GROTH, 2011, p.79)

Refletir sobre métodos e sobre os sentidos (a compreensão enquanto busca dos sentidos e das finalidades) é, segundo Groth (2011), o que leva ao um conceito básico ou central. Para ele, qualquer ciência social se constrói a partir de um conceito ou princípio que sintetiza todas as manifestações, que devem ser analisadas isoladamente do todo cultural ou social.

A partir deste conceito central, os demais se desenvolvem. É como o *organismo social* para a Sociologia; ou o *princípio econômico*, para as ciências econômicas.

A preocupação pela construção de conceitos próprios após esse processo específico de contemplação se justifica pelo que Groth (2011) atenta sobre o perigo de se inserir, por exemplo, o objeto da Ciência dos Jornais na Sociologia – pela falta de conceitos próprios, ou por conviência de pesquisadores que não atentaram para esses detalhes.

Para o autor, a olhar para jornais e revistas pela perspectiva unicamente sociológica é um absurdo epistemológico. Por mais numerosas que tenham sido as tentativas de incluir o jornalismo nessa área, o ponto de crítica que Groth levanta é justamente no pensar na diferenciação que há entre o objeto da sociologia e o objeto da Ciência dos Jornais. “Lá, se trata de relacionamentos interpessoais, do social-subjetivo, mas aqui se trata de uma coisa e os seus relacionamentos com sujeitos” (GROTH, 2011, p.88).

Por compreender o jornal como um espaço de mediação, o autor justifica que os processos de mediação ultrapassam o social. Para ele, as mediações não acontecem apenas entre pessoas, mas também entre coisas e pessoas; e entre coisas e coisas. Apesar de não concordar com a inserção da pesquisa em jornalismo na Sociologia, o autor garante que a diferença entre a Ciência dos Jornais com a Sociologia não quer dizer que não haja uma ligação estreita entre elas.

Por causa do entrelaçamento da imprensa periódica na vida social, por causa das relações interpessoais diversas que existem na sua produção e no seu uso e cujo conhecimento pressupõe o conhecimento sobre a essência, a produção e o uso da obra, a sociologia depende da Ciência dos Jornais. [...] Com o interesse e o sucesso crescentes, fez-se esforços para a criação de uma sociologia das religiões, da ciência, da economia, da arte etc. e assim uma sociologia da imprensa periódica também é possível. [...] Mas estas sociologias não são disciplinas específicas da sociologia, não são sociologias específicas. Nós não praticamos sociologia com elas, mas sim ficamos completamente no terreno da ciência em questão, também no caso da Ciência dos Jornais (GROTH, 2011, p.91)

Ao defender uma autonomia da chamada Ciência dos Jornais e indo contra a ideia de inseri-la em outras ciências, Groth argumenta sobre a estruturação dos conceitos básicos e de como o processo de criação e formulação e consolidação de uma ciência está intimamente ligado à ideia dos conceitos.

Em livros, artigos e papers que analisam, questionam ou discutem a obra de Max Weber, encontram-se diversas posições de autores sobre os conceitos de compreender

e/ou explicar. “O fato de Weber ter utilizado os dois termos, na sua definição de Sociologia, contraria toda a tendência de rotular essa área de saber como Ciência da Natureza ou Ciência do Espírito” (JAHNKE, 2014, p.232).

Jahnke (2014, p.236-237), contudo, defende que Weber não via a relação desses conceitos como antagônica. Para ele, Weber entendia o “explicar”, na Sociologia Compreensiva, como uma revelação do contexto significativo de uma ação; estando, portanto, de maneira alguma oposto ao entendimento de compreensão.

Em Weber, a compreensão, enquanto resultado do processo de interpretação, “é possível através da confrontação do comportamento concreto com o tipo ideal, método que revela a subjetividade da interpretação da situação por parte do agente através da subjetividade consciente e assumida na construção de um quadro teórico por parte do cientista”.

Isto diferenciava Weber de seus antecessores na definição de princípios metodológicos das Ciências Sociais. A abertura que possibilitou à explicação causal das coisas – a partir dos tipos ideais, se tornou, na avaliação de Jahnke (2014), uma nova possibilidade de estudo da realidade humana.

Para Weber, não faz sentido realizar um estudo objetivo de fenômenos culturais. Os valores contam e interferem na relação com a cultura; as realidades vividas individualmente, segundo o autor (citado por Jahnke, 2014), se apresenta como uma constelação individual de fatos e que, por isso, o conhecimento das ciências da cultura depende de critérios subjetivos no que se refere à constituição do objeto de estudo.

A ideia de tipo ideal, segundo a perspectiva weberiana, leva ao entendimento de este tipo ideal seria o conceito que melhor se encaixa às ciências da realidade que estuda fenômenos sociais em sua individualidade.

A construção do tipo ideal, para o autor, passa por uma intensificação de determinados aspectos da realidade, unidos num esquema mental com características puras que, por essa razão não correspondem à realidade empírica. “O objetivo do trabalho científico é precisamente verificar em cada caso até que ponto a realidade empírica se aproxima ou se afasta desta construção ideal” (JAHNKE, 2014, p.184).

Jahnke alerta ainda:

Pode dizer-se que a construção de tipos ideais corresponde ao estudo da cultura de acordo com ideias de valor. O tipo ideal é o reflexo de uma selecção de aspectos da vida que têm significado para o cientista na base de determinadas ideias de valor. A subjectividade da selecção, quer dizer, a perspectiva escolhida pelo investigador para observar a realidade, encontra-se na

construção ideal-típica. É muito importante não confundir o tipo ideal com uma representação da realidade. Utiliza-se o tipo ideal para melhor compreender a particularidade da realidade, ao compará-la com o tipo ideal (JAHNKE, 2014, p.185)

Confrontar o tipo ideal nos ajuda a compreender a realidade empírica. Tal constatação de Jahnke (2014) faz pensar que os tipos ideais desempenham melhor a sua função quanto mais acentuado for o seu caráter utópico.

Como coloca Oliveira (2013, a investigação da essência (em que se formam os conceitos básicos) permite ainda a formação de uma teoria pura. Groth (2014, *apud* OLIVEIRA, 2013, p.6) fala que a teoria pura é o mundo utópico do que é pensável, das possibilidades puras, o mundo transcendental das sentenças e das verdades em si. Ao defender que o fim da ciência é estabelecer leis, Weber, segundo a autora, parte do fato de que as pessoas experimentam constantemente as relações da atividade humana para conseguir estabelecer leis.

Chega-se, na visão de Groth (2011), às regularidades e tipos por duas possibilidades: por deduções que surgem do conceito básico – que originam leis e tipos ideias - ou por induções a partir das manifestações empíricas do sistema – onde surgem leis e tipos reais.

Leis e tipos são formulações conceituais de algo real, constante na área do concreto, são descrições sintéticas de similaridades e consonâncias no ser, no acontecer e nas relações das manifestações reais. [...] Ainda que as definições de leis se diferenciem umas das outras em muitos aspectos, elas se igualam ao fixar o geral e o constante, e devem assim contribuir para a organização do nosso saber e para o domínio das nossas experiências. O mesmo vale para os tipos ideal e real (GROTH, 2011, p. 105)

A nova ciência, na perspectiva de Groth, só se consolida e ganha autonomia ao definir seu objeto, contemplá-lo de maneira específica e, então, inseri-lo num sistema igualmente específico.

“Para uma Ciência dos Jornais, o essencial, ou seja, o importante fundamentado, é exclusivamente a ideia, a essência, a natureza das obras – a similiaridade do seu sentido, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as características e a estrutura dessa unidade – e o que está ligado a isso” (GROTH, 2011, p.35).

Cabe aos que buscam contribuir para as especificidades de uma ciência – enquanto ciência própria, autônoma – buscar destacar o conteúdo de seus objetos de forma coesa, definida (GROTH, 2014).

Por surgirem da “urgência” da vida, como sustenta o autor, as diferentes ciências necessitam, em primeiro lugar, destacar seus objetos do todo cultural e sociocultural, mas

também investir em um novo modo de contemplação que admita a especificidade de seus objetos.

Nesse sentido, esta pesquisa faz o exercício de reconhecer o objeto e descrevê-lo em sua particularidade e especificidade. Neste movimento, apresentam-se informações sobre aspectos da produção jornalística que parte dessas assessorias, de modo a quantificar e obter um panorama geral sobre os temas veiculados por esses espaços, a abordagem (angulação) dada aos temas nessas matérias, a recorrência dessas coberturas, e as fontes utilizadas nessas matérias.

Como sustentam Duarte e Barros (2006), o saber nasce em uma relação estreita com o contexto sociocultural, com as tradições consolidadas na comunidade à qual pertence o sujeito observador e com as experiências de vida.

O mundo não é imediatamente apreensível sem que o ser humano se valha de algum instrumento para percebê-lo, interpretá-lo e avaliá-lo. E ele o faz sempre a partir de um determinado contexto. Se existe alguma percepção do mundo, existe antes um conjunto de esquemas de percepção, interpretação e avaliação que, de algum modo, a possibilitou, no interior de um certo cenário social, cultural, econômico, político, etc (DUARTE; BARROS, 2006, p. 34)

Para os autores, portanto, é essencial que a pesquisa social busque construir seu objeto e, em consequência disso, obter dados em relação a ele. Eles argumentam que, assim como fatos não existem simplesmente, não existem tampouco dados em estado bruto, prontos para serem singelamente coletados pelo pesquisador que sejam válidos independentemente de qualquer construção teórica.

Os autores atestam que, se a realidade fosse imediatamente compreensível como um todo em sua complexidade, qualquer ciência seria inútil. “No entanto, o conhecimento científico e, sobretudo, as ciências sociais e da comunicação se ressentem fortemente dos contextos sociais nos quais são produzidos” (DUARTE; BARROS, 2006, p.35).

Ao primeiro momento da análise empírica sobre a produção informativa das assessorias de prefeituras do interior do Paraná., em que os cinco sites foram monitorados para o levantamento das características de navegabilidade, essa fase da pesquisa preocupou-se menos com a forma, e mais com o **conteúdo** apresentado pelas assessorias das prefeituras em seus sites oficiais, a fim de que pudesse ser identificado que tipo de informação, afinal, é publicado na seção de notícias das páginas dessas prefeituras.

Os dados e informações obtidos nesta etapa são resultados do acompanhamento dos cinco sites durante a primeira semana do mês de outubro de 2015 – a um ano das eleições municipais seguintes. Diariamente, as notícias foram armazenadas em HTML e

em formato imagem, por *screenshot*. Como forma de sistematizar e viabilizar as análises de cada publicação, as matérias foram armazenadas em pastas específicas (por cidade) e subpastas por data (1º a 8 de outubro), de modo a garantir a reprodução do conteúdo como fora publicado originalmente, sem, portanto, considerar possíveis alterações ou remoção de conteúdo.

Ao todo, foram coletadas 310 publicações feitas na seção de notícias dos sites oficiais dessas prefeituras. Importante ressaltar que a intenção do estudo não é traçar um panorama comparativo entre a atuação das assessorias dessas prefeituras – uma vez que cada uma atua de forma particular e possui, além de formas de atuação próprias, estruturas diferentes e isso tem impacto direto na forma como os materiais informativos têm, em cada prefeitura, características próprias. Ressalta-se, mais uma vez, que a intenção da pesquisa não é ser comparativa, mas sim, que ela traga um panorama acerca da produção das assessorias de comunicação das prefeituras das maiores cidades do interior do Paraná a partir do material informativo publicado nos sites oficiais dessas prefeituras.

O número de publicações total de cada prefeitura variou bastante de uma para outra. Notou-se uma produção mais numerosa de material informativo nas prefeituras de Foz do Iguaçu e de Maringá. Juntas, as publicações postadas nos sites dessas prefeituras representam quase 60% do total de matérias coletadas na pesquisa (foram 87 notícias coletadas no site da prefeitura de Maringá; e 97 na prefeitura de Foz do Iguaçu).

Nas demais prefeituras, o número de publicações durante a primeira semana de outubro foi significativamente menor. Em Ponta Grossa, foram postados e coletados 50 materiais informativos. No site da prefeitura de Londrina, a página de notícias trouxe, no mesmo período, 39 publicações. E, em Cascavel, verificou-se o menor número de postagens, totalizando 37 notícias.

Não parece ser prudente obter o número médio de publicações diárias em cada prefeitura a partir de um cálculo simples, pois existe uma grande variação entre o menor e o maior número de notícias postadas num mesmo dia de coleta. Por exemplo: no site da prefeitura de Foz do Iguaçu – o mais volumoso em termos de produção informativa em sua página de notícias – alguns dias chegam a trazer até 20 notícias postadas, enquanto o menor número de notícias postadas em apenas um dia deste mesmo site é pouco maior que a metade desse número, com 12 notícias.

Em Maringá, a variação é ainda maior. A coleta demonstra que, no dia de maior número de notícias postadas, a assessoria da prefeitura publicou 19 notícias. No dia de menor produção dentro desta primeira semana de outubro, o número de matérias postadas

foi substancialmente menor, com sete postagens (menos da metade do maior dia de produção informativa).

A variação acontece também nas prefeituras de menor quantidade de matérias postadas durante o período da coleta. Em Ponta Grossa, há dias com 2 e até 12 postagens. Nos sites das prefeituras de Londrina e de Cascavel, o número de matérias diárias não chegou a 10 postagens, ficando de 1 a 9 notícias diárias em Londrina; e de 3 a 8, em Cascavel (a menor variação entre as prefeituras coletadas).

Importante também ressaltar a presença de um final de semana durante o intervalo de tempo que corresponde ao período da coleta (os dias 3 a 4 de outubro foram, respectivamente, um sábado e um domingo, período em que não há expediente em nenhuma dessas prefeituras, mas que eventualmente, conforme a coleta demonstrou, foram postadas – e, portanto, catalogadas - notícias nos sites de algumas dessas prefeituras).

A análise de cada um dos 310 textos publicados ocorreu da mesma forma: num primeiro momento – como forma de exercitar o “olhar natural” (GROTH, 2011, p.66), como a observação e descrição daquilo que está presente enquanto objeto de pesquisa, os textos foram coletados em tabelas que resumem suas características mais diretamente observáveis. Essas características e a forma como foram coletadas serão detalhadas mais à frente.

Depois disso, o próximo passo foi absorver e relatar a compreensão direta do todo do objeto – ou seja, exercitar o “olhar intuitivo”, como orienta Groth. Ainda que esta palavra – intuição – possa ter diversos significados e apropriações da linguística, para essa pesquisa, sua função é de produzir um vínculo entre uma forma de representação do todo – dissolvido em pedaços descritivos frutos do olhar natural – e o todo real, aquilo que envolve o contexto do objeto observado.

Esse olhar intelectual do todo com as suas partes não é incomum. Nós fazemos isso todos os dias inúmeras vezes e o olhar cientificamente verificador, conhecedor, não é fundamentalmente diferente do olhar natural. O olhar em si de um único exemplar poderia nos trazer o conhecimento completo e correto de todos os demais exemplares do sistema ao qual pertencem. E o olhar de outros exemplares não poderia nos trazer um complemento e um aprofundamento do conhecimento obtidos por nós neste único exemplar. Mas, diante da diversidade das manifestações de um sistema cultural, o pesquisador raramente conseguirá lançar os dados com tanto sucesso. (GROTH, 2011, p.66-67)

É justamente por isso que o autor recomenda a repetição do olhar intuitivo no maior número possível de exemplares e a busca do conhecimento completo e correto do todo, de seus sentidos, de suas partes e estruturas.

Para isso, como forma de exercitar o olhar intuitivo e obter o conhecimento completo do todo – a produção dessas assessorias, todos os textos publicados pelas prefeituras no período da coleta passaram ainda por uma análise baseada em conceitos e características do todo que abrange o contexto de sua produção e que nesta pesquisa está reivindicado como aspecto norteador desta forma de comunicação de caráter público: o jornalismo e suas características.

3.3 CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS NOS TEXTOS PUBLICADOS PELAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DAS PREFEITURAS

A estratégia para identificar tendências na produção informativa de cada prefeitura – tendências que, por sua recorrência (ou não) ajudam a compreender essa produção -, foi perceber e tomar nota das características de cada publicação coletada, em relação a tipos de publicação ou de conteúdos postados e identificação de fontes informativas.

Essas características foram esquematizadas em grandes tabelas, uma tabela para cada cidade. Neste capítulo, são apresentados excertos dessas tabelas, a fim de ilustrar a forma como o conteúdo foi catalogado. As tabelas serão apresentadas na íntegra no capítulo 4. Além dos dados de identificação (site de onde foi coletada a notícia, data de publicação e título), foram identificadas e coletadas neste momento da pesquisa: as funções das pessoas entrevistadas pelos autores de cada matéria – as **fontes de informação**; e as **categorias de texto** publicadas nesses sites. A pesquisa utiliza esta expressão – *categorias de texto* - por ter identificado uma série de tipos diferentes de publicação que puderam ser observados em todos os sites e, ainda que a pesquisa não seja um comparativo entre as prefeituras, a identificação dessas tendências ajuda a compreender a forma de produção desse conteúdo.

Cidade	Data	Título	Categoria de texto								Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com Oficial	
P. Grossa	08/10/15	Prefeitura faz melhorias em parque infantil do Complexo Ambiental		X				X			Secretário

Excerto da Tabela 5 – Coleta Outubro – Prefeitura Ponta Grossa

O excerto acima, da tabela referente à coleta dos textos postados pela prefeitura de Ponta Grossa, trazido como primeiro exemplo, mostra a estrutura básica da coleta deste primeiro momento da observação do conteúdo dos textos. A linha representa o texto coletado, e as colunas identificam a característica observada. No caso, essa é a coleta de um texto publicado no site da prefeitura da **cidade** de Ponta Grossa (primeira coluna) na **data** 8 de outubro (segunda coluna). O **título** da publicação (terceira coluna) é “Prefeitura faz melhorias em parque infantil no Complexo Ambiental”.

Conforme mostra o exemplo, a única **fonte** presente no texto (última coluna) e identificada por nome e função é uma pessoa que ocupa o cargo de Secretário Municipal. Outras fontes identificadas nos demais textos são Prefeito, Servidor(a) – chefia, Servidor(a) – não chefia e Cidadão(ã). A identificação foi feita sempre que as pessoas eram citadas como fontes informativas para o texto, seja ela uma fonte com aspas no texto, ou citando informações e dando seu ponto de vista indiretamente.

A maior coluna da tabela, subdividida em outras oito colunas, identifica as **categorias de texto**. Por sua natureza variada (algumas dizem respeito ao tema, outros dizem respeito ao tipo do texto), essas categorias podem ser cumulativas – como é o caso do exemplo acima. Ou seja, cada postagem pode trazer em si características diversas que se encaixem em mais de uma categoria de análise, conforme detalhamento a seguir. Importante ressaltar também que as categorias não são concorrentes: ou seja, a adequação de certa matéria a uma categoria não impossibilita que a mesma matéria seja esteja também compatível a outra categoria. Isto acontece, pois, como será apresentado, os textos não se limitam a informações pontuais e específicas, mas também trazem informações adicionais sobre outros aspectos relacionadas ao tema – e a presença das categorias nessas tabelas visou justamente obter um panorama sobre essa variada

produção. A indicação “X” na tabela identifica a alocação do texto na determinada categoria de texto.

A primeira dessas categorias, que, nas tabelas, aparece sob o código **Evt/Acnt. (F. Ag. Pol.)** identifica matérias que trazem a cobertura de evento ou acontecimento relacionado diretamente à administração municipal e que, especificamente nesta categoria, o foco do texto é na participação de agentes políticos. A simples presença de agentes políticos no texto não o condiciona a alocação do texto nesta categoria. Neste caso, são identificados conteúdos informativos em que o foco principal do texto é estritamente a atuação ou participação de agentes políticos, e não sua presença ou comentário sobre determinado assunto apenas. Esta categoria está presente nas tabelas das prefeituras de Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.

A primeira categoria se difere da segunda, que, nas tabelas, aparece sob o código **Evt/Acnt. (F. Evt)** porque esta segunda categoria representa a presença de matérias em que há a cobertura noticiosa de algum evento ou acontecimento, mas onde o foco do texto é justamente o fato, evento ou acontecimento em si – e não na presença ou atuação de agentes políticos. A diferenciação dessas categorias é necessária pois os textos se apresentam de forma radicalmente diferentes, visto que o primeiro tipo transfere o foco do texto para a atuação de determinado agente ou conjunto de agentes políticos, colocando o acontecimento em si, em segundo plano. Esta categoria está presente em todas as tabelas.

A terceira categoria de texto é a de **Serviços do dia**. Presente com este código nas tabelas de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, traz matérias em que são disponibilizadas informações acerca do planejamento interno de diferentes secretarias municipais e seus serviços a serem executados naquele dia. As informações, neste tipo de postagem, costumam evidenciar um caráter bastante imediato, com informações concisas e sem muitos detalhes acerca de cada tópico. Em Ponta Grossa, especificamente, este tipo de matéria recebe o título genérico de “Diário de Obras”, e é comumente postada no período da manhã de cada dia, trazendo informações sobre a atuação da Secretaria Municipal de Obras naquele dia. Em Londrina e Maringá, os conteúdos apresentam abordagem diferenciada, trazendo também serviços previstos no dia sob responsabilidade de outras secretarias.

Outra categoria presente nos sites das cinco prefeituras estudadas são as matérias que antecipam informações sobre acontecimentos ou eventos futuros em cada município. Na tabela, esta categoria recebeu o código **Agenda Futura**, justamente por conter, de

forma explícita, a intenção de antecipar a promoção de algum evento ou acontecimento dentro do âmbito municipal e, de antemão, trazer informações sobre ele. Como será detalhado adiante, boa parte da produção de matérias que se inserem na categoria Agenda Futura parece estar ora a serviço de outra categoria de matérias, a de utilidade pública, ora parece substituir uma eventual futura cobertura do evento/acontecimento no momento em que ele aconteceria.

A categoria **Utilidade Pública**, que nas tabelas recebe este código, também aparece no site de todas as prefeituras estudadas neste primeiro momento da coleta. Foram consideradas matérias de “utilidade pública” aquelas que trazem informações de serviço direto relacionado ao tema/acontecimento/evento do texto, como abertura de inscrições para determinada ação; informações úteis acerca de eventos futuros em determinadas localidades; oportunidades em determinado setor; informações didáticas sobre procedimentos necessários para a garantia de determinados direitos ou deveres dos cidadãos do município, etc.

A categoria **Prestação de Contas**, presente desta forma enquanto código nas colunas das tabelas, é outra categoria que aparece em todos os sites das prefeituras estudadas. Mais do que trazer informações acerca de valores (financeiros) objetivamente, acerca de investimentos de cada prefeitura com dinheiro público em determinada ação/evento/acontecimento coberto na matéria, foram considerados textos com prestação de contas aqueles que trazem informações para além do que está sendo noticiado naquele momento. Não necessariamente cifras, mas medidas, ações tomadas, planejamentos já executados e retrospectivas acerca de realizações, também entraram como informações de prestação de contas em cada matéria.

Presente na respectiva tabela de quatro dos cinco sites de prefeituras estudados, a categoria **Comunidade**, que nas tabelas recebe este código, identifica textos em que o foco da notícia diz respeito a pessoas, grupos, entidades, associações ou organizações que não são geridas ou têm sua atuação condicionada à estrutura administrativa do município. São matérias sobre ações e acontecimentos relacionados mais ao contexto externo da prefeitura do que de algo relacionado à administração municipal. Dos cinco sites que compõem este estudo, apenas o da prefeitura de Londrina não registrou nenhuma matéria que foi inserida nesta categoria.

A categoria **Comunicação oficial**, presente com este código nas tabelas, aparece na coleta dos sites dos municípios de Ponta Grossa, Maringá e Foz do Iguaçu. Como se faz entender, neste caso, o espaço noticioso dos sites das prefeituras dá lugar para a

publicação de esclarecimentos, notas de pesar, decretos, avisos oficiais, comunicados aos servidores e servidoras, e outras formas de comunicação oficial. É válido lembrar que, comumente, o material postado e identificado nesta categoria costuma também ser publicado – boa parte deles – em Diários Oficiais e outros espaços oficiais de comunicação, como murais e outros mecanismos de comunicação interna.

Existem outras duas categorias de texto identificadas nesta pesquisa e que não estão no exemplo que traz um excerto da coleta de Ponta Grossa. Isso acontece porque algumas categorias identificadas não se repetem em todos os sites. O site da prefeitura de Londrina, por exemplo, gerou uma tabela composta por cinco categorias de texto, três a menos que a coleta de Ponta Grossa. As matérias publicadas no site da prefeitura de Foz do Iguaçu, por outro lado, necessitaram de uma tabela maior, com nove categorias.

Presente em apenas dois dos cinco sites pesquisados, identifica-se também a presença de **Avisos de Pauta**. Presentes com este código nas tabelas de Cascavel e Foz, essas matérias têm como foco explícito avisar a imprensa local e regional para eventos/acontecimentos/ações futuras e que envolvam a municipalidade. Nestas matérias, costumam haver informações de serviço voltado especificamente para jornalistas, como eventuais credenciamentos necessários e sugestões de entrevistas e documentos para adiantar dados para uma eventual cobertura midiática do evento/acontecimento/ação.

Uma última categoria de texto presente neste trabalho aparece apenas no site da prefeitura de Foz do Iguaçu. Na tabela referente à coleta no site deste município, a categoria identifica-se pelo código **Ocorrências da GM** (Guarda Municipal). As publicações identificadas nesta categoria são bastante similares à categoria “Serviços do Dia”, pois evidencia também um trabalho cotidiano de um setor específico da administração municipal. A diferença, aqui, é que a postagem é feita depois do trabalho, e não antes. Também diferente da categoria por se tratar, especificamente, da atuação e do trabalho feito pela Guarda Municipal.

3.4 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO NOS TEXTOS PUBLICADOS PELAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DAS PREFEITURAS

Como explicado no início do capítulo, se a primeira parte da observação do conteúdo presente na produção dessas assessorias foi uma forma de exercitar o "olhar natural" (GROTH, 2011), o trabalho posterior em relação aos textos foi a prática do "olhar intuitivo" em busca da produção do vínculo da coleta das características diretamente

observáveis com a reivindicação do jornalismo na prática comunicacional dessas assessorias.

Por ter sido um esforço posterior ao primeiro contato com o conteúdo dos textos, este segundo momento teve início após a verificação da forma como as assessorias de prefeitura utilizam seus sites oficiais. Os resultados da coleta serão detalhados no próximo capítulo, mas abre-se aqui um parêntese para adiantar que uma considerável parte dos textos coletados se distanciam das características do jornalismo, evidenciando o uso do site oficial das prefeituras como instrumento de propaganda política. Esse tipo de percepção invariavelmente ajudou a conduzir o “olhar intuitivo” para a extração de dados nesta segunda rodada de análises do texto, com base nas características do jornalismo.

Como uma narrativa, o curso da pesquisa seguiu neste ponto com naturalidade para identificar tendências de ordem mais subjetiva, que refletem o trabalho de revisão teórica relacionada ao contexto da produção editorial informativa das prefeituras – um contexto de influência política e de poder -, e da revisão acerca da discussão sobre assessoria de imprensa e comunicação pública.

Com isso, foram levantadas seis características presentes de forma recorrente na produção informativa das assessorias de prefeituras e que nos permitem avaliar o “todo” do objeto de estudo. As características demonstram, como será detalhado nos próximos capítulos, um afastamento da produção das assessorias com um jornalismo, e uma certa aproximação com a publicidade e com a propaganda.

As características identificadas neste segundo momento de estudo do conteúdo dos 310 textos são:

A) conteúdos que **ênfatizam a presença ou a fala de autoridades** ou apoiadores de determinada ação do governo. Os textos que possuem essa característica costumam trazer já no primeiro parágrafo uma lista de “autoridades presentes” em determinado evento, ou evidenciam de forma mais efusiva a atuação ou a opinião de autoridades políticas em relação ao seu próprio trabalho, tornando o texto uma forma de jornalismo declaratório.

Em “A Apuração da Notícia”, Pereira Junior (2006) lembra que o jornalismo de qualidade precisa ter a consciência de que o profissional não pode ficar isento de responsabilidade por transferir para outros (as fontes ou as outras personagens do texto) as conclusões que extrai em suas matérias. Assim como num texto de jornal, a presença de um especialista não deveria ter ares de conclusão dos assuntos unicamente por conta da fonte ser um especialista. Em um texto de assessoria de imprensa de órgão público em

que se reivindica a atuação de qualidade de jornalistas, não deveria haver a ênfase ou destaque mais efusivo a qualquer tipo de fonte de informação ou mesmo de personagem do texto. Ao se apoiar no jornalismo declaratório, o jornalismo substitui na maioria das vezes uma apuração em profundidade (PEREIRA JR.; 2006).

B) Textos **sem contextualização** ou com **informações incompletas**. Foram associados a esta característica textos que careciam de informações e que demonstraram apuração frágil, rasa.

Como atenta Meditsch (1992, p.19), o jornalismo não pode ser apenas um ato de comunicar – e, ao reivindicar o jornalismo na produção das assessorias de comunicação de prefeituras, admite-se que o jornalismo praticado por essas assessorias também não pode ser apenas o ato de comunicar. O jornalismo produz conhecimento e, com o mundo vivendo uma revolução em relação à forma – não deveria ser diferente em relação ao conteúdo. “Há certo amortecimento na capacidade do jornalismo interpretar o mundo, e isso não passa despercebido do público”.

C) O texto jornalístico possui características próprias que, se ausentes nos textos das assessorias das prefeituras, evidenciam a aproximação muito mais da **linguagem publicitária** ou da propaganda do que do jornalismo. Como lembra Pereira Jr. (2006), a credibilidade do texto jornalístico está na verossimilhança e na coerência interna do relato. Jornalismo não é literatura e não tem como característica central a necessidade de persuasão.

Outras três características aparecem de forma menos recorrente, mas que ajudam a compor o contexto final da observação da produção informativa dessas prefeituras: (D) Adjetivações, (E) Generalizações e (F) Previsões inconsistentes. Essas três características dialogam de certa forma com a linguagem publicitária, e agruparam textos que aparentavam ter uma urgência de que sua mensagem estava sendo transmitida e que precisava de um efeito. Foram identificados nessas categorias textos com adjetivações positivas em relação à atuação da prefeitura, a utilização de uma fala de morador para supostamente representar toda uma comunidade, ou o anúncio otimista relacionado a algo que ainda está apenas no plano das ideias ou e possibilidade para o município.

Ao identificarmos, portanto, a presença ou a ausência dessas características no texto e que se identifica com a atividade jornalística contemporânea, foi possível, em primeiro lugar, trazer essa produção para o campo da pesquisa em jornalismo, atribuindo-lhe uma especificidade e uma particularidade própria da pesquisa em jornalismo; além disso, garante-se a possibilidade de comparar tais características a tipos – modelos – de

produção, discurso e veiculação de produção jornalística, valendo-se de um referencial pertinente ao que se desenvolve como um campo autônomo e necessário, que é a pesquisa em jornalismo.

A discussão se baseia também no que se avançado nas discussões sobre jornalismo público, visto que a intenção do trabalho é reivindicar o jornalismo praticado no contexto dessa comunicação pública praticada pelas assessorias de prefeituras.

Traquina (2004) conceitua polos ideológico e econômico as atuações do jornalismo na perspectiva de serviço público e enquanto mercadoria, na lógica comercial. Para Machado e Moreira (2005), as práticas do polo econômico não conseguem transparecer a publicação de notícias realmente úteis ou relevantes para a sociedade. Este polo, mais ligado à lógica capitalista, define a empresa jornalística como uma indústria subordinada ao lucro, aprofundando o caráter da notícia como mercadoria. Na medida em que isso acontece, questionamentos se apresentam sobre o caráter privado desta veiculação de informações. Questões como a real promoção de cidadania e de interesse público por esse modelo privado, por exemplo. O jornalismo como negócio, apesar de ser produzido na lógica do interesse privado, é consumido pelo público. As empresas se valem, portanto, desta condição para, em nome dos interesses do cidadão, selecionar informações e narrá-las, definindo quem tem voz e o que vira notícia.

Pela perspectiva do jornalismo público, que surge justamente a partir dos movimentos de crítica a este modelo capitalista de mídia, o fortalecimento da vida pública, o entendimento do público como cidadão e não como consumidor e a preocupação com a formação dos cidadãos e não apenas com a informação e ainda a consciência da responsabilidade social (TRAQUINA, 2001; TEIJEIRO, 1999), são princípios que conduzem a produção noticiosa.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE EMPÍRICA

As reflexões presentes nesse capítulo são resultado do percurso metodológico adotado pela pesquisa, apresentado no capítulo 3. Opta-se por revisitar conceitos e discussões teóricas para que as coletas e resultados de monitoramentos dos sites possam ser compreendidos de forma mais completa.

A primeira parte dessa apresentação, o subcapítulo 4.1, apresenta resultados, considerações e contextualizações acerca do monitoramento dos sites das cinco prefeituras na perspectiva da navegabilidade e da forma como o conteúdo informativo publicado por essas prefeituras é apresentado ao usuário que acessa o site. Como explicado no capítulo anterior, esse monitoramento foi feito durante todo o mês de outubro de 2015.

Os subcapítulos 4.2 e 4.3 apresentam de forma detalhada as considerações, resultados e reflexões sobre a coleta dos 310 textos publicados pelas assessorias de prefeitura durante a primeira semana de outubro de 2015, período em que foi realizada a coleta. O subcapítulo 4.2 apresenta os dados referentes ao “olhar natural” na perspectiva de Groth (2011) sobre os textos, enquanto o 4.3 traz as considerações acerca do “olhar intuitivo, como orienta o autor, fazendo aproximações diretas com o jornalismo na perspectiva da comunicação pública.

4.1 MEMÓRIA EM XEQUE EM MEIO À PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS PREFEITURAS: UM OLHAR PARA OS SITES

Ainda que o foco deste trabalho não seja a **forma** como o conteúdo informativo produzido pelas assessorias de prefeitura possa chegar à população, ela – a forma, e a plataforma escolhida para análise, os sites oficiais – nos fornece informações importantes a respeito de como as prefeituras atuam enquanto provedora de informações acerca da municipalidade.

Portanto, é importante obter uma visão geral acerca dessas plataformas, já que são suas características básicas de navegabilidade que permitem que o conteúdo seja acessado e que surta efeito – ao menos a partir de sua postagem nos sites das prefeituras,

ainda que esse mesmo conteúdo possa ser replicados de diversas outras formas a partir da atuação das assessorias.

É importante ressaltar que o monitoramento dos sites durante todo o mês de outubro de 2015 – um período maior ao da coleta dos textos, realizada durante a primeira semana – foi importante para que pudessem ser percebidas eventuais alterações na estrutura dos sites. Essa necessidade de verificação não surgiu à toa. É fruto da inquietação acerca de como tradicionalmente os sites de prefeituras costumam funcionar na proximidade de anos eleitorais.

Para além das possíveis mudanças de layout ou de ferramentas de interação nos sites, havia uma preocupação, por parte dessa pesquisa, de que esses sites excluíssem parte do conteúdo já publicado ou de que suas páginas informativas fossem suspensas por conta da proximidade do período eleitoral. Ainda que isso fosse improvável de acontecer – pelo menos naquele momento, em outubro de 2015, com muito tempo a correr até o início das campanhas eleitorais ou mesmo dos anúncios de pré-candidaturas –, a verificação foi necessária justamente por conta dessa forma de atuação que levanta dúvidas acerca, inclusive, do entendimento das assessorias sobre o próprio trabalho, a julgar pelos conteúdos que publicam ou deixam de publicar nos sites oficiais.

A suspensão da seção de notícias ou mesmo a exclusão de conteúdos dos sites das prefeituras durante o ano eleitoral é comumente justificada em função da Lei 9.504/1997 (a “Lei Geral das Eleições”⁹) e, mais recentemente, à resolução TSE 23.457/2015, do Tribunal Superior Eleitoral, que tornou mais claros os parâmetros referentes aos gastos com publicidade institucional em ano eleitoral. Com a aprovação da emenda constitucional EC 16/1997, a chamada “Emenda da Reeleição”, aprovada durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve a necessidade de conter um dos efeitos de maior impacto por conta da aprovação da emenda: a desigualdade de oportunidades entre aqueles que planejam se candidatar a algum cargo e os que já ocupam este cargo (BASTOS JR, 2016).

A Lei Geral das Eleições veio com o intuito, entre outros, de resolver esse tipo de constrangimento. Quanto às condutas vedadas aos agentes públicos durante o processo

⁹ Lei 9.504/1997, artigo 73, VI, b: “São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: [...] autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral”.

eleitoral, a Lei previu duas restrições em relação à veiculação de publicidade institucional: vedou a veiculação desse tipo de conteúdo nos três meses que antecedem o dia da votação; e restringiu o limite de gastos relacionados à publicidade institucional durante o ano eleitoral.

O intuito era evitar possíveis propagandas eleitorais antecipadas, no sentido de promover a imagem dos atuais administradores, ferindo o princípio de isonomia entre os futuros candidatos no pleito de determinado ano eleitoral. Acontece que, como lembra Bastos Jr. (2016), a jurisprudência consolidada do TSE não entende que qualquer publicidade institucional possa configurar necessariamente uma propaganda eleitoral antecipada. Há aí, portanto, uma dificuldade da falta de definição legal acerca do sentido e do alcance da expressão “publicidade institucional”, uma vez que ela pode englobar despesas relacionadas a publicações legais, confecção de materiais publicitário de campanhas específicas, confecção de placas sobre andamento de obras públicas, ações junto às empresas de comunicação locais (anúncios e parcerias) e, ainda, despesas ordinárias do setor de comunicação social da entidade – onde estão as assessorias de comunicação.

É este contexto de imprecisão legal acerca da coisa que parece ser decisivo para que prefeituras optem por retirar do ar suas páginas de notícias e demais seções informativas de seus sites oficiais nas proximidades de anos eleitorais. Não demorou que isso acontecesse nos sites que estavam sendo monitorados pela pesquisa. Apesar de não ter havido alterações ou exclusões durante o mês de outubro, como previsto, os sites de Ponta Grossa, Maringá e Foz do Iguaçu suspenderam suas páginas informativas em diferentes momentos durante o ano seguinte, 2016, por conta da legislação eleitoral. O conteúdo ficou indisponível e um aviso deixava claro que a seção não teria atualizações durante o período eleitoral.

O mesmo aconteceu em inúmeros outros municípios brasileiros. Alguns partidos chegaram a publicar em sites oficiais orientações relacionadas a esse tipo de precaução¹⁰. A imprecisão conceitual é tanta que alguns jornais chegaram a reproduzir uma matéria do Estado de Minas que sugere que as prefeituras fazem propaganda

¹⁰ “Prefeituras não podem publicar notícias e vídeos nos sites e redes sociais desde 1º de julho” – Site do Grupo de Trabalho Eleitoral do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/2lrLOmG> Acesso em 08 ago. 2016.

eleitoral, e não veiculação de publicidade institucional, na matéria intitulada “Prefeituras ficam proibidas de fazer propaganda eleitoral a partir de sexta”¹¹.

Com a suspensão ou exclusão desses conteúdos, “ganha-se” de um lado, com a prevenção de eventuais problemas com a legislação eleitoral, mas perde-se de outro, na perspectiva do aspecto público desta comunicação: a exclusão de conteúdos joga fora o potencial da plataforma web enquanto base de dados (no caso, acerca da municipalidade).

Machado (2006) defende a importância de que empresas de comunicação tenham bases de dados complexas pois defende a importância do registro das informações enquanto memória. A conservação do passado é essencial para a compreensão das coisas, segundo o autor.

No caso de organizações públicas, a manutenção desse material enquanto memória é ainda mais necessária na perspectiva da transparência e da democracia, que está condicionada, entre outros aspectos, ao acesso à informação para efetiva participação social (MONTEIRO, 2007). Nesse sentido, seria nocivo ao caráter público da comunicação, a exclusão de conteúdo informativo relacionado à administração pública – mesmo em período eleitoral – uma vez que se parte do princípio de que essas publicações, ancoradas na ideia de que são jornalisticamente preparadas, não são (ou não deveriam ser) primeiramente associadas à ideia de publicidade institucional (e muito menos de propaganda eleitoral).

Os dados coletados nesta pesquisa, referentes ao conteúdo publicado pelos sites das prefeituras, contudo, mostram que esse cenário ideal ainda tem percalços a superar na perspectiva da comunicação pública. A situação atual é quase paradoxal: a legislação eleitoral proíbe a publicação de **publicidade institucional** e os sites das prefeituras deixam de publicar **conteúdo informativo** (notícias) relacionado à gestão pública para evitar o entendimento destes conteúdos como **propaganda eleitoral** antecipada. Há aí uma nada sutil confusão entre jornalismo, publicidade e propaganda – a ser considerado um indício, portanto, de que o que é publicado nesses sites pode ter um compromisso maior com o que é próprio da propaganda e da publicidade do que com o que é próprio do jornalismo, ainda que algumas dessas assessorias se autodenominem “agências de notícias”.

¹¹ Disponível em: <http://bit.ly/29bvdNu> Acesso em 08 ago. 2016.

Antes da apresentação e das reflexões acerca do conteúdo dos textos, contudo, conforme explicado no percurso metodológico desta pesquisa, apresenta-se os dados referentes ao monitoramento das plataformas: os sites das prefeituras de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

O monitoramento desses sites identificou uma utilização ainda incipiente em relação às potencialidades da web no que se refere à navegabilidade e perspectivas de interação. Como explicado no capítulo referente ao percurso metodológico desta pesquisa, as características observadas para cada site foram: o fácil redirecionamento via motores de busca (como o Google); o pleno funcionamento em diferentes softwares de navegação; a responsividade do design para dispositivos móveis; a alteração de itens durante a navegação; a possibilidade de o usuário definir como favoritas as páginas secundárias do site; a possibilidade de o usuário comentar o conteúdo publicado; e a possibilidade de diferentes formas de busca de conteúdo dentro do site: na página inicial, em páginas secundárias e em forma de busca avançada.

Uma ressalva é necessária: a intenção desta pesquisa, como já exposto, não é focar no aspecto tecnológico dos sites das prefeituras e, sim, olhar para seus conteúdos e buscar verificar marcas do jornalismo que possam se aproximar da perspectiva da comunicação pública. Dessa forma, é necessário pontuar que este *overview* dos sites das prefeituras leva em conta características básicas e que não têm por fim definir qual o melhor ou ideal forma de funcionamento quanto à tecnologia de informação investida por cada uma dessas prefeituras. Tanto é que as características observadas dialogam muito mais com as necessidades da pesquisa: olhar para o conteúdo na perspectiva do aspecto público deste produto, do que quanto à plataforma enquanto plataforma: seus aspectos técnicos, códigos de HTML e algoritmos, por exemplo.

A coleta gerou uma tabela composta por todos os dados referentes a essas características em cada site. Ela traz de forma resumida o que será descrito neste momento, e encontra-se no final deste subcapítulo.

O primeiro observado diz respeito à aparição do site entre os três primeiros resultados após pesquisa em **motores de busca** que indexam e disponibilizam informações de sites. A contagem desses três resultados ignora a eventual presença de resultados patrocinados de anunciantes, que comumente aparecem acima dos resultados da pesquisa. Como explicado no capítulo 3, a busca feita durante o período da coleta foi sempre a mesma para todos os sites: o nome da cidade. A intenção foi verificar a

possibilidade de acesso ao portal oficial do município a partir da busca simples pelo nome unicamente da cidade. Os motores testados foram Google, Yahoo e Bing.

Todos os sites foram localizados pelo Yahoo. Apenas o site da prefeitura de Foz do Iguaçu não foi localizado entre os primeiros três resultados sugeridos pelo Google. E apenas o site da prefeitura de Londrina não foi localizada entre os três primeiros resultados sugeridos pelo Bing.

Essa presença entre os primeiros resultados de uma pesquisa em motores de busca é parâmetro, hoje, até mesmo de competitividade. O marketing digital vende a ideia de otimização para mecanismos de busca (*Search Engine Optimization*, ou SEO) para empresas e organizações que queiram ter maior acesso em seus sites oficiais.

Essa jogada publicitária aliada aos avanços tecnológicos, contudo, criaram uma nova demanda: a preocupação de SEO mesmo aplicado às instituições públicas num momento em que o marketing digital privado se apropria de forma mais contundente destas estratégias. O SEO é um conjunto de estratégias que, como sugere o nome, otimizam os resultados de quando o usuário faz algum tipo de pesquisa em motores de busca na internet.

A preocupação com a qualidade da aparição das respectivas instituições públicas tanto é uma preocupação que o governo federal deixou isso explícito em um Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais¹². A versão mais atualizada é de 2014 e estipula práticas para guiar o trabalho de comunicação do governo federal na web. Mesmo com a troca de governo após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, o manual continua sendo referência nos sites do governo federal. Neste manual, há seis menções de práticas que são entendidas como SEO e que contribuem para que o conteúdo publicado pelos sites do governo federal seja facilmente localizável quando algum usuário utiliza motores de busca para fazer pesquisas. Entre essas técnicas, estão a utilização de tags (marcações ou palavras-chave) e a descrição de legendas de fotos e vídeos.

A presença dos sites oficiais dos municípios entre os três primeiros resultados em motores de busca não quer dizer necessariamente que as assessorias de prefeituras tenham como estratégia a utilização de técnicas de SEO para otimizar seus resultados. A repetição de palavras como o nome da cidade e o título do site (como “Prefeitura Municipal de...” ou “Portal do município de...”) são também consideradas técnicas que

¹² Disponível em: <http://bit.ly/1hyA4Sh> Acesso em 10 fev. 2017.

ajudam a melhorar a aparição desses sites em motores de busca. Ainda assim, é importante assinalar que a presença desses sites entre os primeiros resultados indica uma facilidade de localização das informações referentes ao determinado município por quem tem acesso à internet e, na perspectiva do aspecto público que devem reger esses sites, essa aparição nos primeiros resultados é algo positivo.

O segundo aspecto de navegabilidade verificado em relação aos sites é o **funcionamento pleno de casa site em diferentes navegadores**. Os softwares de navegação utilizados foram Google Chrome (versão 42.0.2311.135), Internet Explorer (versão 11) e Mozilla Firefox (versão 51.0).

Esse é mais um pesadelo para *webdesigners*, pois diz respeito diretamente aos códigos de programação por eles criados e aprimorados, como HTML e CSS, mas que também afeta o usuário. O mau funcionamento de algum site em diferentes navegadores é algo que pode comprometer a leitura e, fundamentalmente, comprometer a experiência do usuário em determinada página.

O não funcionamento pleno das funções de algum site podem gerar problemas na navegação (como a impossibilidade de leitura de algum link ou o travamento do site) e causar constrangimentos maiores, como no site da Polícia Federal, por exemplo, em que uma nota publicada na seção "Perguntas Frequentes" assume que a página de formulário de solicitação de passaporte não pode ser exibida em qualquer tipo de navegador¹³.

Os sites das prefeituras de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Foz do Iguaçu não apresentaram falhas quando observados nos três navegadores. O de Cascavel, por sua vez, apresentou falhas na apresentação das imagens do site no navegador Mozilla Firefox. Investir em programação e corrigir esse tipo de falha, de acordo com Reis (2013, p.7), é ainda um desafio para equipes de desenvolvimento. “Dentre os principais tipos de problema, destaca-se a inconsistência visual das aplicações [...]. Essas inconsistências causam problemas de navegabilidade e apresentação do conteúdo para os usuários”.

O terceiro indicador observado nos sites diz respeito à **responsividade** do layout de cada portal. Com exceção do site da Prefeitura de Maringá, todos os outros se mostram

¹³ A nota informa: “Os navegadores utilizados como padrão para o uso do Formulário de Solicitação de Passaportes / Agendamento, no site do DPF, são o Internet Explorer 5.5 ou superior e o Mozilla Firefox 1.0.3 ou superior. Entretanto, o uso de outros navegadores para este fim também é possível, mas existe uma pequena possibilidade de ocorrer alguma incompatibilidade durante a navegação”. Disponível em: <http://bit.ly/2lzdqzb> Acesso em 10 fev. 2017.

incompatíveis com dispositivos móveis, apresentando texto muito pequeno para ler – o que inviabiliza a leitura dos textos postados, links muito próximos –, dificultando os cliques em telas de *touchscreen*, e área visível não configurada para dispositivos móveis – o que deixa boa parte do conteúdo útil do site "para fora" da tela.

Nos sites das prefeituras de Cascavel e de Foz do Iguaçu, o relatório do *Google Developers* atestou que o conteúdo dos sites, ao ser aberto em tela de dispositivo móvel, acaba se tornando muito maior que a tela, de modo que os elementos dos sites acabaram se sobrepondo na tela.

Os dispositivos móveis já são parte do cotidiano de pessoas que integram a chamada “sociedade da informação”. Tarefas ou ações passaram do desktop para a palma da mão e dispositivos que ocupavam prateleiras distintas estão hoje em um único dispositivo. A portabilidade e a flexibilidade para transportar são vantagens para diferentes perfis de usuários e esse tipo de vantagem tem grande potencial para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Ainda que existam percalços como os desafios para a inclusão digital, é necessário avançar em relação ao que é feito e o que poderia ser feito em aspectos relacionados à construção e presença de conteúdo informativo para as mais diferentes plataformas.

As tecnologias de informação e comunicação e os processos a elas relacionados alteram e ampliam a complexidade das relações humanas. O conceito de Sociedade da Informação não é neutro. Informação é diferente de Comunicação. A informação é uma fonte de poder e o domínio dos seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade de distribuição dos poderes numa sociedade já marcada por disparidades iníquas (MARQUES DE MELO; SATHLER, 2005, p.8)

A análise permite verificar que, por negligenciarem a responsividade de seus sites oficiais, as prefeituras viram as costas para as tendências de comunicação contemporâneas e deixam de aproveitar um alto potencial comunicativo e que poderia representar um ganho expressivo em termos de participação popular e interação.

Outro aspecto explorado neste estudo diz respeito à verificação de possíveis **alterações de itens durante a navegação** no site – como a posição de botões, alterações de menus, etc., o que poderia confundir os usuários durante a navegação, comprometendo o propósito do site. Nenhum dos sites apresentou qualquer tipo de alteração deste tipo durante a navegação no período da coleta, com exceção do site da Prefeitura de Ponta Grossa.

Nas páginas secundárias, o menu à esquerda da tela varia de acordo com a página aberta. Outra alteração é que alguns dos botões da página inicial do site redirecionam o usuário para páginas externas – outros sites, sem que haja uma distinção entre os botões que fazem este comando daqueles que redirecionam para subpáginas do próprio site da prefeitura de Ponta Grossa.

Esta característica não parece estar diretamente relacionada à experiência do usuário em um ou outro navegador, como foi explicado anteriormente. Essas alterações de itens em páginas secundárias e o redirecionamento externo acontece em todos os navegadores testados, o que pode confundir a experiência do usuário no site da prefeitura.

O quinto critério para análise de navegabilidade dos sites foi a possibilidade de definir páginas secundárias como **bookmarks** (ou “favoritas”, como página independente). A ausência dessa função pode dificultar, por exemplo, o acesso posterior a alguma publicação – o que representaria mais uma perda na perspectiva do registro e da plataforma web enquanto banco de dados. Quanto a isto, não é o caso dos sites das prefeituras aqui analisados. No momento da coleta, os cinco permitiram realizar esta ação em páginas secundárias.

O sexto elemento explorado neste estudo foi a possibilidade direta de participação do usuário nas publicações feitas no site de cada prefeitura, a partir de **formulários de comentários**. Canavilhas (2014) cita uma série de características da produção informativa contemporânea na web. A hipertextualidade, a instantaneidade, a personalização, a multimidialidade, a memória e a ubiquidade. Outra é a interatividade. Para Meso *et al.* (2011, *apud* SEGATTO, 2015), a interatividade ocorre por meio dos recursos que permitem o diálogo, a interação entre os internautas e a publicação, os internautas e o produto jornalístico ou os internautas e computador conectado à internet, possibilidade ao usuário intervir, dialogar e recuperar dados da maneira que desejar.

Não há formulário para comentários em nenhum dos sites observados – nem formulários próprios, nem formulários automáticos gerados por *gadgets* de redes sociais. A única possibilidade de interação direta com o conteúdo postado nos sites é pela função “compartilhar”, disponível para aplicativos de redes sociais, mas que redirecionam o conteúdo para o perfil pessoal do usuário; e não o espaço virtual público que poderia ser disponibilizado pela administração.

As três últimas características verificam a existência ou ausência de ferramentas para busca no site das prefeituras. Ou seja, mais uma vez ressalta-se o caráter dos sites enquanto banco de dados acerca da municipalidade e verifica-se a possibilidade de que o

cidadão possa ter acesso aquele conteúdo através de uma ferramenta básica das páginas web, que é a busca interna dentro do site.

No monitoramento, verificou-se primeiramente a situação da **busca** simples, na página inicial; todos os sites disponibilizam este recurso para os usuários, o que representa já a garantia de que matérias antigas podem ser localizadas ao menos de forma simplificada em todos os sites. A segunda referência verifica a existência da possibilidade de **busca avançada** (como em datas específicas, por tipo de publicação, etc.). Nenhum apresenta esta possibilidade. Quer dizer: ao buscar uma palavra-chave qualquer, o usuário recebe os resultados sem poder ter acesso a algo com um filtro mais detalhado. A pesquisa por “PPA”, em alusão aos planos plurianuais feitos pelas prefeituras, gera resultados da busca que vão de documentos oficiais, como atas e registros técnicos, passam por notícias relacionadas ao tema, e chegam a agregar quaisquer menções a “PPA” publicadas nos diários oficiais dos municípios.

O terceiro e último elemento verificado foi a possibilidade ou não de fazer **busca em páginas secundárias** – seções específicas do site, e não na página inicial. Neste caso, o espaço para buscas permanece o mesmo disponibilizado na página inicial do site, não permitindo que o usuário busque informações em seções específicas. Apenas o site da prefeitura de Foz do Iguaçu permite que sejam feitas buscas em páginas secundárias, evitando que o usuário tenha que paralisar uma leitura ou qualquer outra experiência em alguma página para retornar à página inicial do site da prefeitura.

Abaixo, a tabela que agrega os dados detalhados até aqui, em relação ao monitoramento dos sites das prefeituras de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa no mês de outubro de 2015. Cada coluna representa uma cidade e cada linha traz informações sobre as características específicas analisadas, além dos dados de identificação de cada site.

TABELA 1 – Monitoramento dos sites das prefeituras em Outubro/2015

		Cascavel	Londrina	Ponta Grossa	Maringá	Foz do Iguaçu
Identificação	Nome do portal	Portal do Município de Cascavel	Portal da Prefeitura de Londrina	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	Prefeitura Municipal de Maringá	Prefeitura de Foz do Iguaçu
	URL	cascavel.pr.gov.br	londrina.pr.gov.br	pontagrossa.pr.gov.br/	maringa.pr.gov.br	pmfi.pr.gov.br
Navegabilidade	Aparece em quais motores de busca?	Google, Yahoo e Bing	Google e Yahoo	Google, Yahoo e Bing	Google, Yahoo e Bing	Yahoo e Bing
	Funcionamento pleno nos navegadores?	Parcialmente	Sim	Sim	Sim	Sim
	Design responsivo?	Não	Não	Não	Sim	Não
	Há alteração de itens durante a navegação?	Não	Não	Sim	Não	Não
	Permite criar bookmarks de páginas secundárias?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Permite que o usuário faça comentários?	Não	Não	Não	Não	Não
	Permite busca na página inicial?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Permite busca avançada?	Não	Não	Não	Não	Não
	Permite busca em página secundária?	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: o autor.

4.2 A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS ASSESSORIAS DE PREFEITURA: O OLHAR NATURAL

Neste ponto em que a pesquisa já pôde verificar o panorama geral acerca de onde estão esses textos – um espaço restrito no sentido da interatividade e prematuro no sentido de não aproveitar as potencialidades de sua plataforma, o ponto de partida para a análise dos textos não teria como ser outro: o terreno em que se debruça o esforço de pesquisa é um espaço verticalizado no sentido informativo, onde o usuário que acessa o produto parece ser entendido como um público passivo que não tem o direito a interagir com aquele que lê; e um espaço que pouco oferece de novidades a respeito da experiência de consumo das informações ali publicadas, pois não dá condições básicas ao usuário para que ele possa buscar e filtrar assuntos de seu interesse em dispositivos que façam parte de seu cotidiano.

Ao voltar-se neste momento para os textos publicados nesses portais, o exercício de compreender a produção informativa das assessorias de comunicação de prefeituras é, num primeiro momento, uma necessidade de descrição. Foi preciso primeiramente verificar o quê, afinal, era entendido como conteúdo informativo por parte das assessorias a partir do que era postado na seção de notícias dos sites das prefeituras.

A análise se foca de início, portanto, na catalogação das características básicas do objeto observado. Como garante Groth (2011, p.144), sem a percepção dessas características, o sentido do todo fica vazio. “Este caminho da ciência não é senão o que a observação também segue na prática, só que cientificamente, ou seja, de forma extremamente crítica e metódica”. Ainda que, entre os sites das prefeituras, cada site tenha sua particularidade em relação a assuntos abordados, formatos de texto e outras características, eles convergem para uma produção similar que evidencia majoritariamente um conteúdo textual bastante breve, com textos sintéticos, em sua maioria.

Foram coletados, no total, 310 textos publicados nos sites entre os dias 1 a 8 de outubro de 2015. Como já exposto no percurso metodológico, esta coleta identificou tendências entre as publicações. Essas tendências abrangem características relacionadas à finalidade do texto e também aos temas que eles exploram, e ainda à presença de pessoas utilizadas como fontes de informação que aparecem ora para opinar, ora para complementar informações presentes no texto.

Como forma de sistematizar o que de início eram impressões acerca do conteúdo publicado naqueles sites, foram criadas tabelas que passaram a agregar essas características texto por texto. Além de identificar que tipo de *fonte* aparece em cada texto (entre **Prefeito**, **Secretário**, Servidor – **Chefia**, **Servidor** – Não Chefia, **Cidadão** ou **Outro**), essas tabelas mostram em quais categorias de texto cada publicação se encaixa. As fontes de informação serão exploradas no subcapítulo 4.2.6.

Como já exposto no capítulo 3, as *categorias de texto* identificadas nesta análise dos portais das prefeituras são: (1) textos em que há cobertura de evento ou acontecimento onde o foco do texto é justamente o evento ou o acontecimento em si (**Evt/Acnt. (F.Evt)**); (2) textos relacionados a acontecimentos previstos no município (**Agenda futura**); (3) textos que priorizam informações de utilidade pública, abstendo-se de contextualizações (**Utilidade pública**); (4) textos em que há uma explicação minimamente detalhada acerca dos motivos ou dos resultados de determinada ação da gestão municipal, e que traz ainda informações sobre os recursos utilizados para essas ações (**Prestação de contas**); (5) textos sobre ações ou pessoas que não estejam diretamente ligadas à administração municipal (**Comunidade**); (6) textos em que há cobertura de evento ou acontecimento onde o foco do texto é a presença ou o posicionamento de agentes políticos, e não o evento ou acontecimento em si (**Evt/Acnt. (F. Ag. Pol.)**); (7) textos que apresentam de forma sucinta as atividades programadas para o dia da publicação (**Serviços do dia**); (8) posicionamentos oficiais da prefeitura, esclarecimentos acerca de notícias publicadas na imprensa, notas de falecimento e outros (**Comunicados oficiais**); (9) sugestões de matérias jornalísticas voltadas aos jornais, rádios e TVs da cidade ou região (**Avisos de pauta**); e (10) descrição das ocorrências policiais do dia anterior (**Ocorrências da GM**).

Algumas ressalvas acerca dessas categorizações: apesar de que a maior parte delas esteja presente em todos os sites das prefeituras, algumas dessas categorias são exclusivas ou não aparecem em todos os sites. É o caso dos avisos de pauta, por exemplo, que só aparecem nos sites de dois municípios (Cascavel e Foz do Iguaçu). Essa particularidade de cada site é um motivo a mais que reforça a ideia de que esta pesquisa não deve ser entendida como um comparativo entre os sites dos municípios. Apesar de que eles invariavelmente trazem semelhanças, suas diferenças impedem uma comparação que se sustente. Outra ressalva é que essas categorias não competem entre si e a alocação de um texto em uma categoria não necessariamente exclui a possibilidade de que ele também possa estar alocado em outra. Isso acontece porque essas categorias não possuem uma mesma origem que as divide. Na busca pelas características do objeto desta pesquisa,

foi preciso levantar informações e descrições que não tinha a mesma origem. “Avisos de pauta”, por exemplo, é uma categoria que evidencia um formato de texto específico, assim como “Ocorrências da GM” e “Comunicados oficiais”. “Agenda futura”, por sua vez, indica algo mais relacionado ao tema dos textos, assim como as categorias “Comunidade” e “Prestação de contas”. Abaixo, uma tabela resume a porcentagem de publicações que foram alocados em cada categoria de texto.

TABELA 2 – Porcentagem de textos alocados em cada categoria por cidade

	Número total de matérias	Evt/Acnt. (F.Evt)	Agenda Futura	Utilidade Pública	Prestação de Contas	Comunidade	Ev/Acnt. (F. Ag.Pol.)	Serviços do Dia	Comunicados oficiais	Avisos de Pauta	Ocorrências da GM
Cascavel	37	32%	40%	32%	48%	13%	16%	-	-	13%	-
Londrina	39	28%	56%	56%	41%	-	-	12%	-	-	-
P. Grossa	50	46%	22%	28%	18%	8%	6%	12%	6%	-	-
Maringá	87	43%	36%	35%	58%	19%	-	13%	4%	-	--
Foz do Iguaçu	97	54%	26%	28%	27%	7%	4%	-	3%	5%	3%

Fonte: o autor.

Desta visão geral, pode-se verificar algumas das características mais marcantes em relação ao conteúdo publicado pelas assessorias de prefeitura de cada município. Em destaque na cor cinza em tom mais escuro, estão as maiores porcentagens – o número representa a porcentagem de textos que foram alocados naquela categoria. Em um tom mais claro de cinza, foram destacadas as segundas maiores porcentagens de cada cidade. Como a diferença entre três categorias de Foz do Iguaçu foi mínima, julgou-se sensato destacar as três. Essa coloração teve objetivo de tornar mais visível quais são as categorias de texto mais utilizadas pelas prefeituras de modo geral: coberturas de eventos ou acontecimentos com foco nos próprios eventos; agenda futura; utilidade pública e prestação de contas.

Ou seja, são priorizadas informações de serviço (agenda futura e utilidade pública) e informações que de certa forma mostrem à população aquilo que a gestão pública está fazendo pelo município (cobertura de seus eventos e ações, e prestação de

contas). Em outras palavras, as categorias de texto mais utilizadas pelas assessorias de prefeituras parecem ter uma proximidade muito grande com a noção de transparência.

Este resultado não chega exatamente a surpreender na medida em que se vive um momento em que a transparência deixou de ser uma espécie de “bondade” por parte do poder público, mas foi instituída por lei. Ainda que a transparência esteja muito aquém de um nível que se considere suficiente em qualquer esfera do poder público, a indicação de que os municípios tendem a publicar como notícias suas ações e seus programas que possam interessar a população demonstra que esse cenário precário de transparência pode ser revertido, e que o jornalismo, nesse contexto de comunicação pública, pode trazer contribuições para isso. Mas seria um risco olhar para esses dados apenas em sua formulação numérica. Uma análise branda em relação a esses números poderia fazer parecer que as notícias publicadas nos sites dessas prefeituras dão conta de noticiar de forma responsável e isenta as notícias relacionadas à municipalidade. Essa seria uma avaliação ingênua de uma produção comunicativa que está inserida em um cenário complexo de interesses políticos e de poder.

É, portanto, fundamentalmente necessário, verificar o que cada município publica como material informativo e como as pessoas envolvidas no jogo de interesses inserido nesse contexto aparecem nesses textos, e não se fixar apenas no que há de mais numeroso entre essas publicações, mas também buscar entender o possível significado do que tem menor frequência, mas que ainda assim pode ter um impacto significativo.

A seguir, serão apresentados os dados de cada cidade, com exemplos textuais que ilustram o que se produz de material informativo e que exemplificam as categorias de texto que foram utilizadas no processo de pesquisa. A ordem de apresentação dos dados corresponde à ordem da menor para a maior quantidade de publicações no período da coleta. Portanto, serão apresentados, nesta ordem, os dados de: Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Foz do Iguaçu.

4.2.1 CASCATEL

Com 37 postagens durante a primeira semana de outubro de 2015, o site da prefeitura de Cascavel é o menos movimentado em termos de número de publicações entre as cinco prefeituras. Com uma variação de 3 a 8 postagens por dia, apresenta também postagens no final de semana. Na busca pela identificação de tendências na produção noticiosa que parte da assessoria de comunicação da prefeitura de Cascavel,

observa-se neste levantamento que, das 37 matérias postadas, a assessoria priorizou textos que foram encaixadas na categoria Prestação de Contas.

Ou seja, no caso de Cascavel, 18 matérias publicadas trouxeram ou informações acerca de valores (financeiros) de investimentos do município ou informações para além do que está sendo noticiado naquele momento, falando de ações e investimentos feitos sobre aquele mesmo assunto em momentos diferentes. Um exemplo deste tipo de conteúdo identificado no site da prefeitura de Cascavel é a matéria intitulada “Consamu: Municípios aprovam aporte de R\$2,71”, publicada no dia 2 de outubro e reproduzida na íntegra abaixo. A matéria traz desdobramos de uma assembleia do Conselho Intermunicipal da Rede de Urgência (Consamu), realizada na tarde daquele dia, e que aprovou um aporte financeiro dos consorciados para fechar o orçamento de 2015. Além da cobertura da reunião, o texto cita que outro aporte já havia sido aprovado meses antes e, além disso, traz detalhes sobre o atendimento de urgência e saúde na região.

Título	Consamu: Municípios aprovam aporte de R\$2,71
Texto postado em 2/10/2015	O Consamu realizou, na tarde de hoje (2), uma assembleia para discussão e votação de aporte financeiro dos consorciados para fechar o orçamento de 2015. Os prefeitos aprovaram a proposta de aporte de R\$ 2,71 para pagamento até meados de novembro, o que manterá as atividades do Consórcio até dezembro. Outro aporte de R\$ 2 já havia sido aprovado em agosto; totalizando R\$ 4,71. Outro assunto debatido foi a continuidade ou não dos serviços. O chefe da 10ª Regional de Saúde, Miroslau Bailak afirmou que há grande possibilidade de o Governo Federal habilitar as ambulâncias e o helicóptero para o Samu Oeste nos próximos dias. Com a publicação da portaria, o Consórcio receberia mais repasses de recursos. “Vamos aguardar a habilitação do Governo Federal, que parece que será publicada em breve e vamos fazer o esforço de manter o funcionamento do Consamu até o fim deste ano”, disse o presidente do Consamu, prefeito Edgar Bueno. Até o fim de outubro, o Consamu deverá receber também recursos de R\$ 1 milhão do Governo Estadual, o que atenderá emergencialmente as necessidades do Consórcio. Sobre o Consamu O Consamu (Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência) foi criado em 2012, com objetivo de unir forças para a efetivação da prestação de atendimentos de urgência em saúde, de forma a reduzir os custos aos municípios. Atualmente, o Consamu realiza de 5 a 6 mil atendimentos mensais, somente com o helicóptero são quase 500 atendimentos. O Consórcio oferece todo o suporte necessário ao serviço dos municípios.

Outra tendência verificada no site da prefeitura de Cascavel diz respeito às matérias referentes a agendas futuras do município, como festas, reuniões, atividades em escolas e outros tipos de acontecimentos que envolvem diretamente o município. Boa

parte das matérias de agenda futura também se encaixam na categoria de matérias de utilidade pública, pois trazem informações sobre ingressos, inscrições e outras informações de serviço relacionadas ao evento/ação que será realizado.

A proporção entre o número de matérias postadas no período da coleta e a quantidade de matérias alocadas em cada categoria levantada (lembrando que as publicações podem se encaixar em várias categorias ao mesmo tempo) demonstra também que a prefeitura de Cascavel é a que mais publicou matérias sobre eventos ou acontecimentos em que o foco principal foi a participação ou atuação de agentes políticos sobre o tema. 16% das matérias publicadas no site da prefeitura têm essa característica.

Um exemplo desse tipo de abordagem pode ser visto na nota abaixo, reproduzida na íntegra, postada no site da prefeitura no dia 1º de outubro. O texto “Secretários participam de Seminário de Prevenção e Proteção a Desastres” evidencia a participação de dois agentes políticos da administração municipal em um evento sobre prevenção de desastres. Sem dar maiores detalhes sobre o que efetivamente a participação poderia trazer de desdobramentos na vida cotidiana do município de Cascavel, o texto limita-se a trazer as impressões de um dos secretários sobre a participação de ambos no evento. É também um aspecto que chama atenção por ser um texto breve, com apenas um parágrafo de conteúdo.

Título	Secretários participam de Seminário de Prevenção e Proteção a Desastres
Texto postado em 1º/10/2015	Cerca de 800 pessoas participaram, nesta semana, no Teatro Municipal de Cascavel, do 1º Seminário Técnico-científico de Prevenção e Proteção a Desastres. O evento, voltado à troca de informações e experiências sobre a construção de cidades seguras e sustentáveis, teve por objetivo aprimorar as ações dos comitês locais de Defesa Civil do Paraná. Os secretários de Assuntos Comunitários, José Carlos da Costa e de Assuntos Jurídicos, Welton Fogaça representaram o Município no evento. “É de extrema importância eventos dessa natureza que buscam ações no sentido da prevenção a desastres, atuações previamente definidas são sempre mais eficientes em caso de emergência”, disse Welton.

Pode ser considerada ainda uma peculiaridade da prefeitura de Cascavel a presença significativa de publicações de avisos de pauta, direcionados à imprensa, sobre ações ou eventos da prefeitura. 13% das matérias postadas no período da coleta têm essa característica. Algumas delas chegam a fazer prestação de contas sobre o assunto que a prefeitura tenta agendar junto aos veículos jornalísticos da cidade e região. A Tabela 3 mostra os resultados da coleta dos textos publicados no site da prefeitura de Cascavel durante a primeira semana de outubro.

TABELA 3 – COLETA OUTUBRO – PREFEITURA DE CASCAVEL

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	
Cascavel	01/10/15	Secretários participam de Seminário de Prevenção e Proteção a Desastres	X							Secretário
Cascavel	01/10/15	Aviso de pauta: Sesau inaugura USF Jardim Ipanema			X	X				-
Cascavel	01/10/15	Teatro Municipal recebe a final do Sermop nesta sexta				X				-
Cascavel	01/10/15	Município inaugura Unidade de Saúde da Família do Jardim Ipanema		X						Prefeito, Secretário, Servidor e Cidadão
Cascavel	01/10/15	Sesau detalha atendimento às crianças na UPA Pediatria					X	X		-
Cascavel	02/10/15	Prefeitos e demais lideranças discutem modelo de regiões metropolitanas	X					X		Servidor e Prefeito
Cascavel	02/10/15	4º ciclo do LirAa começa segunda-feira em Cascavel				X	X			Secretário
Cascavel	02/10/15	Saúde inicia neste sábado as atividades do Outubro Rosa				X	X			-
Cascavel	02/10/15	Consamu: Municípios aprovam aporte de R\$2,61		X				X		Prefeito e Secretário
Cascavel	02/10/15	Dia da Micro e Pequena Empresa será comemorado neste sábado				X				Secretário
Cascavel	02/10/15	Ginasta participará do Sul Americano de GR na Bolívia				X			X	-
Cascavel	02/10/15	Secretário de Educação assina projetos da Escola Municipal Gladis Tibola	X					X		-
Cascavel	03/10/15	Dia da Micro e Pequena Empresa é comemorado neste sábado		X			X			Chefia
Cascavel	03/10/15	Refic 2015: Prazo para adesão de inicia no sai 6 de outubro					X			Secretário e Prefeito

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	
Cascavel	03/10/15	Prefeito e secretários se reúnem com representantes de entidades empresarias	X					X		-
Cascavel	05/10/15	Final do 10º Fermop lota o Teatro Municipal e emociona público		X						-
Cascavel	05/10/15	Provopar realiza 11ª edição da Festa do Dia da Criança				X	X			-
Cascavel	05/10/15	Aviso de pauta: Comitê Gestor tem encontro nesta terça			X	X		X		-
Cascavel	05/10/15	Dia de Finados: Prazo para reforma de túmulos vai até 15 de outubro					X	X		Servidor - Chefia
Cascavel	05/10/15	Conselheiros tutelares: Comissão eleitoral divulga lista preliminar		X				X		Servidor
Cascavel	06/10/15	Provopar recebe 665kg de alimentos arrecadados em evento universitário		X				X	X	-
Cascavel	06/10/15	Tolerância Zero: 137 casos de poluição visual são coibidos em um dia		X			X	X		Secretário e Servidor
Cascavel	06/10/15	Sala Verde recebe exposição “A Arte da Terapia”				X				Outro (Artista)
Cascavel	07/10/15	Biografia Alceu Dispor será lançada na Sala Verde				X			X	-
Cascavel	07/10/15	Aviso de pauta: Reunião discute ações de prevenção em salões comunitários			X	X				Secretário
Cascavel	07/10/15	Dia da Criança: Procon divulga pesquisa de preços de brinquedos		X			X			-
Cascavel	07/10/15	Prefeito reúne equipe e secretários para avaliação do PDI/BID	X			X		X		Prefeito
Cascavel	07/10/15	Horta Municipal iniciou hoje a distribuição de alface à população		X				X		Servidor - Chefia

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	
Cascavel	07/10/15	Profuncionário: Servidores da Educação recebem certificados		X				X		-
Cascavel	07/10/15	“O ciborgue esquizofrênico” é a nova exposição do MAC				X			X	Outro (Artista)
Cascavel	07/10/15	Aviso de pauta: entrega de veículos e equipamentos a secretarias			X	X		X		-
Cascavel	08/10/15	Prefeito entrega veículos e computadores a serviços assistenciais	X					X		Prefeito, Secretário e Cidadão
Cascavel	08/10/15	Aviso de pauta: prefeito apresenta APP PDI Cascavel e o caminhão AP-02 na Acic			X			X		-
Cascavel	08/10/15	Monumento da Ressureição é construído no Cemitério Central		X				X		Servidor – Chefia e Cidadão
Cascavel	08/10/15	Tocha Olímpica 2016: condutores podem se candidatar até o dia 15				X	X			-
Cascavel	08/10/15	Sesau e Lions realizam Mutirão da Saúde em Cascavel		X			X		X	-
Cascavel	08/10/15	12 de outubro: confira o abre e fecha do feriado da Padroeira					X	X		-
Total		37 publicações	6	12	5	15	12	18	5	18 matérias com fonte

Fonte: o autor

4.2.2 LONDRINA

O site oficial de prefeitura de Londrina publicou 39 matérias em sua página de notícias entre os dias 1º e 8 de outubro de 2015, inclusive no final de semana. A variação de postagens por dia é de 1 a 9 matérias diárias.

Verifica-se no site do município uma tendência de publicações mais focadas para as informações de serviço, com a proeminência de textos classificados como “utilidade pública” e “agenda futura”. 56% das matérias publicadas no período da coleta estão inseridas nas características dos textos dessas duas categorias.

Um exemplo é a matéria “UBS promove Rua de Recreio na região norte”, reproduzida abaixo na íntegra, publicada no dia 7 de outubro. O texto fala de uma ação de uma unidade de saúde da cidade, que dali a dois dias faria uma atividade voltada às crianças da região norte de Londrina, em função do Dia das Crianças. O texto traz informações de serviço, com detalhes sobre o evento, público-alvo, realizadores, horários e local.

Título	UBS promove Rua de Recreio na região norte
Texto postado em 7/10/2015	A Unidade Básica de Saúde (UBS) Parigot de Souza vai comemorar o Dia das Crianças, nesta sexta-feira (9), das 14 às 17 horas, com atividades recreativas para as crianças da região norte. A ação vai contar com apoio e supervisão de estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Uma Rua de Recreio estará montada ao lado da UBS, na rua Claudete de Souza, que ficará bloqueada entre as avenidas Saul Elkind e Alexandre Santoro. Serão oferecidas diversas brincadeiras, jogos, esportes e outras atrações. São esperadas cerca de 300 pessoas, entre crianças e familiares. As crianças poderão se divertir com práticas esportivas, jogos, pintura no rosto, desenhos no chão, aula de zumba, músicas e brincadeiras de rodas, entre outras atividades. De acordo com o educador físico do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), Wellington Berbel, as atividades foram divulgadas junto às escolas da região norte e aos usuários da UBS, com o objetivo de entreter e divertir as famílias. “Além de todas as brincadeiras, haverá distribuição de sorvete, pipoca, balas, pirulitos e refrigerante para as crianças. Também serão distribuídos mais de 200 brindes compostos por pequenos brinquedos e lembranças, através de arrecadações feitas pela UBS durante o ano”, disse.

Outra característica observada na coleta de matérias publicadas no site da prefeitura de Londrina é que, ao passo que a maioria das publicações trata de acontecimentos/eventos que estão para acontecer (56% do material coletado têm essa característica), por outro lado a quantidade de matérias de cobertura de eventos é reduzida: apenas 28% dos textos postados têm essa característica, o que sugere, num primeiro momento, a substituição da cobertura dos eventos pelo anúncio de que eles vão

acontecer, com informações de serviço e antecipando o que eventualmente poderia ser colocado numa matéria de cobertura.

Um exemplo desta forma de abordagem é o texto “Secretaria de Recursos Humanos lança segunda edição de revista”, postado no dia 01/10/15 e reproduzido abaixo na íntegra. Embora o título sugere que o lançamento da revista já tenha ocorrido, o corpo do texto informa que as inscrições ainda estão abertas para que servidores e servidoras possam participar da edição da revista.

Título	Secretaria de Recursos Humanos lança segunda edição de revista
Texto postado em 01/10/15	A Secretaria Municipal de Recursos Humanos, por meio da Gerência de Treinamento e Desenvolvimento da Diretoria de Desenvolvimento Humano, prorrogou para o dia 10 de outubro, o prazo de recebimento das fotografias feitas pelos servidores para a revista “Meu olhar sobre Londrina”. A publicação será lançada durante a Semana do Servidor, que vai acontecer entre os dias 23 e 29 de outubro. O trabalho faz parte da campanha para a elaboração da segunda edição da publicação virtual, que neste ano traz o tema “Faça a diferença”. Segundo a gerente de Treinamento e Desenvolvimento, Cleusa Andreello, todas as fotos diversificadas serão aceitas. “O tema serve apenas para nortear os participantes”, afirmou. Os servidores interessados em participar poderão enviar uma fotografia, seguindo os seguintes critérios: boa resolução, uma breve frase sobre o conceito da foto, além do nome completo, ramal e local onde o autor trabalha. As imagens retratadas podem ser de paisagens, lugares, cores e peculiaridades de Londrina, sendo permitida apenas uma foto por participante. As imagens estão sendo recebidas pela Equipe Interação através do e-mail interacao@londrina.pr.gov.br.

A Tabela 4 apresenta dados detalhados acerca das matérias publicadas no período de 1º a 8 de outubro na página de notícias da prefeitura de Londrina.

TABELA 4 – COLETA OUTUBRO – PREFEITURA DE LONDRINA

Cidade	Data	Título	Categorias de texto					Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	
Londrina	01/10/15	Secretaria de Recursos Humanos lança segunda edição de revista			X	X		Servidor – Chefia
Londrina	01/10/15	Saúde divulga números da dengue em Londrina	X				X	Servidor – Chefia
Londrina	01/10/15	Semana do Livro e da Biblioteca começa nesta quinta-feira	X			X		Servidor – Chefia
Londrina	01/10/15	Eleição para o Conselho Tutelar será neste domingo			X	X		Cidadão
Londrina	01/10/15	Serviços Municipais		X			X	-
Londrina	01/10/15	Museu de Arte de Londrina recebe a exposição “Flores... Mulheres”			X			Outro (Artista)
Londrina	02/10/15	Festival de Dança divulga programação do fim de semana			X	X		-
Londrina	02/10/15	Sine oferece 1074 vagas de emprego				X		-
Londrina	02/10/15	Espectáculo singular, participação plural			X	X		-
Londrina	02/10/15	Campanhas de prevenção marcam o mês de outubro			X	X		-
Londrina	02/10/15	Biblioteca infantil promove oficina na semana da criança			X	X		Servidor – Chefia
Londrina	02/10/15	Alunos de escolas municipais participam da Semana Solidária da Criança			X			Servidor e Cidadão
Londrina	02/10/15	Londrina conquista bons resultados em Avaliação Nacional da Alfabetização	X				X	Servidor – Chefia
Londrina	04/10/15	Serviços municipais		X			X	-
Londrina	05/10/15	Casa da Mulher oferece curso de Bolsa em Crochê	X			X		-
Londrina	05/10/15	Prefeitura realiza atividades para servidores			X	X		-
Londrina	05/10/15	Semana do Livro traz oficina de Origami			X	X		Servidor
Londrina	05/10/15	Eleitos os novos conselheiros tutelares	X				X	Cidadão
Londrina	05/10/15	Serviços municipais		X			X	-

Cidade	Data	Título	Categorias de texto					Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	
Londrina	05/10/15	Secretaria de Políticas para Mulheres realiza atividades no Outubro Rosa			X	X		Secretário
Londrina	06/10/15	Grafatório sedia exposição de trabalhos do projeto Areté: de Norte a Sul			X	X		Cidadão
Londrina	06/10/15	Semana Literária da Escola Zumbi dos Palmares termina neste sábado			X		X	Servidor – Chefia
Londrina	06/10/15	Inscrições para o concurso da Ask são prorrogadas				X		-
Londrina	06/10/15	Gestão Pública apresenta Sistema SEI ao Conselho de Transparência	X				X	Secretário
Londrina	06/10/15	Aproximação entre avós e netos é tema de semana cultural	X				X	Servidor – Chefia
Londrina	06/10/15	À beira do salto, a tradição reinventada			X	X		-
Londrina	06/10/15	Prefeitura promove curso de Gestão Patrimonial	X				X	-
Londrina	06/10/15	Mendigos de todo o mundo, sonhai			X			-
Londrina	06/10/15	Serviços municipais		X			X	-
Londrina	07/10/15	Saúde realiza campanha de prevenção ao câncer	X		X	X	X	Servidor - Chefia
Londrina	07/10/15	Teatro Zaqueu de Melo é palco da peça “Nossa Doce Miserável Vida”			X	X		Outro (Artista)
Londrina	07/10/15	Mês do Servidor promove ações de solidariedade	X		X		X	Servidor - Chefia
Londrina	07/10/15	UBS promove Rua de Recreio da região norte			X	X		Servidor
Londrina	07/10/15	CCI Oeste realiza o projeto “Aceita uma canção?”			X	X		Servidor - Chefia
Londrina	07/10/15	Serviços municipais		X			X	
Londrina	08/10/15	Prefeitura informa o que abre e fecha na segunda-feira				X	X	-
Londrina	08/10/15	Da aspereza do chão à leveza do andar			X	X		-
Londrina	08/10/15	Uma dose de flamenco com pitadas de Brasil			X	X		-
Londrina	08/10/15	Técnicos do Tribunal de Contas do Paraná visitam a Prefeitura de Londrina	X				X	Secretário
Total		39 publicações	11	5	22	22	16	21 matérias com fonte

Fonte: o autor.

4.2.3 PONTA GROSSA

Com 50 materiais postados entre os dias 1º e 8 de outubro de 2015, a página de notícias do site da prefeitura de Ponta Grossa apresentou uma variação de 2 a 12 postagens diárias, inclusive no final de semana. Da coleta, foi possível identificar a proeminência de materiais informativos com cobertura noticiosa de algum evento ou acontecimento relacionado diretamente à administração municipal, com foco do texto no fato em si, sem trazer desdobramentos, prestação de contas para além do fato noticiado ou utilidade pública. Isso acontece em 46% dos textos publicados pela assessoria no período da coleta.

Um exemplo é o texto “Projeto da educação infantil concorre na etapa regional do Agrinho 2015”, postado em 02/10/15 e reproduzido na íntegra abaixo, em que é noticiada a participação de um projeto da prefeitura num concurso de âmbito estadual.

Título	Projeto da educação infantil concorre na etapa regional do Agrinho 2015
Texto postado em 02/10/15	O Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) Darcy Ribeiro está realizando o projeto “Cavalo no campo, cavalo na cidade. Vamos mudar nossa comunidade”. A proposta surgiu a partir da observação da comunidade escolar do aumento de cavalos transitando nas áreas da cidade. “Os cavalos saíram do ambiente rural e circulam livremente pelas ruas da cidade. A região de Uvaranas é uma das que recebe essa migração, mas a presença de animais de grande porte nas ruas por representar perigo”, explica a professora que idealizou o projeto, Manuela Semkiw dos Santos. O projeto trabalha com as crianças os aspectos da vida no campo e na cidade, especialmente depois que as crianças presenciaram a situação de um cavalo abandonado próximo ao Cmei, que fica no Jardim Sâmará. O abandono do animal gerou discussão sobre o problema entre os professores e gestores do Cmei, que perceberam a necessidade de discutir e trabalhar a questão com os alunos e a comunidade. O projeto “Cavalo no campo, cavalo na cidade. Vamos mudar nossa comunidade” está participando do Concurso Agrinho 2015, pela categoria Experiência Pedagógica. O projeto já foi classificado para a etapa regional. Na próxima semana, 6 de outubro, a professora Manuela Semkiw dos Santos vai apresentar o projeto para uma banca de avaliadores do Senar (PR), concorrendo com outros 21 trabalhos classificados na etapa regional. Os quatro melhores projetos serão premiados com um carro 0Km.

Outro dado evidente a partir do levantamento mostra que a página de notícias do site da prefeitura de Ponta Grossa é também utilizada para publicação de materiais de comunicação oficiais, como notas de esclarecimentos, comunicados internos ou notas de pesar. Nos oito dias de coleta, foram três publicações deste tipo. Um exemplo é a “Nota de esclarecimento - Cidadania e Segurança Pública”, publicada no dia 6 de outubro e

reproduzida na íntegra abaixo. O texto apresenta esclarecimentos oficiais sobre a área de patrulhamento da Guarda Municipal.

Título	Nota de esclarecimento – Cidadania e Segurança Pública
Texto postado em 6/10/2015	A Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública esclarece que o policiamento e o patrulhamento da avenida Souza Naves, por tratar-se de uma via federal (BR-376), cabe única e exclusivamente à Polícia Rodoviária Federal (PRF). A Guarda Municipal não possui atribuição legal para fiscalizar vias públicas federais, sob pena de estar incorrendo em conflito de competência. À Guarda Municipal cabe o patrulhamento e segurança do município de Ponta Grossa. Já a PRF esclarece que “outra força de segurança pode atuar em situações especiais, como exemplos de flagrante de crimes e fiscalizações direcionadas a determinado veículo/pessoa para o qual há uma informação concreta de cometimento de algum ilícito”. O secretário municipal de Cidadania e Segurança Pública, Ary Lovato, esclarece ainda que o convênio que está sendo discutido entre a Polícia Rodoviária Federal e a prefeitura de Ponta Grossa não envolve ações da Guarda Municipal. “Somos parceiros da PRF na atuação da segurança da população e em casos solicitados, atuaremos sob a coordenação da PRF”, diz o secretário.

Uma peculiaridade do site da prefeitura de Ponta Grossa é o “Diário de Obras”, postado todos os dias pela manhã, que traz, de forma sucinta, um resumo do planejamento da Secretaria Municipal de Obras para o dia. As informações aparecem em tópicos neste tipo de publicação. Foram seis publicações deste tipo na primeira semana de outubro de 2015.

A Tabela 5 apresenta dados detalhados acerca das matérias publicadas no período de 1º a 8 de outubro na página de notícias da prefeitura de Ponta Grossa.

TABELA 5 – COLETA OUTUBRO – PREFEITURA DE PONTA GROSSA

Cidade	Data	Título	Categorias de texto								Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com Oficial	
P. Grossa	01/10/15	Diário de obras, 1º de outubro de 2015			X						-
P. Grossa	01/10/15	Ponta Grossa fecha participação nos JAPs “B” com a prata no voleibol masculino		X							Servidores – Chefia
P. Grossa	01/10/15	Prefeitura realiza parceria com empresas para adoção de praças		X				X			Servidor – Chefia
P. Grossa	01/10/15	Inscrições para cursos gratuitos de comércio vão até sexta				X	X				-
P. Grossa	01/10/15	Médicos intercambistas apresentam trabalhos na UNASUS		X							Servidor – Chefia
P. Grossa	01/10/15	Grupo de artesãs agradece bons resultados da Feira da Estação	X						X		Prefeito, Secretário e Cidadã
P. Grossa	01/10/15	Encontro Regional promove integração entre idosos da região		X							Prefeito, Secretário, Outro (palestrante) e Cidadã
P. Grossa	02/10/15	Dia das Crianças: Prolar prepara festa para 14 conjuntos habitacionais				X					Cidadã
P. Grossa	02/10/15	Rangel entrega campos de futebol society no Panamá e Baraúna	X								Prefeito e Outro (Deputado)
P. Grossa	02/10/15	Instituto de Educação recebe etapa do Circuito de Tênis de Mesa				X	X				Servidor – Chefia
P. Grossa	02/10/15	Outubro Rosa também debate violência contra a mulher				X					-
P. Grossa	02/10/15	Projeto da educação infantil concorre na etapa regional do Agrinho 2015		X							Servidora

Cidade	Data	Título	Categorias de texto								Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com Oficial	
P. Grossa	02/10/15	Sala do Empreendedor abre inscrição para nova linha de crédito					X				-
P. Grossa	02/10/15	Valdirene é tricampeã do kickboxing nos JAPs “B”		X							Secretário
P. Grossa	02/10/15	Findi Animal reúne vira-latas e donos na Estação Saudade				X	X				Servidor – Chefia
P. Grossa	02/10/15	Aline e Paola já trabalham para as finais da Divisão A dos JAPs		X					X		Cidadão e Servidor
P. Grossa	02/10/15	Diário de Obras, 2 de outubro de 2015			X						-
P. Grossa	02/10/15	Ponta Grossa é a primeira cidade do Paraná com máquina de reciclar isopor		X				X			Prefeito, Secretário e Cidadãos
P. Grossa	02/10/15	SAMU e Atenção Primária recebem novos veículos		X				X			Secretária
P. Grossa	03/10/15	Copa Ponta Grossa de Vôlei tem sequência no domingo				X					-
P. Grossa	03/10/15	Copa Sub-15 de Futebol tem rodada no “Miró de Freitas”				X					Servidor
P. Grossa	05/10/15	Nota oficial							X	X	-
P. Grossa	05/10/15	Diário de Obras, 5 de outubro de 2015			X						-
P. Grossa	05/10/15	Uampg e Prefeitura promovem Concurso Rainha dos Bairros				X	X				-
P. Grossa	05/10/15	Conselheiros Tutelares da gestão 2016/2020 são eleitos		X							Secretário e Servidor - Chefia
P. Grossa	05/10/15	Findi Animal facilita a adoção de 88 animais abandonados		X							Servidor – Chefia e Outro (organizadora)
P. Grossa	05/10/15	Guarda Municipal auxilia na segurança da Souza Naves		X				X			-

Cidade	Data	Título	Categorias de texto								Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com Oficial	
P. Grossa	05/10/15	Semana do Idoso promove atividades culturais		X			X				Servidora – Chefia e Cidadã
P. Grossa	05/10/15	Prefeitura firma parceria com Mansão Bezerra de Menezes para ofertar cursos gratuitos		X			X				Secretário e Outro (Instrutor)
P. Grossa	05/10/15	Costa Rica sorteia localização das casas		X							Prefeito e Secretário
P. Grossa	06/10/15	Diário de Obras, 6 de outubro de 2015			X						-
P. Grossa	06/10/15	Chamada Escolar: pais podem realizar cadastro para novas matrículas na rede municipal					X				-
P. Grossa	06/10/15	Agência do Trabalhador oportuniza entrada de pessoas com síndrome de down no mercado de trabalho					X				Servidor – Chefia
P. Grossa	06/10/15	Crianças da rede municipal se apresentam em Festival de Talentos		X							-
P. Grossa	06/10/15	Nota de Esclarecimento – Cidadania e segurança pública								X	-
P. Grossa	06/10/15	Segurança desenvolve ação de cidadania com 50 crianças		X				X			Servidores
P. Grossa	06/10/15	81 escolas participam da décima edição dos JEEM	X			X					Servidor – Chefia
P. Grossa	07/10/15	Diário de Obras, 7 de outubro de 2015			X			X			-
P. Grossa	07/10/15	Prefeitura informa prazos para limpeza e reforma de túmulos					X				-
P. Grossa	07/10/15	Compras do Dia das Crianças exigem cuidados		X			X				Servidora – Chefia
P. Grossa	07/10/15	Municípios dos Campos Gerais recebem kits do “Paraná Mais Esporte”		X				X			Secretários
P. Grossa	07/10/15	Creas Sentinela comemora Dia das Crianças com novidades		X				X			Servidora – chefia e Servidora

Cidade	Data	Título	Categorias de texto								Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com Oficial	
P. Grossa	07/10/15	Fumtur abre inscrições para concurso da Rainha da 26ª München		X			X				-
P. Grossa	07/10/15	Brenda conquista prata e bronze na Copa Paulista de Karatê		X					X		Servidor e Cidadã
P. Grossa	08/10/15	Diário de Obras, 8 de outubro de 2015			X						-
P. Grossa	08/10/15	Dia Mundial da Saúde Mental é comemorado com diversas atividades				X	X				Secretária
P. Grossa	08/10/15	Prefeitura faz melhorias em parque infantil do Complexo Ambiental		X				X			Secretário
P. Grossa	08/10/15	Primeiro encontro de motoclubes acontece esse sábado				X			X		Cidadão
P. Grossa	08/10/15	Regulamento do desfile de blocos da 26ª München Fest								X	-
P. Grossa	08/10/15	Fundação de Cultura prorroga inscrições de atores para espetáculo de Natal					X				-
		50 publicações	3	23	6	11	14	9	4		

Fonte: o autor.

4.2.4 MARINGÁ

O site oficial de prefeitura de Maringá publicou 87 matérias em sua página de notícias entre os dias 1º e 8 de outubro de 2015, inclusive no final de semana. O site apresenta a maior variação de número diário de postagens, de acordo com o levantamento apresentado a seguir na Tabela 6, com 7 a 19 notícias postadas diariamente.

Com 51 matérias que se encaixaram na categoria de “prestação de contas”, o acompanhamento dessas postagens demonstra certa tendência em priorizar a publicação de informações complementares ao que está sendo anunciado, bem como valores financeiros sobre diferentes investimentos do setor público municipal. O cenário é parecido, proporcionalmente, ao levantamento no site da prefeitura de Cascavel – o primeiro a ser apresentado neste capítulo –, que também apresenta de forma considerável informações sobre prestação de contas.

Uma das peculiaridades da produção publicada no site da prefeitura de Maringá é a visibilidade a pessoas, empresas, organizações e grupos que não integram a administração municipal. 19 notícias publicadas integram a categoria de texto “Comunidade”, que evidencia e contabiliza essas publicações.

Um exemplo desse tipo de publicação é a matéria “Maringá Jazz Festival começa nesta terça-feira”, publicada no dia 5 de outubro e reproduzida na íntegra abaixo. O texto fala sobre um evento de cunho particular a ser realizado na cidade. Além da divulgação do evento em si, o texto presta informações de serviço, como convites para entrada, local e hora e antecipa informações sobre a programação do evento. No penúltimo parágrafo do mesmo texto, a prefeitura de Maringá aparece como “apoio estrutural” ao evento.

Título	Maringá Jazz Festival começa nesta terça-feira
Texto postado em 5/10/2015	O Maringá Jazz Festival inicia suas atividades nesta terça-feira (6) e prossegue até domingo (11) com uma bateria de shows e workshops para quem quer apreciar e aprender música instrumental. Dentro das atrações deste ano, serão ministrados de terça a quinta (6, 7 e 8), a partir das 14h, workshops, gratuitos na escola Instituto da Música (Avenida Cerro Azul, 228 – Zona 02). As aulas são direcionadas para todas as faixas etárias, abrangendo tanto iniciantes quanto quem têm interesse em aperfeiçoar a técnica. Nos dias 9 e 10, o Maringá Jazz Festival dá continuidade à programação no palco do Teatro Marista, a partir das 20 horas, com shows dos músicos selecionados como representação do cenário versátil da música instrumental contemporânea. A retirada dos convites gratuitos deve ser feita no Teatro Marista no dia da apresentação. A bilheteria atende o público das 10 às 18 horas, sem intervalo

	para almoço. Serão disponibilizados dois convites por pessoa. O Maringá Jazz festival também participa da ação beneficente do Provopar para arrecadação de brinquedos para crianças carentes em comemoração ao Dia das Crianças. Na retirada do ingresso, será bem-vindo quem puder doar um brinquedo novo de qualquer valor. A doação não é de caráter obrigatório. Para encerrar o evento, no domingo (11), será montado pela primeira vez um palco na Praça da Catedral para shows ao ar livre a partir das 13h30 e acesso de toda a comunidade. O local também será ponto de coleta dos brinquedos doados, no entanto, não será necessário retirar convites para conferir as apresentações. O domingo será embalado pelos arranjos elaborados por Spok Frevo Orquestra, além de dois grupos de maringaenses, o Trio Estrada, com sua mistura de ritmos da cultura popular (samba, partido alto, maracatu e música latina) e o Sidney Linhares Grupo, cujo compositor já tocou ao lado de Emílio Santiago, Seu Jorge, Roupas Nova, Luiz Melodia e Elba Ramalho. O Festival é um projeto patrocinado pela Lei Federal de Incentivo Cultural (Ministério da Cultura), Viapar e conta com o apoio estrutural da Prefeitura Municipal de Maringá e Secretaria Municipal da Cultura. O evento é uma realização da BWA Consultoria. Serviço: A programação completa do Maringá Jazz Festival 2015 e as informações de todos os artistas convidados está disponível no site www.maringajazz.com.br
--	---

A Tabela 6, na sequência, apresenta dados detalhados acerca das matérias publicadas no período de 1º a 8 de outubro na página de notícias da prefeitura de Maringá.

TABELA 6 – COLETA OUTUBRO – PREFEITURA DE MARINGÁ

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	01/10/15	Maringá participa do “Dia de ler. Todo Dia!”	X				X			Servidora – Chefia
Maringá	01/10/15	Votação para eleger novos conselheiros tutelares é neste domingo			X	X				Cidadã
Maringá	01/10/15	Cultura lança a campanha “Maringá Cidade de Leitores”	X				X			Secretária e Servidora – Chefia
Maringá	01/10/15	Maringá sedia fase final do Campeonato Paranaense			X	X		X		-
Maringá	01/10/15	Equipe da SeMulher se reúne com parceiros para definir ações do Outubro Rosa	X		X					
Maringá	01/10/15	Programação para esta quinta-feira		X			X			-
Maringá	01/10/15	Prefeitura inicia recape asfáltico em duas avenidas de Iguatemi	X				X			-
Maringá	01/10/15	Programação da Secretaria de Serviços Públicos para esta quinta-feira (01/10/2015)		X			X			-
Maringá	01/10/15	Nota de Falecimento				X			X	-
Maringá	01/10/15	Cia Pedras se apresenta no Teatro Barracão nesta sexta-feira			X	X				-
Maringá	01/10/15	Mais de 2,7 mil jovens fazem exames para recrutamento no Tiro de Guerra	X				X			Servidor – Chefia
Maringá	02/10/15	CE Miosótis/SESP Maringá enfrenta Kantu da Bola pelo Regional de Base			X	X	X			-
Maringá	02/10/15	Copel Telecom Maringá Vôlei conhece tabela da Superliga			X			X		Secretário

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	02/10/15	Casos de dengue registrados pela Secretaria de Saúde até esta sexta-feira, 2 de outubro						X	X	-
Maringá	02/10/15	Censo Previdenciário vai começar a cadastrar na segunda			X	X	X			-
Maringá	02/10/15	Programação para esta sexta-feira		X			X			-
Maringá	02/10/15	Programação da Secretaria de Serviços Públicos para esta sexta-feira (02/10/2015)		X			X			-
Maringá	02/10/15	Convite ao Cinema apresenta “Blade Runner – O Caçador de Androides”			X	X				-
Maringá	05/10/15	Prefeitura e Provopar realizam reunião sobre os preparativos do Natal Maringá 2015	X		X		X			Secretária e Cidadão
Maringá	05/10/15	Abertas as inscrições para o torneio de Futebol de Salão e Futebol Suíço				X	X			Secretário
Maringá	05/10/15	Prefeitura lança campanha alusiva ao Outubro Rosa	X		X	X	X			Secretária e Servidor – Chefia
Maringá	05/10/15	Maringá Jazz Festival começa nesta terça-feira			X	X		X		-
Maringá	05/10/15	Abertas as inscrições para concurso de projetos de incentivo à leitura				X				-
Maringá	05/10/15	Projeto de trânsito será apresentado às crianças atendidas no CAPSi			X					Servidores – Chefia
Maringá	05/10/15	Maringá/Unimed/Unifamma vence o Paranaense Feminino sub-18	X					X		-
Maringá	05/10/15	32ª Festa das Nações começa nesta sexta-feira			X	X	X			Secretária
Maringá	05/10/15	Colunista de O Estado de São Paulo está confirmado para 2ª FLIM			X	X	X			-

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	05/10/15	Exames para recrutamento no Tiro de Guerra terminam nesta semana				X	X			Secretário
Maringá	05/10/15	Mais de 2 mil pessoas participaram da Semana Nacional de Trânsito	X				X			-
Maringá	05/10/15	População elege os 10 novos Conselheiros Tutelares	X				X			Cidadã
Maringá	05/10/15	Programação da Secretaria de Serviços Públicos para esta segunda-feira (05/10/2015)		X			X			-
Maringá	05/10/15	Programação para esta segunda-feira		X			X			-
Maringá	05/10/15	CMEI José Cláudio Pereira Neto promove caminhada nesta terça-feira			X		X			-
Maringá	05/10/15	Executivos da Agência Paraná de Desenvolvimento conhecem Polo Aeronáutico de Maringá	X				X			Prefeito e Outros (Convidados)
Maringá	06/10/15	Copel Telecom Maringá Vôlei organiza Copa Internacional			X	X				-
Maringá	06/10/15	Fiscalização, Saúde e Semusp retiram entulho de áreas com focos de dengue			X		X			-
Maringá	06/10/15	Secretaria de Habitação promove reunião com contemplados nas unidades de Floriano	X				X			-
Maringá	06/10/15	Recanto Somos Todos Irmãos promove diversas ações voltadas para a família			X		X	X		Cidadão
Maringá	06/10/15	Beisebol é campeão da Taça Frank Minowa	X					X		-
Maringá	06/10/15	Maringá conquista 15 medalhas no Paranaense Mirim	X					X		-
Maringá	06/10/15	Maringá lidera grupo da Liga Nacinal	X					X		-
Maringá	06/10/15	2ª Festa da Criança reúne mais de 300 participantes	X				X			Secretário

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	06/10/15	Ballet Nara Dutra apresenta “Black Bird” nesta quarta-feira			X	X				-
Maringá	06/10/15	Prefeitura entrega obras de reforma do CMEI Maria de Lourdes Batista Vale Bom			X		X			-
Maringá	06/10/15	Semusp tem o apoio de caminhões locados para suprir atrasos na coleta de lixo	X			X	X			Secretário
Maringá	06/10/15	Projeto Social Índio atende 250 crianças e adolescentes	X					X		Servidor
Maringá	06/10/15	Alunos do Colégios Ipiranga assistem apresentação do projeto ADT	X				X			-
Maringá	06/10/15	Escola recebe a visita de orientadora educacional do Japão	X				X			Servidora – Chefia
Maringá	06/10/15	Servidores Municipais recebem certificado de curso de brigadista	X				X			Servidora e Outro (Instrutores)
Maringá	06/10/15	Servidores da Fazenda participam de Seminário do Tribunal de Contas do Paraná	X				X			Servidora – Chefia e Servidores
Maringá	06/10/15	Programação da Secretaria de Serviços Públicos para esta terça-feira (06/10/2015)		X			X			-
Maringá	06/10/15	Programação para esta terça-feira		X			X			-
Maringá	06/10/15	Prazo para obras particulares no Cemitério Municipal vai até 29 deste mês				X				-
Maringá	07/10/15	Operação Vida sem Sangue resulta na retirada de entulho e eliminação de focos do mosquito	X			X	X			Servidor – Chefia
Maringá	07/10/15	Procon orienta consumidores sobre pagamento de contas durante a greve				X				Servidor – Chefia

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	07/10/15	Palco para os shows da 32ª Festa das Nações e dos Estados já está montado			X	X	X			Secretária
Maringá	07/10/15	Inscrições para gestão 2016-2017 da CIPA estão abertas				X				-
Maringá	07/10/15	UBS Internorte atende 4º Batalhão da Polícia Militar	X				X			-
Maringá	07/10/15	Conselho de Turismo elege diretoria do conselho 2015/2017	X							Secretário e Servidora – Chefia
Maringá	07/10/15	Projeto “Água, fonte da vida” é finalizado com caminhada dos alunos	X							-
Maringá	07/10/15	Responsável por 260 alunos, ANPR coordena Barraca Brasil Caboclo	X		X		X	X		Cidadã
Maringá	07/10/15	Maringaenses são convocados para Brasileiro de Tênis de Mesa	X					X		Secretário
Maringá	07/10/15	Sala do Empreendedor recebe visita de servidoras municipais de Marialva	X				X			Outro (Visitantes)
Maringá	07/10/15	Há 34 anos Anpacin reabilita alunos com perdas auditivas	X		X			X		Servidora – Chefia
Maringá	07/10/15	Prefeitura libera trânsito nas vias que compõem Contorno da UEM				X				-
Maringá	07/10/15	Parque do Ingá funcionará no feriado de Nossa Senhora Aparecida				X				-
Maringá	07/10/15	Programação da Secretaria de Serviços Públicos para esta quarta-feira (07/10/2015)		X			X			-
Maringá	07/10/15	Programação para esta quarta-feira		X			X			-
Maringá	07/10/15	Associação Maringaense Autista atende 80 crianças	X		X		X	X		Cidadão
Maringá	08/10/15	Projeto Plantando Saúde incentiva o uso da citronela	X				X	X		Secretária

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	08/10/15	Saúde inicia colagem do selo “Esta Casa Combate a Dengue”			X		X			Secretária
Maringá	08/10/15	Semusp faz reparos em caixa de ligação de galerias no Jardim Atami	X				X			Secretário
Maringá	08/10/15	Inscrições para a condução da Tocha Olímpica continuam abertas			X	X				Secretário
Maringá	08/10/15	UBS Quebec oferece nesta quinta-feira Espaço Saúde para a população			X	X				-
Maringá	08/10/15	Artesãos de Maringá participam da 32ª Festa dos Estados e das Nações			X	X		X		Secretária
Maringá	08/10/15	CRAS Santa Felicidade promove atividade em comemoração ao Dia das Crianças	X							Servidora – Chefia e Cidadã
Maringá	08/10/15	Nota à imprensa sobre a Festa das Nações			X				X	-
Maringá	08/10/15	Feira da Agroindústria Familiar oferece produtos até sábado, na Raposo Tavares	X			X				Cidadãos
Maringá	08/10/15	Integrando a 32ª Feira das Nações, Fundação Isis Bruder atende 600 jovens	X		X		X	X		Cidadão
Maringá	08/10/15	Coleta seletiva no comércio da Avenida Morangueira começa nesta quinta-feira			X	X				Cidadão
Maringá	08/10/15	Mulheres atendidas no CRAS Santa Felicidade participam de curso da SeMulher	X				X			Outro (Instrutora)
Maringá	08/10/15	Jovens atendidos no CAPSi assistem teatro de conscientização de trânsito	X							Servidora – Chefia
Maringá	08/10/15	Programação da Secretaria de Serviços Públicos para esta quinta-feira (08/10/2015)		X			X			-

Cidade	Data	Título	Categorias de texto							Fonte de informação
			Evt/Acnt. (F. Evt)	Serviços do dia	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Maringá	08/10/15	Festa dos Estados e das Nações espera receber 30 mil pessoas			X	X	X			Secretária
Maringá	08/10/15	Nota Secretaria de Educação					X		X	-
Maringá	08/10/15	Programação para esta quinta-feira		X			X			-
Maringá	08/10/15	“Andarilhos de Cordel” é atração no Teatro Barracão			X	X				-
		87 publicações	38	12	32	31	51	17	4	

4.2.5 FOZ DO IGUAÇU

O site oficial de prefeitura de Foz do Iguaçu é o de maior produção de material informativo, segundo o levantamento feito entre os dias 1º e 8 de outubro. Somente neste período, foram 97 materiais informativos postados na página de notícias do site da prefeitura.

Em Foz do Iguaçu, a página aliás ganha um nome específico: Agência Municipal de Notícias (AMN), o que sugere certo apoio desta produção em critérios e formas de atuação próprias dos produtores de notícia – e, ao menos neste levantamento, parece estar relacionado à quantidade de notícias publicadas – consideravelmente maior que nas outras prefeituras, que não utilizam a denominação de “Agência de Notícias” em seus sites.

Em Foz do Iguaçu, os conteúdos em maior quantidade são as coberturas de eventos ou acontecimentos relacionados à administração pública – com o foco nos próprios eventos/acontecimentos. 54% das matérias coletadas se encaixam nesta categoria. A segunda categoria com maior incidência no site de Foz do Iguaçu aparece 26 pontos percentuais atrás da categoria mais proeminente. São as publicações de utilidade pública, presentes em 28% dos textos.

Além da produção mais numerosa, há de se destacar também a presença de uma categoria diferenciada, que não aparece nos sites das outras quatro prefeituras: a publicação de ocorrências policiais com dados diretos da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu. O período da coleta – de oito dias – apresentou três publicações desse tipo, o que evidencia certa regularidade nessa categoria de texto, como no exemplo “Ocorrências diárias GM”, publicado no dia 02/10/2015 e transcrito abaixo.

Título	Ocorrências diárias GM
Texto postado em 02/10/2015	Nas últimas 72 horas, a Guarda Municipal realizou 151 atendimentos. Destes, 117 ocorrências foram por solicitações via Central de Operações ou em patrulhamento, os quais geraram Ficha de Atendimento a Ocorrência (FAOC), e mais 34 atendimentos realizados diretamente pela Central de Operações (nesses casos o problema é resolvido por telefone através de encaminhamentos). Entre as ocorrências registradas em FAOC, estão os seguintes destaques: Veículo Recuperado Por volta das 03h do dia 29, uma equipe do policiamento comunitário da região central, foi informada pelo solicitante que havia se ausentado do seu local de trabalho por alguns instantes, e que quando retornou, sua motocicleta não mais estava. Alguns transeuntes informaram que avistaram um indivíduo empurrando uma motocicleta pelas redondezas. A equipe realizou patrulhamento, e localizou

	a motocicleta que foi entregue no momento ao proprietário, que portava a chave e retornou com sua moto para seu posto de trabalho. Agressão Por volta das 11h15 do dia 29, uma equipe do policiamento comunitário da região de Três Lagoas, foi solicitada a comparecer na Escola Municipal João Adão, onde foi informado haver um aluno alterado. No local foi constatado que um professor encontrava-se com uma lesão na mão, que segundo ele foi causado pelo aluno que havia fugido do local. De posse das características e endereço, o adolescente L.A.14 anos, foi localizado e encaminhado à DEA para as providências. Veículo Recuperado Uma equipe do policiamento comunitário da região de Três Lagoas, foi informada, por volta das 17h do dia 30, que em uma oficina mecânica da região, havia uma motocicleta roubada. A equipe deslocou ao local informado e constatou o fato. A motocicleta foi encaminhada à 6ª SDP e o proprietário do estabelecimento acompanhou a equipe. Porte de Arma Após denúncia anônima, uma equipe da região da Vila C, deslocou até a Vila Solidária, por volta das 19h50 do dia 30, onde segundo informações havia uma pessoa de posse de uma arma de fogo. De posse das características, a equipe abordou a pessoa de V.B. 23 anos, e durante a revista pessoal, foi localizado em sua cintura, um revólver cal 38. V.B. foi encaminhado à 6ª SDP para as providências cabíveis. Roubo Durante patrulhamento pelo Jardim Dourado por volta das 08h50 do dia 01, a equipe da região de Três Lagoas, de posse das características da pessoa que havia deixado a motocicleta roubada na oficina mecânica no dia anterior, localizou a pessoa de O.M.B. 18 anos. O referido foi encaminhado à 6ª SDP para os procedimentos legais. 18 Perturbações do sossego ou trabalho; 05 Crimes contra o patrimônio; 04 Atendimentos de acidentes de trânsito; 06 Apoios a outros órgãos; 04 Assistências a criança e adolescente; 02 Atendimentos de Defesa Civil; 12 Fiscalizações de trânsito; 05 Policiamentos em eventos; 04 Verificações de uso/porte de tóxico; 03 Assistências a pessoa.
--	--

A Tabela 7 apresenta a coleta completa dos textos publicados pela assessoria da Prefeitura de Foz do Iguaçu durante a primeira semana de outubro.

TABELA 7 – COLETA OUTUBRO – PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU

Onde	Quando	O quê	Como									Quem
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Ocorrências GM	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Foz do Iguaçu	01/10/15	Aviso de utilidade pública						X				-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Órgãos de segurança de trânsito discutiram ações conjuntas e agenda comum		X			X					-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Educadores infantis assumem postos de trabalho na educação		X								Secretária
Foz do Iguaçu	01/10/15	Ação do Outubro Rosa oferece DIU gratuito		X			X	X	X			Servidora
Foz do Iguaçu	01/10/15	CCI celebra o Dia do Idoso com programação durante todo o mês de Outubro		X			X					-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Evento em Foz		X						X		Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	01/10/15	Reunião Outubro Rosa – Provocar		X			X					-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Hospital Municipal faz nova captação de múltiplos órgãos para transplantes		X					X			Cidadão
Foz do Iguaçu	01/10/15	Escolinha de Trânsito do Foztrans divulga as atividades do mês de outubro					X	X	X			-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Obras do Centro Especializado em Reabilitação já é realidade		X					X			-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Quando a saúde vai à escola					X		X			Servidora – Chefia
Foz do Iguaçu	01/10/15	Semana da criança no Centro de Convivência Clóvis Vianna no Lagoa Dourada					X	X				Servidora – Chefia
Foz do Iguaçu	01/10/15	Mutirão de limpeza		X					X			-
Foz do Iguaçu	01/10/15	Fozprev realiza eleição no dia 4 de novembro					X	X				-

Onde	Quando	O quê	Como									Quem
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Ocorrências GM	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Foz do Iguaçu	01/10/15	A vida tem a cor da prevenção					X	X	X			Secretário
Foz do Iguaçu	02/10/15	Currículo Base da Amop é tema de palestra para professores municipais		X								Servidor e Outro (Palestrante)
Foz do Iguaçu	02/10/15	Abertas as inscrições para Torneio Sul Americano de Karatê					X	X				-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Prefeitura vai adiantar pagamento à empresa responsável pelos serviços na estrada do Alto da Boa Vista	X									-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Unidade K9 nas escolas		X					X			-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Ocorrências Dárias GM			X				X			-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Comunicado Foztrans									X	Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	02/10/15	Leitura é incentivada em projeto do CMEI na Vila Esmeralda		X								Servidora – Chefia, Servidora e Cidadã
Foz do Iguaçu	02/10/15	Aviso Secretaria de Esportes									X	Secretário
Foz do Iguaçu	02/10/15	Comitê da Dengue		X								Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	02/10/15	Prefeitura abre concurso público						X				-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Força-tarefa para remoção dos entulhos na região sul da cidade					X		X			Secretário
Foz do Iguaçu	02/10/15	Crianças aprendem hábitos saudáveis em circuito educativo		X					X			Servidora
Foz do Iguaçu	02/10/15	Jogos Abertos		X								-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Aviso de utilidade pública						X			X	-

Onde	Quando	O quê	Como									Quem
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Ocorrências GM	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Foz do Iguaçu	02/10/15	Projeto da linha executiva avança em Foz		X					X			Secretário e Servidor- Chefia
Foz do Iguaçu	02/10/15	Semana da Criança no Centro de Convivência Darci Zanatta					X	X				Servidora – Chefia
Foz do Iguaçu	02/10/15	I Concurso Tempero da Vida foi um sucesso		X								Servidor – Chefia
Foz do Iguaçu	02/10/15	Natação		X					X			Servidor – Chefia
Foz do Iguaçu	02/10/15	Recolhimento de entulho						X				-
Foz do Iguaçu	02/10/15	Votação Conselho Tutelar					X	X				-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Hoje tem Outubro Rosa no Porto Belo					X	X				-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Zoológico Bosque Guarani tem programação especial em outubro		X				X				-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Sugestão de pauta				X			X			-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Programa “Saúde na Escola” será no Jardim Itaipu amanhã					X					-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Provopar realiza abertura do Outubro Rosa do dia 15					X					-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Secretaria de Educação e entidades defendem a criação do cargo de Agente de Apoio		X								Secretária e Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	05/10/15	Prefeitura abre concurso público						X				-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Vôlei de Foz		X				X	X			Servidor – Chefia
Foz do Iguaçu	05/10/15	Mutirão de limpeza continua na Região Sul		X								Secretário
Foz do Iguaçu	05/10/15	Minicursos de culinária						X				-

Onde	Quando	O quê	Como									Quem
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Ocorrências GM	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Foz do Iguaçu	05/10/15	150 pessoas, entre representantes das secretarias municipais, agentes do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), voluntários e servidores municipais participaram do mutirão de limpeza no Porto Meira		X								Cidadão
Foz do Iguaçu	05/10/15	Mais de 13 mil participaram do processo de escolha dos novos conselheiros tutelares em Foz do Iguaçu		X								Cidadã
Foz do Iguaçu	05/10/15	Governo continua executando medidas de contenção de gastos		X					X			-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Bons resultados		X						X		-
Foz do Iguaçu	05/10/15	Ocorrências diárias GM			X							-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Parque Nacional do Iguaçu poderá receber mais de 25 mil pessoas no feriadão					X	X				-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Reforma começa na Escola Municipal Vila Shalon		X					X			Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	06/10/15	Ludopedagogia é tema de palestra para professores municipais					X	X				-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Sugestão de pauta				X						-
Foz do Iguaçu	06/10/15	LOA 2016		X					X			-
Foz do Iguaçu	06/10/15	O sabor de um bife		X								Servidor e Cidadão
Foz do Iguaçu	06/10/15	Pagamento Bolsa Família de outubro será liberado a partir do dia 19					X	X				-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Masters feminino					X			X		-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Guarda municipal divulga balanço de setembro			X				X			-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Coleta de entulho		X								-
Foz do Iguaçu	06/10/15	Duplas em ação		X						X		Servidor

Onde	Quando	O quê	Como									Quem
			Evt/Acnt. (F. Ag Pol)	Evt/Acnt. (F. Evt)	Ocorrências GM	Aviso de Pauta	Agenda futura	Utilidade pública	Prestação de contas	Comunidade	Com. Oficial	
Foz do Iguaçu	08/10/15	Aviso de pauta				X						-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Programações variadas destacam Semana da Criança		X					X			Servidor – Chefia
Foz do Iguaçu	08/10/15	Telhas começam a chegar na Escola Getúlio Vargas		X								Servidores - Chefia
Foz do Iguaçu	08/10/15	Prefeitura abre concurso público para Agente de Endemias e Agente de Endemias Educador Social					X	X				-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher		X								-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Certame estadual		X						X		Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	08/10/15	Feriado Nacional e Ponto Facultativo						X				-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Audiência Pública – TTU					X					-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Outubro Rosa					X					-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Rede hoteleira de Foz terá alta ocupação no feriado		X						X		-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Dia das crianças no Centro de Convivência Francisco Buba		X					X			Servidor - Chefia
Foz do Iguaçu	08/10/15	Campeonato Paranaense		X						X		-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Recolhimento de entulho		X								-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Mais obras		X			X					Secretário
Foz do Iguaçu	08/10/15	Sinalização Foztrans		X								-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Volta às aulas		X				X				Secretária
Foz do Iguaçu	08/10/15	Prefeitura inicia construção de mais uma ponte sobre o Boicy		X								-
Foz do Iguaçu	08/10/15	Reforma nas escolas municipais		X								-
Total		97 publicações	4	53	3	5	26	28	27	7	3	

Fonte: o autor.

4.2.6 ASPAS: QUEM TEM VOZ NAS NOTÍCIAS DAS PREFEITURAS

As fontes têm papel fundamental no texto jornalístico. Pereira Jr. (2006, p.111) lembra que citar uma pessoa, por sua função ou envolvimento com a ação que está sendo noticiada, é a ela dar voz. “A citação dá voz a um personagem. Supõe renúncia à própria voz do jornalista. Dá credibilidade retórica à notícia [...] e agiliza o texto”.

A coleta dos textos nesta fase de “olhar natural” para as publicações das assessorias das prefeituras de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa também identificou os tipos de fontes presentes nos conteúdos das postagens.

Ora, se está sendo reivindicado o jornalismo nessa produção editorial informativa praticada pelas assessorias (sempre na perspectiva da comunicação pública), é natural que uma das características mais contundentes do jornalismo – o recurso à fonte, seja também observado e verificado criticamente. Para Groth (2011), olhar para esse tipo de característica que aponta para um “todo” maior é essencial no processo de pesquisa:

[As partes de um todo] não são independentes, são partes, características de um todo e nós nunca chegaríamos ao conhecimento delas e do todo, das suas relações umas com as outras e do todo se não analisássemos as características sempre como características de um todo, que reúnem em si mesmas um sentido. (GROTH, 2011, p.144)

Quanto às fontes de informação presentes nos textos publicados nos sites das prefeituras, de modo geral, pôde-se verificar a predominância de vozes que atuam em cargos de liderança na estrutura orgânica dos municípios. Os secretários e secretárias municipais, juntamente com os servidores que ocupam cargos de chefia ou direção – comumente cargos comissionados – são os mais presentes em textos publicados pelas assessorias de comunicação das prefeituras.

Em Maringá e em Foz do Iguaçu, a soma de matérias onde secretários municipais e chefes de departamento são nominalmente citados como fontes de informação representa 75% do total de matérias com presença de fontes identificadas no período da coleta. Em Cascavel e em Ponta Grossa, esse número alcança 72% e 73%, respectivamente. A tabela abaixo mostra de forma objetiva o número de matérias em que cada tipo de fonte aparece no texto, ora em discurso direto, com aspas, ora sendo referenciado, mesmo sem ter uma fala direta com aspas.

TABELA 8 – As fontes de informação nos textos das prefeituras

	Prefeito	Secretário	Chefia	Servidor	Cidadão	Outro	Número total de matérias com fonte
Cascavel	6	9	4	4	3	2	18
Londrina	0	3	10	3	4	2	21
P.Grossa	5	11	11	6	7	4	30
Maringá	1	18	13	3	10	4	41
Foz do Iguaçu	0	11	20	5	8	2	41

Fonte: o autor

Cascavel se diferencia das outras cidades por ser a única onde o prefeito do município é a segunda fonte de informação que mais aparece nos textos. Depois dos secretários municipais, que aparecem em 9 textos (dos 18 onde há fonte de informação identificada por nome e função), o prefeito aparece em 6 matérias. Servidores que ocupam cargos de chefia e demais servidores aparecem em 4 textos cada. A presença de cidadãos e cidadãs do município, comumente opinando sobre ações da prefeitura, acontece em 3 textos, como no exemplo abaixo, uma reprodução na íntegra da matéria “Município inaugura Unidade de Saúde da Família do Jardim Ipanema”, publicada no dia 1º de outubro. Os cidadãos aparecem no penúltimo parágrafo. Noutros 2, as fontes são pessoas que, por ocasião do evento/tema relacionado ao texto, são entrevistadas, e por isso, neste estudo, agrupam-se na categoria “outros”.

Título	Município inaugura Unidade de Saúde da Família do Jardim Ipanema
Texto postado em 1º/10/2015	O Município de Cascavel inaugurou, nesta tarde (1º), mais uma USF (Unidade de Saúde da Família). Desta vez, a comunidade beneficiada foi a do Jardim Ipanema. O prefeito Edgar Bueno, os deputados estaduais Adelino Ribeiro e André Bueno, secretários municipais, vereadores, equipe de saúde e membros da comunidade participaram do ato. Antes do descerramento da fita, o padre Elias Teodoro deu a benção ao local e à equipe que atuará na unidade. O prefeito Edgar Bueno falou da importância dos investimentos em saúde. “A saúde é sempre prioridade no nosso município, temos investido mais que o dobro do preconizado nesta área. Esta é a 32ª equipe de saúde da família que colocamos à disposição da população. Todo investimento realizado tem como objetivo oferecer maior atenção à população, tornando o atendimento mais humanizado, acolhedor”. A unidade conta com 298 metros quadrados, que contemplam recepção, sala de espera, consultório médico, consultório de enfermagem e consultório ginecológico, sala de pré-consulta, consultório de odontologia, escovário,

	farmácia, sala de injetáveis, sala de vacinas, sala para agentes comunitários de saúde, sala de serviço social, almoxarifado, sala para curativos, sala de inalação, sala de coleta de exames laboratoriais, copa, depósito e expurgo, de acordo com as normas sanitárias. “O Município locou o imóvel, mas as melhorias foram custeadas pelo proprietário. Temos três anos de contrato, no mínimo. Nesse período vamos buscar recursos para construção da sede própria da unidade. Esta é a 37ª unidade inaugurada no município, 32ª equipe de saúde da família implantada; pretendemos chegar a 40 equipes neste ano e 50 no próximo ano, oferecendo um serviço de qualidade mais próximo da população”, frisou o secretário de Saúde, Reginaldo Andrade. A comunidade aguardava ansiosa pela inauguração. “Moro aqui há mais de 30 anos e a inauguração dessa unidade era bastante esperada. Gostei do lugar, ficou muito bom para os moradores deste loteamento”, disse Jurema Vieira da Silva. “Antes tínhamos a unidades do Periollo e do Morumbi para utilizar quando precisávamos de atendimento. Agora com essa aqui pertinho ficará muito melhor. É um pedido antigo da comunidade e que agora foi atendido”, disse a moradora do Jardim Ipanema, Débora Xaga. Ana Cristina Geiss Casarolli, que é coordenadora da USF, explicou como será o atendimento à comunidade. “A USF atenderá a uma população aproximada de 4.300 habitantes dos loteamentos Jardim Ipanema, São Francisco e Jardim Caroline. São 12 servidores que estarão à disposição da população. A unidade atenderá de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas”.
--	---

As matérias do site da prefeitura de Ponta Grossa priorizam também cargos de chefia e secretários municipais. O site é o segundo, dentre os que compõem o *corpus* desta pesquisa, que mais traz falas do prefeito do município. Apesar disso, os dados coletados indicam que o site de Ponta Grossa é o que traz fontes informativas de forma mais equilibrada. Ainda que a preponderância seja para representantes diretos do Poder Executivo, cidadãos e cidadãs aparecem em um número superior a outros tipos de fonte, como servidores que não ocupam cargos de chefia e o prefeito do município. Os cidadãos costumam ser fontes quando o site da prefeitura publica matérias relacionadas a eventos que não são promovidos diretamente pela administração municipal, mas que têm seu apoio, como no exemplo abaixo, reprodução na íntegra da matéria “Primeiro encontro de motoclubes acontece esse sábado”, publicada em 8 de outubro.

Título	Primeiro encontro de motoclubes acontece esse sábado
Texto postado em 08/10/15	A cidade de Ponta Grossa recebe no próximo sábado, dia 10 de outubro, o 1º Moto Fest, que vai reunir motociclistas de todo o Brasil para celebrar o aniversário dos quatro motoclubes da cidade no Centro de Eventos. Os clubes Anjos, Vira-latas, Estrada afora e Vila Velha organizam a festa que tem a participação de bandas de rock, lojas de artigos de moto, concurso Rainha da Moto Fest e a grande atração um globo da morte vertical. A Fundação Municipal de Turismo apoia o evento.

	O encontro inicia no sábado, 10 de outubro, às 9h. Bandas de rock fazem shows durante toda a tarde, e no pavilhão uma exposição reúne lojas de produtos para motociclistas como bandanas, roupas para pilotar e capacete. Ainda haverá o concurso Rainha MotoFest e apresentação no único globo da morte vertical da América do Sul. Durante todo o final de semana funciona uma praça de alimentação e área de camping para os visitantes de fora da cidade. Para recepcionar os motoqueiros que chegam na sexta-feira, 09, haverá uma recepção também no Centro de Eventos. Marco Aurélio Czerwonka, integrante do motoclube Estrada Afora e da comissão organizadora do evento, conta que a ideia do encontro é atrair motociclistas de todo o Brasil. “Queremos fortalecer os laços que temos com os motoclubes de outros estados e também fomentar o gosto pelo motociclismo em Ponta Grossa”, conta. A entrada no 1º Moto Fest custa R\$ 5,00 para motociclistas, e para não motociclistas R\$ 10,00 e dois quilos de alimento não perecível. Todo alimento arrecadado será doado para instituições beneficentes.
--	---

Ainda que exista certa participação de cidadãos e cidadãs enquanto fontes de informação nos textos publicados pelas assessorias de comunicação das prefeituras, percebe-se ainda uma preponderância significativa de pessoas politicamente ligadas ao gestor ou gestora municipal enquanto fontes de informação.

Pereira Jr. (2006, p.105) atenta para o fato de que os jornalistas precisam ter precaução em relação à atuação e aos interesses das fontes. “Por falta de rigor com a informação, muitos repórteres não percebem que repetem o discurso da fonte, atendendo interesses que são dela, e não do público”. Na perspectiva da comunicação pública, isso é ainda mais grave, uma vez que o aspecto público da publicação era o que deveria ser considerado o elemento central para a produção das notícias.

Ao priorizar falas de representantes diretos do prefeito do município, o jornalismo praticado pelas assessorias se distancia do público e acaba apresentando, de forma apenas incipiente, vozes não institucionalizadas - ou politicamente não comprometidas, uma vez que as demais características do objeto de pesquisa sugerem hipóteses acerca do uso indevido do site das prefeituras para fins de promoção política pessoal dos governantes. O subcapítulo a seguir retoma a atenção para os textos de uma forma mais ampla, agora na perspectiva do “olhar intuitivo” a que se refere Groth (2011), a fim de identificar características de um jornalismo que se aproxima do *ethos* da comunicação pública no que tem sido produzido pelas assessorias dos governos municipais.

4.3 A PRODUÇÃO INFORMATIVA DAS ASSESSORIAS DE PREFEITURA: O OLHAR INTUITIVO

A seguir, já com mais clareza acerca das características do objeto de pesquisa, o esforço de reflexão volta-se mais uma vez para os textos, numa forma de contemplação que tem por objetivo permitir a compreensão de “sentidos” enquanto produto. É o olhar não apenas das entrelinhas, mas daquilo que existe (ou não) nos textos que os possam caracterizar enquanto peças de um jornalismo de qualidade.

É necessário fazer uma ponderação inicial acerca do que se espera ou o que caracteriza um jornalismo de qualidade aplicado a um modelo de comunicação vinculado a uma instituição pública. Afinal, é esta inquietação que não apenas foi um dos motivadores da pesquisa como um todo, mas que também sustenta e orienta as bases teóricas que conduzem o “olhar intuitivo” a respeito da produção informativa das assessorias de comunicação das prefeituras. Não se espera, por exemplo, que a produção informativa de uma assessoria de imprensa de órgãos governamentais produza materiais informativos de denúncia relacionada à própria instituição pública. Seria no mínimo ingênuo esperar por esse tipo de conteúdo. O ponto central dessa reflexão é de que o jornalismo que está sendo reivindicado para caracterizar esse tipo de produção não é o jornalismo praticado no modelo dos grupos privados de comunicação – que hoje vivencia também um momento de transformação.

Trata-se aqui, portanto, de um modelo de comunicação que se caracteriza, em primeiro lugar, por atuar num ambiente da comunicação pública. Por estar inserido no cerne da administração pública, possui um modelo diferenciado, que não está sujeito à revelia dos anunciantes nem de assinantes. E que independe da compra por parte do público. Compreender este modelo gratuito e sem amarras comerciais de produção informativa é o primeiro passo para trazer contribuições para que o público possa encontrar nele um conteúdo sobretudo voltado às reais necessidades de seus leitores/usuários/consumidores, e para que esse mesmo público possa olhar para esse produto sem que a primeira reação seja a leitura com desconfiança.

Afinal, essa desconfiança natural não vem à toa. Este capítulo apresenta características proeminentes nos textos que só se permitem ser observadas quando se reivindica o jornalismo ao objeto de pesquisa. A produção informativa das prefeituras

reúne, por si só, características que a permitem relacioná-las ao jornalismo. A própria forma de apresentação, os recursos que utiliza, o espaço que ocupa – cada descrição aproxima mais essa produção da forma como se identifica o texto jornalístico, e é isso o que se tem tentado mostrar neste capítulo 4. Apesar de que apenas uma assessoria de prefeitura se autodenomina “Agência de Notícias” (Foz do Iguaçu), todas as outras admitem seu espaço informativo como um espaço de “Notícias”, utilizando, portanto, um conceito caro ao jornalismo. Desta forma, reivindicar a produção de um jornalismo de qualidade por esses meios não deveria ser algo muito custoso para o que poderia vir a se tornar próprio da natureza da produção de uma assessoria de imprensa de um órgão público.

Entende-se como crucial esse momento da análise dos conteúdos jornalísticos dos portais das cinco prefeituras, pois se trata de tentar compreender o objeto de pesquisa a partir do que foi denominado por Groth (2011) de “exercitar o olhar intuitivo” a respeito dos conteúdos informativos publicados pelas assessorias. É, sobretudo, buscar identificar características que possam assegurar uma possível qualidade da produção jornalística das assessorias de órgãos públicos. A partir disso, tentar apontar contribuições possíveis para um outro jornalismo pautado na perspectiva da comunicação pública como referência para assessorias de imprensa de instituições governamentais, principalmente no caso das prefeituras municipais.

O passo metodológico de olhar novamente para o objeto após descrevê-lo e extrair dele suas características mais evidentes permite observar aquilo que já não se apresenta em sua superfície. A releitura dos 310 textos publicados pelas assessorias de comunicação das prefeituras das cinco maiores cidades do interior do Paraná revela o cenário de um jornalismo ainda frágil, distante da própria essência.

Revisitar as publicações permitiu identificar uma série de características, como: ênfase nas autoridades políticas; quantidade substancial de textos sem contextualização ou com informações incompletas; recursos próprios da linguagem publicitária; e ainda adjetivações, generalizações e previsões inconsistentes do ponto de vista informativo. Quase 40% dos 310 textos publicados pelas assessorias se encaixam em pelo menos uma dessas características. São 114 publicações que negligenciam de forma mais contundente aspectos da produção informativa que têm a ver diretamente com características básicas do texto e do fazer jornalístico. Os exemplos apresentados na tabela abaixo ilustram as

características presentes nos textos. Os subcapítulos seguintes exemplificam e discutem esses resultados. As três últimas características da tabela (adjetivações, generalizações e previsões inconsistentes), pela menor recorrência, serão exploradas no mesmo subcapítulo.

TABELA 9 – Contagem de textos por categoria do “olhar intuitivo”

Características	Cascavel	Foz do Iguaçu	Londrina	Maringá	Ponta Grossa
Ênfase em autoridades	11	7	3	2	3
Falta de contextualização	10	10	12	22	12
Linguagem publicitária	3	8	1	1	1
Adjetivações	1	0	0	0	1
Generalizações	1	0	0	0	1
Previsões inconsistentes	1	1	0	1	1

Fonte: o autor

4.3.1 ÊNFASE EM AUTORIDADES E APOIADORES

O acesso à mídia é um poder (TRAQUINA, 2001). A frase de Nelson Traquina elucida a importância para as fontes a conquista de espaço na mídia. A exposição e a reverberação de falas literais (com o recurso das aspas) de autoridades, as chamadas fontes oficiais, trazem benefícios a elas. Não ceder às fontes oficiais já é um princípio caro ao jornalismo. “Não pode sair do horizonte a obviedade nem sempre óbvia de que os fornecedores de informação são pessoas e instituições que defendem seus interesses acima de tudo. Raramente são movidas por desprendimento e altruísmo” (PEREIRA JR., 2006, p.81).

Ainda que a perspectiva de exposição positiva na mídia possa parecer convidativo no contexto da luta pelo poder, e que isso eventualmente poder vir a ser traduzido a curto ou médio prazo em votos, o acompanhamento das publicações dos sites das prefeituras indica que esse tipo exposição e possíveis resultados em relação a isso não parece não ser uma preocupação na produção das matérias

É considerável o número de matérias que evidenciam de forma mais efusiva a atuação ou a opinião de autoridades em determinado evento, ou que chegam a quase transferir o foco do texto para a presença de um ou outro agente político.

Essa ênfase acontece de diferentes formas. Uma das mais comuns é a listagem de presença de autoridades em algum evento ou ação relacionado à prefeitura. Em alguns casos, a leitura chega a ser comprometida em função da listagem de autoridades presentes, como no exemplo extraído da notícia “Vice-prefeita recebe superintendente da Gerar no gabinete”, publicada no dia 08/10/2015, no site da prefeitura de Foz do Iguaçu.

Título	Vice-prefeita recebe superintendente da Gerar no gabinete
Excerto de texto publicado em 08/10/2015	“A vice-prefeita de Foz do Iguaçu, Ivone Barofaldi, a Secretária de Assistência Social Beatriz Ribeiro, a diretora de execuções penais e medidas alternativas do Patronato Penitenciário, Dra. Vancesa Maia Vasques Alvez, o Diretor Geral do Patronato Alexandre Calixto e demais representantes do Município receberam no gabinete da prefeitura o superintendente da Gerar, uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos, que tem interesse em firmar parceria com o Patronato Municipal na geração de qualificação para 300 jovens assistidos”

O exemplo acima é o primeiro parágrafo da notícia sobre uma possível parceria do município com uma organização beneficente. Neste caso, até mesmo a leitura da notícia chega a ser comprometida, na medida em que são citados cinco nomes e funções antes mesmo do verbo da sentença principal, o que torna a leitura lenta por apresentar desenvolvimento do texto frágil, sem ritmo. “Qualquer nota, mesmo a menor delas, deve seguir uma ordem de conteúdo gramatical e ter ritmo. Que ela tem que ser escrita de forma não só estilisticamente correta, mas também clara e compreensiva, isto é um predicado incondicional para um produto jornalístico, que mesmo assim tantas vezes não é considerado” (GROTH; 2011, p.367).

A construção textual que apresenta a lista de autoridades mostrada no exemplo acima também aparece com frequência após o lide da notícia, no segundo parágrafo ou mesmo logo após alguma frase de abertura. Essa característica comum nos textos aparece também na notícia ““Prefeitos e demais lideranças discutem modelo de regiões metropolitanas”, publicada no dia 02/10/2015 no site da Prefeitura de Cascavel, conforme transcrição abaixo. O trecho limita-se a listar uma série de nomes de autoridades presentes no evento e não traz absolutamente nenhuma informação de interesse público relacionada à reunião em questão.

Título	“"Prefeitos e demais lideranças discutem modelo de regiões metropolitanas"
Excerto de texto publicado em 02/10/2015	Também estiveram presentes os prefeitos da abrangência da Amop e da região de Umuarama, deputados estaduais André Bueno, Leonardo Paranhos, José Carlos Schiavinato, Élio Rusch, Chico Brasileiro, Adelino Ribeiro, Márcio Pacheco e Ademir Bier; o presidente da Amop, Amarildo Rigolin, o presidente da AMP, Marcel Micheletto, e os técnicos Natal Belcanello (Ministério das Cidades) e José Cabrini Jr (Paranacidade)

A ênfase à presença de autoridades e de apoiadores de determinada ação ou acontecimento sugerem não haver nada mais importante sobre o fato – nada além de um encontro ou uma reunião, sobre o/a qual não são explorados em profundidade os temas discutidos pelas pessoas citadas. É o caso da notícia “Técnicos do Tribunal de Contas do Paraná visitam a Prefeitura de Londrina” postada no dia 08/10/2015, no site da prefeitura de Londrina, conforme trecho transcrito abaixo.

Título	“Técnicos do Tribunal de Contas do Paraná visitam a Prefeitura de Londrina”
Excerto de texto publicado em 08/10/2015	Na tarde de ontem (7), o prefeito Alexandre Kireeff recebeu a visita de técnicos do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). Também esteve presente no encontro o controlador-geral do município, João Carlos Barbosa Perez. Em seguida, os técnicos do TCE-PR se reuniram com servidores municipais.

Ainda que seja da natureza do jornalismo a necessidade de apuração em curto tempo (PEREIRA JR, 2006), a pressa não deve ser utilizada como justificativa para a publicação de textos mau apurados ou que, na conveniência da rapidez, aceita dar ênfase a pormenores ou ao que está mais fácil de ser obtido – como a fala de alguém interessado no assunto que está sendo explorado ou mesmo a citação de sua presença e de demais autoridades, algo que preenche espaço de texto, mas o torna vazio em sentido.

4.3.2 TEXTOS SEM CONTEXTUALIZAÇÃO OU COM INFORMAÇÕES INCOMPLETAS

Noblat (2002) destaca que não cabe ao jornalista transferir dúvidas ao público. Segundo o autor, é função do repórter apurar eventuais contradições e trazer um relato uno, que dê sentido aos fatos e seja rigorosamente informativo.

O respaldo das informações num texto jornalístico deveria ser condição *sine qua non* para que uma notícia fosse publicada. O que, na coleta dos textos do jornalismo praticado pelas assessorias de comunicação das prefeituras no interior do Paraná, revelou não ser uma preocupação na hora da produção das matérias.

São numerosos os exemplos de textos que trazem informações incompletas ou que não buscam contextualizar o leitor acerca daquilo que está sendo noticiado. “O apego aos fatos [...] é o caminho da objetividade, mas ela só é alcançada pelo correto relacionamento entre eles. É preciso contextualizar os fatos, utilizando o conhecimento acumulado que se tem sobre eles” (MEDITSCH; 1992, p.74).

A amostragem da pesquisa revela que alguns textos jornalísticos, por conta da ausência de informações ou inconsistência na narrativa, não dão conta do mínimo necessário para que cidadão, ao acessar o texto, possa estar bem informado a respeito do assunto apresentado.

A notícia “Prefeitura promove curso de gestão patrimonial”, postada no site institucional de Londrina, no dia 06/10/2016, expõe em quatro parágrafos que a prefeitura vai promover uma ação envolvendo cerca de 300 servidores. De acordo com o texto, a ação integra um Programa de Modernização da Administração Tributária. Embora integrada a um programa de impacto na gestão municipal, envolvendo um número expressivo de servidores, o texto não dá maiores detalhes sobre a realização do curso, que serviços prestados à população serão de alguma forma afetados, o investimento necessário para a realização do curso, nem a origem dos recursos para a atividade.

Outro exemplo é a publicação da prefeitura de Ponta Grossa sobre o trabalho dos médicos intercambistas no município, intitulado “Médicos intercambistas apresentam trabalhos na UNASUS”, conforme reproduzido abaixo.

Título	Médicos intercambistas apresentam trabalhos na UNASUS
Excerto de texto postado em 01/10/2015	No início desta semana, 56 médicos intercambistas apresentaram trabalhos, com diversos temas relacionados à Atenção Primária do Município, para a Universidade do SUS (UNASUS). Essas apresentações fazem parte do Programa Mais Médicos onde prevê que os intercambistas façam essa especialização aqui. Os profissionais tiveram um ano e meio para a elaboração da pesquisa e oito horas semanais de estudo. Os temas apresentados foram de diabetes, hipertensão, álcool e droga, gravidez na adolescência, saúde da mulher, criança e adolescente. Todos os trabalhos apresentados foram avaliados e aprovados.

	Os estudos e pesquisas qualificam a Estratégia Saúde da Família no âmbito do município, pois os trabalhos foram elaborados com base em análise epidemiológica das condições de vida e de saúde da população onde os profissionais atuam. “Isso proporciona avanços na realidade das comunidades, melhorando a qualidade de vida”, cometa o coordenador da Atenção Primária, Robson Xavier.
--	--

Embora as informações de modo geral sobre os temas das pesquisas apresentadas pelos médicos, o texto não traz detalhes sobre o assunto específico abordado pelos médicos, nem contextualiza a atuação desses intercambistas no programa Mais Médicos. Outras questões ficam em aberto após a leitura do texto, como o possível impacto das pesquisas mencionadas à saúde pública municipal e de que forma o andamento desses estudos poderiam afetar ou não, de alguma forma, o atendimento médico à população.

A notícia “Provopar recebe 665 kg de alimentos arrecadados em evento universitário”, postado no site da prefeitura de Cascavel, em 06/10/2016, é outro exemplo de ausência de contextualização ou aprofundamento de informações das produções das assessorias de imprensa dos governos municipais. O breve texto de apenas um parágrafo limita-se a repetir a informação do título, nomear os doadores e citar a destinação da doação. Não há informação sobre a natureza do evento que gerou as doações, se há algum outro tipo de parceria da prefeitura (ou do Provopar, no caso) com os doadores e quais informações para que possíveis doadores também possam contribuir com a entidade – ou mesmo se isso é possível ou não. O possível impacto dessas doações também é ignorado no texto, conforme reproduzido na íntegra abaixo.

Título	Provopar recebe 665 kg de alimentos arrecadados em evento universitário
Texto postado em 06/10/2015	O Provopar recebeu nesta manhã alimentos arrecadados em evento promovido pela Associação Atlética Acadêmica de Engenharia e Arquitetura da FAG; Associação Atlética Acadêmica Oito de Abril (Medicina) da FAG; Associação Atlética Acadêmica de Direito da Univel. São 665 quilos de alimentos que serão utilizados na Cozinha Comunitária e na Oficina do Pão, auxiliando diversas famílias carentes do município

Como lembra Groth (2011), até a menor notícia precisa receber um tratamento minucioso segundo as leis jornalísticas. Para ele, tudo que diz respeito ou interessa ao fato noticiado deve ser mencionado no texto – é, pois, uma forma de despertar e prender a atenção do leitor. A amostragem também apresentou textos com contextualização de informações. No site da prefeitura de Ponta Grossa, por exemplo, a notícia “Creas

Sentinela comemora Dia das Crianças com novidades”, publicada em 07/10/2015 retrata uma atividade do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), com informações acerca das ações desenvolvidas pela instituição e de serviços ao leitor, conforme os parágrafos finais do texto transcritos abaixo.

Título	Creas Sentinela comemora Dia das Crianças com novidades
Excerto de texto publicado em 07/10/2015	Também foi a equipe do Creas que transformou uma garagem abandonada em uma brinquedoteca para os assistidos. A estrutura foi toda repaginada, com pintura nova e objetos lúdicos. “Nossas educadoras montaram esse espaço com um carinho especial. Contar com uma equipe coesa e dedicada, faz toda a diferença no nosso trabalho. Estamos sempre buscando novas ações, desenvolvendo o potencial de cada um. O espaço da brinquedoteca irá também nos ajudar a desenvolver os trabalhos e assistência às crianças e adolescentes”, aponta Yara. O Creas Sentinela é especializado no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. O Creas Sentinela tem mais de 200 cadastros ativos de crianças e adolescentes vítimas de violência e chega a atender cerca de 70 casos mensalmente. O endereço é rua Tiradentes, nº 910, no centro da cidade.

4.3.3 LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

O fragmento de texto a seguir, extraído da matéria “Prefeitura vai adiantar pagamento à empresa responsável pelos serviços na estrada do Alto da Boa Vista”, publicada no site da prefeitura de Foz do Iguaçu, no dia 02/10/2015, é bastante elucidativo para o tom do texto que muitas vezes as assessorias utilizam nas matérias que retratam as ações na gestão pública municipal.

Título	Prefeitura vai adiantar pagamento à empresa responsável pelos serviços na estrada do Alto da Boa Vista
Excerto de texto publicado em 02/10/2015	A comunidade do Alto da Boa Vista estava abandonada há mais de 20 anos, sem investimentos na localidade e na estrada que dá acesso à cidade. O prefeito de Foz do Iguaçu, Reni Pereira, sensibilizado com a situação dos moradores, decidiu que o sofrimento daquela população teria fim.

Presente na abertura da notícia, o texto apresenta linguagem carregada de ornamentos, principalmente no que se refere à descrição dos sentimentos do personagem central da notícia – o prefeito –, o chega a ser quixotesco, como na construção em

destaque: “o prefeito (...) sensibilizado com a situação dos moradores, decidiu que o sofrimento daquela população teria fim. ”

Entre os textos postados nas seções informativas dos sites das prefeituras durante o período da coleta em 2015, esse talvez seja o exemplo mais extremo acerca da utilização da notícia para fins de valorização da imagem de uma ou outra figura política. Ao trazer palavras como “abandonada”, “sensibilizado” e “decidiu”, nesta ordem, o texto cria uma narrativa própria de um suposto *modus operandi* do gestor municipal de que ele teria uma profunda sensibilidade em relação àquilo que está errado no município e que, por isso, mostra-se capaz de reverter situações. O mérito aqui não é questionar os sentimentos do prefeito – eles até podem ser reais, mas esta tarefa de identificação se aproximaria mais do trabalho de psicanalistas, talvez -, a questão aqui é que o texto cria e fortalece a imagem de uma pessoa que depende da aprovação popular para que possa – se esse fosse o caso – se manter no poder.

Se a produção é informativa, noticiosa, dotada de inúmeras características que ilustram cada vez que o que está sendo feito nesses sites é considerado jornalismo, esse tipo de discurso se distancia e muito do que regem quaisquer manuais de redação jornalística.

Ainda entre as publicações de Foz do Iguaçu, foi possível verificar que o tom publicitário (em relação à gestão) ou propagandista (relacionado aos agentes políticos envolvidos) está presente também de outras formas, indiretas, mas que não passam despercebidas. É o caso dos quatro exemplos abaixo, presentes no site da prefeitura de Foz do Iguaçu.

Excerto de texto postado em 01/10/2015	Título: “Centro Especializado em Reabilitação”
	A construção do Centro Especializado em Reabilitação já é um marco para a saúde de Foz do Iguaçu e região.
Excerto de texto postado em 01/10/2015	Título: “Concurso Tempero da Vida foi um sucesso”
	Concurso Tempero da Vida foi um sucesso
Excerto de texto postado em 01/10/2015	Título: "Educadores infantis assumem postos de trabalho na Educação"
	“O prefeito Reni Pereira mesmo com todas as dificuldades conseguiu convocar os aprovados e sabemos que irão exercer a docência de maneira ímpar”
	Título: “Natação”

Excerto de texto postado em 02/10/2015	“Agradecemos o apoio do secretário Anderson de Andrade, grande incentivador da nossa modalidade”
--	--

Os dois primeiros exemplos evidenciam construções com a clara tentativa de induzir o leitor a aceitar passivamente uma característica que pode não ser unânime entre os moradores da cidade. Expressões como “já é um marco” e “foi um sucesso” indicam juízo de valor e atribuem características positivas ao fato relatado, típicas de construções que não se coadunam aos critérios da redação jornalística – e se aproximam mais de uma linguagem publicitária.

Quanto ao terceiro e quarto exemplos trazidos acima, são declarações de fontes entrevistadas para matéria, constadas entre aspas nos originais. No trecho do texto “Educadores infantis assumem postos de trabalho na Educação”, uma secretária municipal exalta o esforço do prefeito em questão para aparentemente lembrar aprovados em concurso que eles só estão sendo chamados por conta do esforço pessoal daquele que eventualmente pode aparecer pedindo votos nas próximas eleições. O discurso é parecido com o último exemplo, do texto “Natação”, extraído da fala de um técnico de uma equipe esportiva, que resolve elogiar um secretário municipal por conta de sua defesa do esporte no município.

A livre manifestação do pensamento político é uma das garantias da liberdade do Estado Democrático de Direito. A crítica em relação a essas construções exemplificadas não procede no sentido de sugerir que esses pontos de vista não deveriam ser manifestados. Mas, pelo que vem sendo exposto até aqui, pode-se considerar esse discurso nocivo ao jornalismo na perspectiva da comunicação pública, uma vez que ele tende a favorecer pessoas ou instituições que detêm o controle (ainda que temporário) de veículos de comunicação capazes de difundir abordagens voltadas à formação de uma opinião favorável ao gestor público.

Marcas de uma linguagem menos jornalística e mais publicitária podem ser vistas em todos os sites, como nos exemplos a seguir:

Excerto de texto publicado em 05/10/2015	Título: “Provopar realiza 11ª edição da Festa do Dia da Criança”
	Cerca de mil voluntários, dentre eles servidores, trabalham nos preparativos da festa, para que as crianças possam comemorar a data com muita diversão e guloseimas

Excerto de texto publicado em 06/10/2015	Título: “Gestão Pública apresenta Sistema SEI ao Conselho de Transparência”
	Durante a atividade, foram explicadas as etapas do projeto de implantação e as premissas do sistema: segurança, confiabilidade, confidencialidade e disponibilidade. O secretário Rogério Dias destacou a facilidade que o sistema trará aos servidores

O primeiro exemplo, extraído da matéria “Provopar realiza 11ª edição da Festa do Dia da Criança” postada no site da prefeitura de Cascavel, no dia 05/10/2015, além de demonstrar certo otimismo em relação aos preparativos das comemorações do Dia das Crianças, o texto chama atenção para mais uma ação realizada pela prefeitura. O segundo exemplo segue a mesma linha: trata-se do segundo parágrafo da notícia “Gestão Pública apresenta Sistema SEI ao Conselho de Transparência”, postada no site da prefeitura de Londrina, no dia 06/10/2015. A construção textual mostra que a redação dá destaque para as características do sistema de segurança a ser implantado pela gestão municipal: atesta-o como “seguro”, “confiável” e adota sem ressalvas o discurso do secretário municipal, para o qual sistema trará “facilidades” aos servidores.

O site da prefeitura de Ponta Grossa aparenta usar de forma despreocupada uma linguagem mais publicitária na seção informativa, como mostram os exemplos a seguir.

Excerto de texto publicado em 01/10/2015	Título: “Grupo de artesãs agradece bons resultados da Feira da Estação”
	O grupo veio até o prefeito para fazer um agradecimento especial, motivado pela criação da Feira da Estação, um evento semanal que reúne mais de 80 artesãos, todo sábado, na Estação Saudade, no Parque Ambiental.
Excerto de texto publicado em 02/10/2015	Título: “Ponta Grossa é a primeira cidade do Paraná com máquina para reciclar isopor”
	“Só tenho a agradecer o Prefeito Marcelo Rangel por ter criado a Secretaria de Meio Ambiente”

Ambos exemplos mostram a utilização indevida do site institucional da prefeitura de Ponta Grossa: a intenção de promover a figura do gestor público, uma vez que os exemplos o indicam ter a aprovação da população por determinada ação ou o reconhecimento como gestor expresso na fala de secretários municipais.

4.3.4. ADJETIVAÇÕES, GENERALIZAÇÕES E PREVISÕES INCONSISTENTES

Se não tornam o substantivo mais específico (menos abrangente) e não dão a ele nenhum tipo de especificidade, os adjetivos tendem a tornar o texto burocrático e opinativo. O texto jornalístico, em geral e, especialmente, o das coberturas imediatistas, costumam se afastar dos adjetivos justamente por conta daquilo que ele pode representar de mais nocivo ao relato jornalístico: a concordância, exaltação ou a opinião do autor em relação aquilo que está sendo noticiado.

Excerto de texto publicado em 02/10/2015	Título: “Ponta Grossa é a primeira cidade do Paraná com máquina para reciclar isopor”
	O Prefeito Marcelo Rangel destacou o importante trabalho que a Secretaria de Meio Ambiente desempenha no município.
Excerto de texto publicado em 02/10/2015	Título: “4º ciclo do LirAa começa segunda-feira em Cascavel”
	“O LirAa é uma importante ferramenta para o controle do vetor”

Contudo, frases com construções similares aos exemplos acima não são incomuns entre as publicações das seções informativas dos sites das prefeituras municipais. A palavra “importante”, nos dois exemplos - o primeiro de Ponta Grossa, o segundo, de Cascavel – não passa de ornamento que busca exaltar uma ação da gestão. Uma descrição criteriosa dos elementos considerados “importantes” nesses textos poderia ser uma saída para evitar a adjetivação desnecessária nesses dois casos.

Outra característica de texto que poderia ser evitada e que, neste caso, é usada para tentar reiterar um “clima” de aprovação por parte do público sobre ações do governo municipal é o recurso às generalizações. Os exemplos abaixo são das prefeituras de Ponta Grossa e Cascavel, respectivamente:

Excerto de texto publicado em 02/10/2015	Título: “Rangel entrega campos de futebol society no Panamá e Baraúna”
	Para o deputado Sandro Alex o investimento de cerca de R\$ 1 milhão na implantação dos campos sintéticos e para a construção de uma pista de skate vêm ao encontro dos anseios da população.
	Título: “Município inaugura Unidade de Saúde da Família do Jardim Ipanema”

Excerto de texto publicado em 01/10/2015	A comunidade aguardava ansiosa pela inauguração. 'Moro aqui há mais de 30 anos e a inauguração era bastante esperada. Gostei do lugar, ficou muito bom para os moradores deste loteamento', disse Jurema Vieira da Silva. 'É um pedido antigo da comunidade e que agora foi atendido', disse a moradora do Jardim Ipanema, Débora Xaga.
--	---

No primeiro exemplo, o texto reproduz o discurso do parlamentar federal da região e irmão do prefeito em exercício, Sandro Alex, que afirma que a construção de uma pista de skate vai ao encontro dos anseios da população. Por mais que seja verdadeira, a informação é repassada ao público como verdade absoluta, ao atribuir à população um certo clamor para que fosse construída a pista de skate. O segundo exemplo tem o mesmo teor: trata-se de um trecho de texto que apresenta duas declarações de moradoras de uma região de Cascavel sobre a inauguração de uma Unidade de Saúde da Família (USF). O texto sugere que as declarações das duas moradoras expressam a opinião dos moradores da comunidade. É evidente que a inauguração de uma unidade de saúde possa representar um grande benefício para determinada população. Acontece que, mais uma vez, o texto trata as opiniões das entrevistadas como verdades absolutas capazes de representar toda população de uma região e, ainda, a ampla aprovação da gestão municipal.

Também compromete a credibilidade da informação das assessorias de comunicação de prefeituras a frequente divulgação de ações ainda a acontecer. São as previsões inconsistentes, que parecem ser publicadas para gerar expectativa no público, mas que não se sustentam em relação ao conteúdo informativo do texto. Texto postado no site da prefeitura de Cascavel é exemplo bastante elucidativo:

Excerto de texto publicado em 02/10/2015	Título: “Secretário de Educação assina projetos da Escola Municipal Gladis Tibola”
	A licitação da nova escola deverá ser realizada até o fim deste ano, o processo está em fase de orçamento. O valor máximo será de aproximadamente R\$5,5 milhões. Todos os projetos foram aprovados pelo Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária. A intenção é de que as obras se iniciem no começo de 2016. No ano passado, o Governo do Estado enviou ao Município de Cascavel um Termo de Comodato de utilização do terreno por 20 anos, o que permitirá a construção de uma ampla e moderna escola para atender alunos do município

Ao anunciar a construção de uma escola municipal no município, o texto adianta o período de início da obra antes mesmo de ter sido finalizado o processo licitatório para

contratação de empresas prestadora do serviço de construção. No âmbito da gestão pública municipal, não existe contrato verbal. Portanto, anunciar o início de obras públicas antes da contratação da empresa prestadora do serviço é, no mínimo, irresponsável, do ponto de vista informativo.

Outro exemplo de previsão inconsistente contata-se na publicação da prefeitura de Ponta Grossa, sobre a oferta de vagas de empregos no setor industrial para portadores de Síndrome de Down, através da Agência do Trabalhador. O texto explicita o número limitado de vagas, mas promete que a Agência do Trabalhador atenderá a toda procura, conforme mostra o excerto abaixo.

Excerto de texto publicado em 06/10/2015	Título: “Agência do Trabalhador oportuniza entrada de pessoas com síndrome de down no mercado de trabalho”
	Caso mais pessoas com síndrome façam o cadastro a agência vai encontrar mais vagas para encaminhá-los.

Encaminha-se agora para considerações finais, onde serão avaliadas como um todo as características que envolvem a produção informativa das prefeituras – resultado do esforço de tentar compreendê-las da forma como se apresentam, ou seja, enquanto notícias – num contexto de defesa da prática do jornalismo na perspectiva da comunicação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a comunicação praticada no âmbito da administração pública é invariavelmente adentrar em um território complexo, cercado por interesses políticos e munido de ferramentas que podem fazer com que esses interesses políticos – privados – possam ser colocados à frente do que se considera de interesse do público. É irônica a percepção de que esta é a característica que se sobressai quando vem à mente a produção informativa das assessorias de prefeituras – justamente porque a comunicação pública deveria ser uma comunicação que privilegiasse o cidadão, e não o agente político.

Isso decorre do ambiente da prática comunicacional das assessorias de prefeituras: elas atuam em espaços que, enquanto instituições governamentais, devem ser concebidos como instituições abertas, que atendem demandas da sociedade e que fornecem à população os serviços básicos que garantem seus direitos enquanto cidadãos. Atuando neste contexto, a comunicação das prefeituras deve atender, em primeiro lugar, o interesse público – justamente porque o poder público precisa prestar contas à sociedade e ao cidadão.

O investimento em comunicação por parte das instituições públicas deve ser voltado para criação e manutenção da produção de um conteúdo informativo responsável e que tenha como principal referência a ideia de prestação de serviço público enquanto instância estatal. Quer dizer: a comunicação pública deveria ser uma comunicação de Estado, e não de governos, que fazem uso de recursos públicos para manterem ativos os sites das prefeituras e equipes que atuam produzindo seus conteúdos – utilização de recursos que deve prezar pela responsabilidade em favor do público, do cidadão.

O exercício de levantar as características da produção informativa das assessorias de comunicação das prefeituras teve justamente o intuito de compreender o modo como essa produção informativa se apresenta para a sociedade. De modo geral, verificou-se uma tendência significativa de publicações onde os personagens presentes no texto parecem ter importância maior do que o acontecimento em si. São os casos em que prefeitos e secretários municipais – ou ainda servidores que atuam como chefes e diretores de departamento – participam ou avaliam de forma comumente positiva alguma ação municipal. O espaço para prestação de contas e para esclarecimento acerca das ações da gestão pública, ainda que existente, divide espaço de forma constante com matérias

onde a avaliação pessoal de gestores pode ser facilmente confundida como promoção política.

Há mais divulgação de agendas futuras e de previsões positivas (mas inconsistentes) em relação a eventos e ações de prestação de contas em relação ao que essas ações e eventos significam objetivamente para a população desses municípios.

Outra forma de verificar um aparente aparelhamento desses sites com a posição política dos gestores do município é a escolha de fontes informativas para as matérias publicadas. Há uma tendência em trazer como fonte informativa aqueles que estão politicamente mais próximos dos gestores municipais: seus cargos comissionados – secretários e servidores que atuam em posição de chefia ou direção de departamentos e setores.

Outro aspecto que os dados desta pesquisa permitiram verificar é em relação à restrição de interação nos sites dessas prefeituras. Se a comunicação, de forma geral, é caracterizada pelas suas diferentes formas de interação, nos sites estudados, esta não é uma realidade. Esses espaços não conseguem reforçar a esfera democrática na qual estão inseridos. Além de vertical, o processo comunicacional é restrito e, enquanto ferramenta online, os sites não são pensados para a experiência online do usuário que navega.

O conteúdo publicado nos sites, de forma geral, não sugere haver um planejamento responsável e consciente dessas plataformas enquanto ferramentas de comunicação pública. Verificou-se, como mostrado pela pesquisa, o uso político destas ferramentas e uma série de fragilidades técnicas que parecem incipientes, mas que acabam revelando a forma como o site é entendido: como um instrumento estratégico para as relações políticas onde está inserido.

Algumas medidas expõem de forma mais contundente a fragilidade deste modelo comunicacional. A exclusão de conteúdo informativo durante o período eleitoral, por parte das prefeituras, ação justificada como preventiva para não haver problemas com a Justiça Eleitoral, acaba ser entendida também como *mea culpa* de uma utilização que prioriza a promoção de figuras políticas e não de uma comunicação de caráter público. Importante lembra que, após a coleta de outubro feita para esta pesquisa, os portais de Maringá, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu suspenderam, em diferentes momentos, suas páginas informativas durante o período eleitoral em 2016.

Com o exposto até aqui e, resgatando um dos objetivos desta reflexão, faz-se necessário a tentativa do exercício de pensar numa forma de aprimorar o conceito ainda em construção de comunicação pública. Ao reivindicar o jornalismo no contexto da comunicação pública, passamos a entendê-la como uma ação comunicativa que se dá ao direcionar o foco ao interesse público – com a consciência de uma responsabilidade, por parte dos produtores de conteúdo, de que o cidadão tem o direito de ser informado, de praticar e de poder atuar ativamente da vida em sociedade. Promover a cidadania e mobilizar o debate relacionado à coisa pública são alguns dos objetivos se olharmos para a comunicação de caráter público, sobretudo nas instituições públicas, como prefeituras, assembleias legislativas ou câmaras municipais.

É necessário ressaltar que esse esforço de pesquisa não é conclusivo no sentido de esgotar as possibilidades de observação desta produção jornalística específica (de caráter público), nem tem a pretensão de delimitar de forma estanque a produção jornalística no contexto dos objetos observados.

Outras possibilidades de estudos podem aprofundar a compreensão do jornalismo no contexto das assessorias de comunicação dos governos municipais, como as plataformas multimídias ou mesmo as redes sociais, cada vez mais presentes no dia-a-dia da sociedade e que as instituições públicas já tratam como ponto estratégico de comunicação com o público; o uso de fontes oficiais do jogo político, como prefeitos e secretários, ou a presença de fontes não oficiais; a atuação das assessorias em períodos eleitorais; os impactos na produção informativa nos períodos eleitorais; acompanhamento *in loco* das rotinas de produção, bem como as condições de relações de trabalho, entre outros.

Os desafios são incontáveis e construir uma comunicação pública de qualidade perpassa também pela atuação da sociedade – no sentido de cobrar e de atuar de forma efetiva nos espaços democráticos que ajudam a construir e melhorar a manutenção da coisa pública. Reivindicar características de um jornalismo de qualidade – plural e responsável – no que se entende por comunicação pública pode ser um caminho para superar tais desafios. Essa produção jornalística no interior das assessorias de comunicação dos governos deve ser ancorada sobretudo em princípios consolidados da natureza do jornalismo, como veracidade, contextualização das informações, pluralidade de vozes dos atores sociais e transparência. Desta forma, jornalismo mostra um potencial

de contribuição para o fortalecimento da democracia e a cidadania e para que a comunicação pública deixa de ser entendida como estar a serviço da promoção dos gestores ou da manutenção do distanciamento entre o cidadão e o poder público.

REFERÊNCIAS

- BASTOS JR, Luiz Magno. Publicidade institucional e a minirreforma eleitoral de 2015. [16 de fevereiro de 2016] **Jota**. São Paulo: Jota, São Paulo, 2016.
- BORGES, Jussara. **Inclusão digital e governo eletrônico: conceitos ligados pelo acesso à informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação. Salvador: UFBA, 2005.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) et al. **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- CAMARGO, Aline C. Comunicação Pública da ciência e tecnologia: um convite à participação, mobilização, comunicação e informação. In: **Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Bauru: Intercom, 2013.
- CANAVILHAS, João. **A comunicação política na era da internet**. Covilhã: UBI, 2009. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf> Acesso em 20 jul. 2016.
- CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Juliana S. F. **Comunicação pública, assessoria de imprensa e compromisso com a cidadania: o caso IFPE**. Monografia. Recife: Faculdade Frassinetti, 2011.
- DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ed. São Paulo, Atlas, 2009.

FERREIRA, Celene F. F.; PEREIRA, Daniela S. Aspectos da comunicação pública na cultura da convergência. In: PANKE, Luciana; MACEDO, Roberto G.; ROCHA, Daniela (Orgs.) **A mobilização social no contexto político e eleitoral**. Capivari: Nova Consciência, 2013.

GOMES, Wilson. Esfera pública e mídia: com Habermas contra Habermas. In: RUBIN, A., et al. **Produção e recepção de sentido midiáticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GORGEN, James. **Sistema Central de Mídia**: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2009.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HARDT, Michael. Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa. In: MORAES, Dênis (Org.) **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Inovação institucional democrática e a comunicação do poder público: o desafio da comunicação organizacional na implantação de uma filosofia comunitária. In: **Anais do Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política**. Salvador: UFBA, 2006.

JAHNKE, Hans-Richard. **O conceito de compreensão na Sociologia de Max Weber**. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2014.

JAMBEIRO, Othon. BORGES, Jussara. ANDRADE, Ricardo André. Acessibilidade, navegabilidade e conteúdos em portais e websites de governo eletrônico em capitais brasileiras. In: **Revista Comunicação e Informação**. V.9. nº2. UFG. Goiânia: UFG, 2006.

KOÇOUSKI, Marina. **Comunicação Pública**: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública: Interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA, 2012.

KUNSCH, Margarida M. K., Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA, 2013.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

_____. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis (Org.) **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIBERATO, Fabíola de Paula. Instrumentos da comunicação pública como auxílio à participação política dos cidadãos: avaliação das políticas públicas de cidadania do portal eletrônico do governo da cidade de São Paulo. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos Code**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo13.pdf> Acesso em 20 jul. 2016.

- LIEDTKE, Paulo Fernando. O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, UFSC: 2007.
- MACHADO, Elias. **O jornalismo digital em base de dados**. Florianópolis: Calandra, 2006.
- MACHADO, Maria Benetti; MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. In: **Revista Famecos**. N. 27. p.117-124. Porto Alegre: 2005.
- MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UESP, 2005.
- MATOS, Heloiza. **Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.
- MAZOTTE, Natália. Transparência e democracia não são coisas dadas, precisamos lutar por elas: depoimento. [17 de setembro de 2015]. Ponta Grossa: **Ponta Grossa em Números**. Entrevista concedida a Rodrigo Menegat.
- MEDEIROS, Simone. et al. Lei de Acesso à Informação: Em busca da transparência e do combate à corrupção. In: **Revista Informação & Informação**, v.19, n.1, p.55-75, Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1KS8LDn> Acesso em 20 set. 2015.
- MEDISTCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.) et al. **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOYSES, Diogo; GINDRE, Gustavo. Estudo de caso: Brasil. In: GOMEZ; Gustavo. AGUERRE; Carolina. **Las mordazas invisibles**. Buenos Aires: Amarc, 2009.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. Fundamentos para a ciência do Jornalismo: bases conceituais a partir de Weber e Groth. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Professores de Jornalismo**. Curitiba: FNPJ, 2013.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação organizacional e comunicação pública. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA, 2013b.
- PEREIRA JR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. **Guia para a edição jornalística**. Petrópolis: Vozes, 2006.

- PINHEIRO, M. A. Como pensar a cidadania na internet: a questão do acesso e da socialização do conhecimento. In: **Anais do 28º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**: Rio de Janeiro: Intercom, 2005.
- RABOY, Marc. Mídia e democratização na sociedade da informação. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.
- RAMINELLI, Francieli. Do governo eletrônico ao governo aberto: a utilização dos sites de redes sociais e-gov brasileiro na efetivação da democracia participativa. In: ROVER, Aires José; CELLA, José Renato; AYUDA, Fernando. **Direito e novas tecnologias**. Florianópolis: Conpedi, 2014.
- REIS, Leandro. **Técnica para detecção de problemas de compatibilidade das aplicações nos navegadores web**. Dissertação. São Paulo: IPT, 2013.
- ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo Público**: informação, cidadania e televisão. Bauru: Unesp, 2011
- ROVER, Aires José. A democracia digital possível. In: **Revista Seqüência**, nº 52. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15202/13827>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- SANTOS, Plácida Leopoldina; CARVALHO, Angela. Sociedade da informação e a aplicação da informação na sociedade contemporânea. In: **Anais do 32º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba, Intercom: 2009. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/1782/2687> Acesso em 20 jul. 2016.
- SEGATTO, Karine A. F. **Acessibilidade e multimidialidade no webjornalismo da América do Sul**. Dissertação. Ponta Grossa: UEPG, 2015.
- SILVA, João Paulo. **A comunicação pública na administração pública**: um estudo sobre a comunicação em prefeitos do estado de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.
- TEIJEIRO, Carlos Alvarez. **Fundamentos Teóricos del Public Journalism**. Colección Cuadernos Australes de Comunicación. Facultad de Ciencias de la Información. Buenos Aires: Universidad Austral, 1999.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- _____. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VAZ, José Carlos. Perspectivas e desafios para a ampliação do governo eletrônico nos municípios brasileiros. In: **Anais do Seminário Internacional Governo Eletrônico e Governo Locais**. Brasília, 2013.

VIOLIN, Tarso. Entrevista. In: Entrevista montada de Beto Richa cai na internet e complica governador. **Pragmatismo Político**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/entrevista-ensaiada-de-beto-richa-cai-na-internet-e-complica-governador.html> Acesso em 10 jan. 2016. Ok

WEERAKKODY, Vishanth. E-government implementation strategies in developed and transition economies: a comparative study. In: **International Journal of Information Management**. V. 32. Nº1. Amsterdam: Elsevier, 2012.